



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA
(PPGEAA)

DORACY LIMA DE SOUSA

**A PESCA COMO FONTE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO- IGARAPÉ-AÇU/PA**

CASTANHAL
2024

DORACY LIMA DE SOUSA

**A PESCA COMO FONTE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO- IGARAPÉ-AÇU/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia - PPGEEA, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Etno-Sociobiodiversidade e Sustentabilidade Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732p Lima de Sousa, Doracy.
A PESCA COMO FONTE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO
LIVRAMENTO- IGARAPÉ-AÇU/PA / Doracy
Lima de Sousa. — 2024.
164 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós- Graduação
em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal, 2024.

1. Pesca. 2. Saberes. 3. Experiências. 4. Tradição.
5. Quilombola. I. Título.

CDD 307.098115

DORACY LIMA DE SOUSA

**A PESCA COMO FONTE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO- IGARAPÉ-AÇU/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia - PPGEAA, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Etno-Sociobiodiversidade e Sustentabilidade Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes.

Data de aprovação: ___/___/2024.

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes
Orientador – PPGEAA/UFPA

Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes
Examinador Interno – PPGEAA/UFPA

Prof. Dr. Jesus Marmanilo Pereira
Examinador Externo – UFMA

Dedicatória,

À minha mãe, Maria Zenaide, in memoriam, que se faz presente em toda trajetória da minha vida, pelo esforço e pela dedicação com a minha educação e pelos seus ensinamentos que sempre me conduziram para a vitória dos meus objetivos;

Ao meu amado filho, José Macedo Junior, por ser o alimento que me sustenta, razão da minha vida e de todos os meus sonhos. Te amo filho;

Ao meu esposo, José Macedo, pela compreensão, paciência, apoio e incentivo para concretização desse trabalho;

Ao meu pai, José Juracy, pelo carinho e preocupação com o desempenho dos meus estudos;

E a mim, pela fé, coragem, esforço, determinação e persistência na conquista dos meus propósitos.

AGRADECIMENTOS

É neste momento que venho externar minha gratidão a todos e a todas que contribuíram direto ou indiretamente para construção desta dissertação. Agradecer, faz-me refletir sobre a relevância da coletividade, pois sem a colaboração de homens e mulheres, aqui mencionados, possivelmente não seria este o resultado.

Assim, inicio agradecendo a Deus, por estar ao meu lado durante todo o percurso desta jornada, permitindo-me sabedoria para conduzir o estudo e força para enfrentar todas as dificuldades;

Ao meu esposo, José Macedo, pelo companheirismo, incentivo, apoio e orientações acadêmicas pertinentes à concretização deste trabalho científico;

Ao meu lindo e amado filho, José Macedo Junior, pela compreensão quando não pude dar a atenção que ele esperava, devido me dedicar aos estudos, durante inúmeras madrugadas, enquanto ele me chamava para dormir. Obrigada meu amor.

À minha amiga e parceira, Maridalva Lima, por ter cuidado do meu filho para que eu pudesse dar conta das tarefas acadêmicas e ainda por sempre estar ao meu lado me escutando com paciência e carinho;

À minha comadre, Suely Oliveira, e ao meu compadre, Carlos Eli, pelo apoio, cuidados, carinho e encorajamento nas horas de dificuldades;

À querida professora e mestra, Wanessa Nogueira, por estar sempre disposta aos meus chamados, incentivando-me e guiando-me em todo processo para a conquista do mestrado. Obrigada pelo aprendizado, Wanessa;

À professora e mestra, Adriane Moraes, pelas valiosas contribuições. Obrigada, querida!

À minha amiga, Maria Ivoneide, pelo acolhimento ao ingressar no PPGEEA, cuidados e atenção, durante todo o curso. Obrigada pelas palavras de carinho e conforto nos momentos difíceis.

Aos colegas de turma que foram fundamentais para a troca de conhecimentos e para os momentos de descontrações. Em especial, Denilson Batista, Paula Lopes, Keila Fabiana, Juliana Marques, Leidiane Araújo, Tiago Tabayara e Carmem Quadros. Pessoas que com carinho foram prestativos aos meus chamados. Obrigada pela partilha!

Ao técnico do Museu Emílio Goeldi, Dr. Elielson Rocha, por prestar informações relevantes para o estudo;

Ao Secretário de Meio Ambiente do município de Igarapé-Açu, Pedro Henrique Paiva, por ter autorizado entrevista com representante da referida secretaria;

Ao Coordenador-II da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, Eliton Araújo, por ter prestado informações que contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa;

Agradeço a toda comunidade Nossa Senhora do Livramento, por abrir as portas e permitir o desenvolvimento do estudo, em especial aos sujeitos entrevistados durante a pesquisa que contribuíram com informações relevantes a concretização do trabalho;

À dona Tereza Costa, Maria das Dores e Antônio Rosimar, por terem me dado total suporte na realização de atividades relacionadas a investigação;

A toda equipe do PPGEEA, coordenação, professoras, professores e pessoal de apoio, que estiveram presentes durante toda etapa da minha formação, por me receberem bem, por serem prestativos e pela partilha de conhecimentos;

Ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Fernandes, pelo direcionamento, pela confiança, paciência, pelos ensinamentos e disponibilidade em me escutar e me atender nos momentos oportunos. Muito obrigada por acreditar no meu trabalho;

À banca avaliadora, nas pessoas do Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes e Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira, pelo tempo dedicado ao meu trabalho e pelas valiosas contribuições;

Por fim, os meus sinceros agradecimentos àqueles que, de alguma maneira, participaram do processo de produção desta pesquisa. Aos meus familiares e amigos, que não foram citados, mas que sempre torceram pela realização dos meus sonhos e objetivos. Gratidão!

Doracy Lima de Sousa.

Se quiser triunfar na vida, faça da perseverança, a sua melhor amiga; da experiência, o seu sábio conselheiro; da prudência, o seu irmão mais velho; e da esperança, o seu anjo guardião.

Joseph Addison

RESUMO

Historicamente, no contexto amazônico, a pesca artesanal se apresenta como uma das principais fontes de alimento e de renda para as comunidades tradicionais. Diante dessa configuração, esta pesquisa aponta a prática de pesca desenvolvida na Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, no município de Igarapé-Açu-Pará. No entanto, o objetivo geral foi investigar se os apetrechos e as técnicas de pesca utilizadas pelos moradores da comunidade compartilham a conservação da fonte de subsistência alimentar; como objetivos específicos: identificar quais as técnicas de pesca que estão sendo utilizadas na comunidade; registrar possíveis impactos aos recursos naturais, devido às técnicas utilizadas na pesca; destacar possíveis impactos sociais e econômicos em detrimento da utilização de técnicas na pesca; identificar orientações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA referente às técnicas de pesca dentro da comunidade; citar as intervenções realizadas na comunidade com relação às técnicas de pesca e conservação dos recursos naturais. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida de acordo com o paradigma qualitativo, tem como método o estudo de caso com característica etnográfica; como técnicas de coleta de dados, a entrevista semiestruturada e a observação participante. A composição textual foi dividida em seis seções, com base nos dados encontrados no estudo e nas fundamentações teóricas. As análises foram construídas no decorrer da investigação por meio das falas dos 23 entrevistados e das observações, que indicaram a percepção dos moradores, em especial dos pescadores(a) sobre a importância da pesca como fonte de alimento. Os resultados trouxeram a compreensão da prática de pesca na Comunidade do Livramento, com os seus impactos/consequências e a necessidade de intervenções, através de uma concepção empirista que revela os saberes e as experiências adquiridas tradicionalmente, considerando que o território quilombola investigado é um locus de problematizações, produção, compartilhamento dos saberes-fazer e, acima de tudo, de aprendizagens, uma vez que as narrativas apontam para conhecimentos construídos nas relações ecológicas de convivência, que precisam ser levados em consideração para a sustentabilidade dos recursos naturais, sociais, econômicos e culturais da comunidade.

Palavras-chave: Pesca. Saberes. Experiências. Tradição. Quilombola.

ABSTRACT

Historically, in the Amazon context, artisanal fishing has been one of the main sources of food and income for traditional communities. Given this configuration, this research points to the fishing practice developed in the Quilombola Community of Nossa Senhora do Livramento, in the municipality of Igarapé-Açu-Pará. However, the general objective was to investigate whether the fishing gear and techniques used by the community's residents share the conservation of the source of food subsistence; as specific objectives: to identify which fishing techniques are being used in the community; to record possible impacts on natural resources due to the techniques used in fishing; to highlight possible social and economic impacts to the detriment of the use of techniques in fishing; to identify guidelines from the Municipal Secretariat of the Environment (SEMMA) regarding fishing techniques within the community; to mention the interventions carried out in the community regarding fishing techniques and conservation of natural resources. Methodologically, the research was developed according to the qualitative paradigm, using the case study method with ethnographic characteristics; as data collection techniques, semi-structured interviews and participant observation. The text was divided into six sections, based on the data found in the study and on the theoretical foundations. The analyses were constructed during the investigation through the statements of the 23 interviewees and the observations, which indicated the perception of the residents, especially the fishermen, about the importance of fishing as a source of food. The results provided an understanding of the fishing practice in the Livramento Community, with its impacts/consequences and the need for interventions, through an empirical conception that reveals the knowledge and experiences traditionally acquired, considering that the quilombola territory investigated is a locus of problematization, production, sharing of know-how and, above all, of learning, since the narratives point to knowledge constructed in the ecological relationships of coexistence, which need to be taken into account for the sustainability of the natural, social, economic and cultural resources of the community.

Keywords: Fishing. Knowledge. Experiences. Tradition. Quilombola.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Recorte do Jornal a Folha do Norte – 1986.....	48
Fotografia 2 -	Carteira de Identidade de Florentina Gulart da Silva.....	55
Fotografia 3 -	Recorte do Jornal O Veredictum Tucumanduba.....	56
Fotografia 4 -	Recorte do Jornal Estado do Pará -1911.....	57

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Localização de cidade de Igarapé-Açu-Pá.....	43
Mapa 2 -	Localização da Comunidade Nossa Senhora do Livramento.....	44
Mapa 3 -	Localização da Comunidade Nossa Senhora do Livramento.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participantes da pesquisa.....	62
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARQUINSE	Associação Remanescentes de Quilombola Nossa Senhora do Livramento
ACS	Agente Comunitário de Saúde
APP	Área de Proteção Permanente
CEDENPA	Centro de Defesa do Negro no Pará
CEL	Conhecimento Ecológico Local
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional de meio Ambiente
CONAQ	Comunidade Negras Rurais Quilombolas
CNUMAD	Conferência das Nações sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade
ECO	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MALUNGO	Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará
PNDA	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e Pesca
SEMMA	Secretaria Municipal de meio Ambiente
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sustentabilidade
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	UM RECORTE DO NEGRO ESCRAVIZADO E QUILOMBOS.....	21
1.1	Brasil e quilombos.....	21
1.2	Pará e quilombos.....	27
1.2.1	A presença do negro no nordeste paraense.....	39
1.3	Igarapé-Açu/PA e quilombo.....	42
2	PERCURSO METODOLOGICO DA INVESTIGAÇÃO	60
2.1	Motivação do estudo	60
2.2	Área de estudo.....	61
2.3	Amostra dos sujeitos participantes	62
2.4	Inserção em campo	63
2.5	O caráter qualitativo da investigação	64
2.6	O estudo de caso no contexto da investigação.....	66
2.7	A observação participante e a entrevista como estratégia de coleta de informação	67
2.8	A análise de dados	70
3	SÍNTESE DA PESCA ARTESANAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS...	72
3.1	A pesca na comunidade do Livramento	73
3.2	Apetrechos e técnicas de pesca que levam em consideração a fonte de alimento da comunidade.....	82
3.3	Impactos causados aos recursos naturais que afetam a pesca na comunidade	102
3.3.1	Pesca predatória.....	103
3.3.2	Período de defeso	104
3.3.3	Pesca desordenada com rede de malha fina	106
3.3.4	Pesca de mergulho - fisga e bomba	107
3.3.5	Rede de arrasto ou arrastão	109
3.3.6	Fogo nas matas de Igapó	118
3.3.7	Veículo motorizado – Jet- Skis	119
4	INTERVENÇÕES QUE VISAM A CONSERVAÇÃO DA PESCA	122
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	135

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS.....	140
	APÊNDICE A - OFÍCIO SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	154
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - PESCADORES(AS) DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.....	155
	APÊNDICE C - GUIA PARA NORTAR AS ENTREVISTAS COM OS PESCADORES(A) DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.....	157
	APÊNDICE D - OFÍCIO – À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IGARAPÉ-AÇU-SEMMA.....	158
	APÊNDICE E - GUIA PARA NORTAR A ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- SEMMA DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU.....	159
	ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.	160

INTRODUÇÃO

Nos tempos coloniais, a pesca representou uma atividade importante como fonte de alimento para as fazendas e engenhos dedicados à monocultura da cana de açúcar e para a alimentação das cidades e das comunidades litorâneas, conforme estudos de Diegues (2004). De acordo com o autor citado, a pesca ainda representa, nos dias atuais, a maior fonte de alimento para as populações ribeirinhas na Amazônia, onde as comunidades tradicionais ainda dependem, em grande parte, das atividades pesqueiras como fonte de alimento e de renda.

Santos e Santos (2005) afirmam que a pesca é reconhecida como uma das atividades humanas mais relevantes na Amazônia, sendo instituída pela maioria da população como fonte de renda, comércio e lazer, principalmente para as que residem às margens dos rios de grande e médio porte. No entanto, à medida que o homem se distancia da natureza e passa a observá-la somente como mercadoria, os diversos usos dos recursos naturais, sobretudo os recursos pesqueiros, ganharam proporções que em muitos casos ultrapassam a razão da sustentabilidade e trazem à tona uma série de problemas socioeconômicos e ambientais, principalmente para as populações tradicionais que mais necessitam fazer uso dos recursos naturais para sua subsistência.

Segundo Nascimento (2020) as comunidades tradicionais amazônicas anseiam cada vez mais pela conquista de seus territórios, visto que estes garantem os recursos naturais necessários à sobrevivência da sua população. De acordo Silva (2007), o peixe se constitui como a principal fonte proteica e maior base alimentar consumida pelas comunidades da Amazônia em geral. Seu estudo enfatiza que pesquisas desenvolvidas na Amazônia já destacaram que as comunidades tradicionais costumam utilizar recursos advindos da natureza para assegurar sua reprodução sociocultural e sua subsistência. O peixe se apresenta como principal e mais segura fonte de proteína na dieta de ribeirinhos. Nesse sentido é de grande relevância a responsabilidade no manejo das práticas de pesca, visando o sustento e os benefícios sociais, econômicos, ecológicos e culturais.

A discussão sobre o tema da pesca nas comunidades tradicionais da Amazônia, considerando a relação entre essas populações e o território em que vivem, perpassa pela compreensão de um processo complexo e singular, no qual requer uma análise mais aprofundada, como o caso da pesca na comunidade

quilombola Nossa Senhora do Livramento, situada no interior da Amazônia paraense, que se desenha como o objeto deste estudo.

No processo de diagnose, constatamos que os pescadores entrevistados da comunidade do Livramento vêm enfrentando, ao longo dos anos, impactos ambientais que afetam diretamente as práticas de pesca, fonte de alimento e de renda dos comunitários. Queixam-se de que os danos causados ao rio Maracanã, mais conhecido como rio Livramento, trazem como consequência a diminuição do pescado e da renda financeira. Atrelada a essa realidade, percebem mudanças negativas quanto à tradição da pesca, que vem se debilitando a cada dia, devido os pescadores da comunidade precisarem se deslocar para outras regiões em busca de trabalhos para sobreviverem e pelas novas gerações apresentarem desinteresse pela prática de pesca, saberes deixados pelos antepassados.

A compreensão realista de que a pesca no Livramento vem passando por transformações que interferem na alimentação dos comunitários, os quais já lamentam a diminuição do peixe e os danos causados aos recursos naturais, leva-nos a justificar a relevância do estudo em tela pelo desejo de que, como professora de escola pública do campo assentada no interior da Amazônia, aqui enquanto pesquisadora, possa contribuir com um melhor esclarecimento sobre os presumíveis prejuízos inerentes à pesca artesanal, possíveis subsídios financeiros que possam viabilizar à sustentabilidade do recurso natural que serve de alimento para a população; a busca de políticas públicas e ações direcionadas à educação ambiental e cultural, numa perspectiva de preservar os saberes adquiridos tradicionalmente

Nesse contexto, compreendemos a realização desta pesquisa ligada a outros estudos como meio de visibilizar as problemáticas que acarretam prejuízos socioeconômicos e culturais à vida de uma população, como a pesca predatória, a escassez de alimento, a diminuição do número de pescadores em atividade, o enfraquecimento da pesca enquanto tradição.

Em vista desses problemas, surgem as questões norteadoras que motivaram esta pesquisa. São elas: Quais os apetrechos e técnicas de pesca utilizadas na comunidade do Livramento? As técnicas de pesca utilizadas na comunidade apresentam algum tipo de interferência na fonte de subsistência alimentar?

Como hipóteses pensamos que o uso de técnicas de pesca inapropriadas acarretou e ainda acarreta na escassez de alimento, danos aos recursos naturais; logo a implementação de políticas públicas poderá permitir a conservação dos

recursos naturais e o desenvolvimento dos aspectos socioeconômicos provenientes da pesca. Nesse panorama, os questionamentos aqui trazidos procuram abranger a atividade de pesca na comunidade do Livramento, tornando-se o ponto de referência para o desenvolvimento da pesquisa.

Pensar a respeito dessa temática, levou-nos à formulação do objetivo geral dessa pesquisa: investigar se os apetrechos e as técnicas de pesca utilizadas pelos moradores da comunidade consideram a conservação da fonte de subsistência alimentar. Nos objetivos específicos, concebemos: (i) identificar quais as técnicas de pesca que estão sendo utilizadas na comunidade; (ii) registrar possíveis impactos aos recursos naturais, devido às técnicas utilizadas na pesca; (iii) registrar possíveis impactos sociais e econômicos em detrimento a utilização de técnicas na pesca; (iv) identificar orientações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA referente às técnicas de pesca dentro da comunidade; (v) citar as intervenções realizadas na comunidade com relação às técnicas de pesca e conservação dos recursos naturais.

De acordo com a proposta da pesquisa, buscamos compreender de forma mais abrangente o objeto investigado, desenvolvendo procedimentos metodológicos que caracterizaram o lócus da pesquisa, os sujeitos, o método adotado, as técnicas de coletas de dados, assim como as informações que foram sistematizadas e analisadas.

Nesse arranjo, a inserção da pesquisadora em campo foi transcorrendo gradativamente. A problemática foi sendo esclarecida aos participantes da pesquisa, por meio de diálogos, conversas espontâneas, entrevistas semiestruturadas e análise das práticas de pesca observadas na atividade dos pescadores da comunidade. As concepções deles quanto à conservação dos recursos naturais, ou seja, sobre a importância da fonte de subsistência alimentar foram atentamente ouvidas. A partir dessa coleta de informações, das narrativas, da revisão da literatura, de registros de imagens, produzimos este trabalho. Importante ressaltar que a linguagem imagética tem a finalidade de dialogar e respaldar os fatos e narrativas.

Fernandes e Fernandes (2019) apresentam, na história da antropologia visual, cientistas como John Collier Jr. (1977) e Pierre Verger (1954) que ao contrariarem a tradição acadêmica, passaram a introduzir a linguagem imagética como suporte nas suas produções e conseguiram, ao longo do tempo, o reconhecimento dos seus trabalhos como antropológicos, pela academia. Inicialmente estes últimos autores desprezaram que os registros de imagens em estudos de campo, realizados no Brasil,

passaram a ser motivos de contestações que, no entanto, diante da obra *Missão Francesa* (1934) não demorou muito para estes registros serem apontadas por etnógrafos como o que há de mais moderno nas pesquisas socioculturais.

Como disseminação dos primeiros registros da linguagem visual em produções acadêmicas, foi apontada a obra “Arte plumária dos índios Kaapor” do autor nacional Darcy Ribeiro (1957), que naquele momento se preocupava com o propósito da imagem nos trabalhos de campo. Ainda fundamentando o registro de imagens como linguagem visual, ou seja, texto imagético com o propósito de dialogar com o texto escrito na produção científica, os autores abaixo salientam que:

este caminhar do uso da fotografia se faz até hoje a partir da tensão causada pela possibilidade desta integrar a escritura acadêmica, não mais como mero instrumento ou ilustração, mas como outra escritura, não excludente, mas em diálogo com a escrita, e que consiga visibilizar de que forma as subjetividades são objetivadas. Daí entender-se a produção final do etnógrafo não mais como uma escrita, mas uma escritura, compreendendo-se esta como estratégia de produção de sentido em determinado texto, não somente uma técnica de inscrição textual ou um suporte material da linguagem verbal e não verbal, isto é, o texto como imagens, palavras, sons (Fernandes; Fernandes, 2019, p.74).

Partindo das concepções dos autores acima, salientamos a relevância das imagens fotográficas no texto, uma vez que desempenha um papel fundamental na compreensão dos sentimentos e das percepções individuais apontadas nas falas.

Portanto, diante das considerações voltadas à produção da escrita na dissertação e visando atender às demandas propostas no estudo, esta dissertação está organizada em: introdução e seis seções. Inicialmente, na introdução, realizamos uma apresentação geral, incluindo o problema investigado, evidenciado por meio das perguntas da pesquisa, apresentando os objetivos, e, finalmente, descrevendo como se organiza estruturalmente o presente trabalho.

Na primeira seção, objetivamos contribuir com a história da comunidade do Livramento enquanto remanescente de quilombola, que carrega dos seus antepassados o sofrimento e a luta pela igualdade social. Nesta seção, trazemos recortes de literaturas que referenciam a história do negro escravizado e a formação de quilombos no Brasil, Pará e Igarapé-Açu.

Na segunda seção, descrevemos o percurso metodológico na realização desta pesquisa, explicitamos a motivação do estudo, a área estudada, o perfil dos sujeitos nela envolvidos, inserção em campo, a natureza da pesquisa quanto à

abordagem, o tipo de estudo, bem como os instrumentos utilizados para a coleta de dados, finalizando com a análise dos resultados alcançados.

Na terceira, abordamos a síntese da pesca em comunidades tradicionais, enfatizamos a importância da pesca na Amazônia e apontamos para a pertinência como um alimento essencial à vida humana, assim como a reprodução econômica e social.

Consideramos ainda as peculiaridades do modo de vida de cada população, por intermédio das experiências e da transmissão dos saberes que são repassados de geração em geração; a pesca na comunidade do Livramento e suas características, a forma de como é desenvolvida no rio Maracanã pelos pescadores mais idosos e jovens, suas concepções referentes ao uso dos recursos naturais, queixas e anseios direcionadas à pesca; os apetrechos e técnicas de pesca que levam em consideração a fonte de subsistência alimentar da comunidade; evidências das práticas de pesca identificadas por meio de registros fotográficos e relatos dos pescadores, bem como, os impactos que afetam a prática na comunidade e pontuam as variadas formas de danos cometidos aos recursos naturais, acarretando prejuízos diretos ao modo de vida da comunidade.

Na sequência, na quarta seção, discorreremos sobre intervenções que visam a conservação da pesca. Nesta seção, abordamos as ações realizadas por membros da comunidade que objetivam amenizar os impactos destinados à pesca, assim como a atuação da Secretaria de meio Ambiente - SEMMA - do município de Igarapé-Açu, diante das consequências provenientes dos impactos ao rio Maracanã.

Na quinta seção, abordamos elementos que reportam aos resultados e discussão da investigação. Na sexta seção, apresentamos as considerações finais, ao afirmar ou negar as hipóteses, enfatizamos os objetivos alcançados, os ganhos da pesquisa para academia e as proposições futuras. Finalmente, as referências bibliográficas, anexos e os apêndices da dissertação.

1 UM RECORTE DO NEGRO ESCRAVIZADO E QUILOMBOS

Esta seção visa contribuir com a história da comunidade de Nossa Senhora do Livramento, que traz consigo a ancestralidade de um povo remanescente de quilombola, que lutou e ainda luta por seus direitos, por sua identidade, por respeito a sua cultura e as particularidades do seu modo de vida. A seção também aborda as contribuições de alguns autores e literaturas que perpassam pela migração forçada do negro africano, os encontros contra a escravidão, por meio dos movimentos sociais e a formação dos quilombos, com as abordagens para o Brasil, Pará e Igarapé-Açu.

1.1 Brasil e quilombos

Durante todo o desenvolvimento da identidade nacional, as comunidades africanas e afrodescendentes desempenharam um papel fundamental em diversos aspectos, como econômico, social, cultural, político e demográfico. No entanto, a representação dessas comunidades é frequentemente estereotipada, devido a um passado de exclusão, segregação e falta de visibilidade (Oliveira, 2019). Dessa forma, permeia a história do Brasil numa conjuntura construtiva de sociedade, com diferentes culturas étnicas raciais e uma trajetória de luta contra um processo de dominação. Apontamos aqui os negros africanos como os primeiros escravos que chegaram ao Brasil, no ano de 1530, como afirma Porto (2017, p.12):

As primeiras pessoas escravizadas chegaram ao Brasil com a expedição de Martim Afonso de Souza em 1530, vindas da Guiné. A partir da década de 1550, o comércio negreiro intensificou-se, sendo oficializado em 1568 pelo governador geral Salvador Correa de Sá.

Essa representação está associada ao início do processo de colonização do Brasil, no século XVI, quando diferentes grupos africanos foram trazidos à força para o território, a partir de 1530. Nesse contexto, a exploração desses indivíduos era justificada por meio da religião, da crença na inferioridade racial, e de outros princípios, embora as ideias raciais científicas tenham surgido apenas no século XIX (Oliveira, 2019).

O processo de migração de descendentes africanos de diversas culturas foi intenso, dirigiu-se para as regiões brasileiras em formação, em uma disseminação

compelida, a exemplo dos “[...] Minas, Congos, Ombundos, Bacongos, Ovibundos, Monjolos, Balundos, Jejes, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, dentre muitos outros [...]” (Anjos, 2011, p. 267). Afastados de suas terras de origem forçadamente, foram colocados às terras brasileiras para trabalharem como escravos em grandes lavouras, engenhos, garimpos e fazendas, no entanto, em rejeição a tal submissão, passaram a criar organizações de resistência ao sistema que lhes estava sendo imposto (Carvalho; Lima, 2013).

Ao visar a estruturação da pesca artesanal, no século XVII, os negros escravos também foram aproveitados para o trabalho da pesca, uma vez que inúmeros deles advindos da África já tinham alguma tradição pesqueira, o que permitia a incorporação no setor, através dos seus senhores (Ramalho, 2018). Dessa forma, os negros tornaram-se jangadeiros sem antes terem sido agricultores, o que os distinguiam dos Caiçaras e Açorianos do sul e sudeste do Brasil. Muitos desses pescadores artesanais, que estavam na condição de escravos de aluguel, passavam a fazer as suas tarefas fora do controle dos seus proprietários. Residiam em regiões distantes, diferentemente dos que trabalhavam nos engenhos que tinham os seus feitores atentos ao trabalho a ser realizado. Mas, ainda assim, o regime persistia por meio do pagamento de uma receita fixa e da punição severa castigos, caso não fosse respeitado tal pagamento (Ramalho, 2018).

A imposição, o controle e o castigo apresentavam um condicionante presente em quaisquer dos ofícios exercidos pelos negros escravizados, resultando na empatia pela forma que eram submetidos, o que possivelmente ocasionava opiniões opostas ao esquema que estava sendo estabelecido. Segundo Moura (2021), o sistema escravocrata não era concebido com singularidade, o que motivava protestos e resistências ao modelo de sociedade que estava sendo configurada, motivo pelo qual:

[...] no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo (Moura, 2021, p. 25).

Assim, compreendemos que, ao transitar por um sistema de autoritarismo, tortura, trabalho escravo, servidão aos senhores e outras maneiras de tirania, os

negros passaram a se organizar promovendo diversas formas de resistências, das revoltas, assassinatos de senhores, fugas, à formação de quilombos. Isso percorria por processos migratórios, desde o local que ocupavam, de forma fugitiva, para outras localidades, em especial as matas que ainda não eram exploradas e consumidas. Buscavam proteção, liberdade e autonomia para que pudessem constituir os seus próprios territórios, como bem mencionam os autores:

Especialmente no que concerne às populações negras, a fuga tendo como destino as matas ainda não consumidas pelo conquistador consistiu em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição de territorialidade negra no Brasil (Silva e Nascimento, 2012, p. 24,).

Moura (2021) descreve que as populações de ex-escravos, ao fugirem dos cativeiros, organizavam-se de variadas maneiras, em grandes ou pequenos grupos de pessoas armadas. Formavam quilombos em meio as matas se protegendo dos profissionais de caça aos fugitivos, porém, na maioria das vezes, eram capturados. Desse modo, os quilombos foram originados em territórios e reconhecidos, no período colonial, por se constituírem diante das manifestações de revelia e resistência dos negros africanos ao sistema escravocrata. Expandiram-se e marcaram a sua existência em todo período escravista e tomaram grande proporção no território brasileiro. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, ascendia a sua negação como manifestação de discordância e revolta dessas entidades (Moura, 2021).

Dessa maneira, diante dos conflitos e das lutas, surgiram reformulações na história social do Brasil, principalmente no que diz respeito ao quilombo como transcendência na dinâmica da sociedade brasileira. Embora literaturas apontem a formação de quilombo em variadas dimensões, os estudos históricos que abrangem o período escravocrata brasileiro mostram as comunidades de quilombo que se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos. As fugas eram feitas para se estabelecer em terras livres e normalmente distantes, além de também ocorrerem através de heranças, doações e recebimento de terras como forma de pagamento por serviços prestados ao estado. Outras formas de aquisição de terras incluíam a simples permanência e cultivo em grandes propriedades, assim como a compra, tanto durante a época da escravidão quanto a sua abolição (Sá, 2007).

É imprescindível destacar que os processos de formação de quilombos no Brasil não foram apenas resultantes da resistência escrava e nem do afastamento

destes dos domínios das grandes propriedades, mas de circunstâncias pertinentes que favoreceram o vínculo entre o território e a identidade. Dessa forma, fortaleceram o grupo familiar, sua ancestralidade, tradições e práticas, numa perspectiva de reconstrução história, política, antropológica e social.

Ao se referir a quilombo, Arrut (2008), em sua obra “Quilombos”, nos remete a complexidade do conceito de quilombo. Segundo o autor, não é possível falar deles sem adjetivá-los e definir o conteúdo que cabe a cada adjetivo. Para ele, com o início da ordem republicana, o termo quilombo não se dissipa, porém passa por um processo radical de recriações, quando deixa de ser usado pela ordem opressora para tornar-se figura corrente nas manifestações políticas, como atributo de resistência.

Arrut (2008) ainda cita as três principais formas dessa nova recriação. A primeira apresenta o quilombo como *resistência cultural*, traz como temática central a estabilidade ou a criação de uma cultura negra no Brasil [...]. O autor também afirma que a segunda recriação passaria pela sua vinculação à *resistência política*, serve de referência para se pensar no convívio entre as classes populares e os governantes; na terceira, a recriação do quilombo é praticada pelo movimento negro que, adicionado ao panorama cultural ou racial ao panorama político, nomeia o quilombo como símbolo da “*resistência negra*”.

Em face do exposto, o quilombo na instauração da ordem republicana passa por ressignificações que agregam valores à representatividade da luta do negro. Passa de uma abordagem que tem como foco a resistência somente ao sistema escravista, para um novo panorama que abrange a inserção e visibilidade do movimento negro nos aspectos políticos, sociais e culturais. Logo, mediante as considerações sobre o quilombo, sobretudo as organizações e a motivação dos conflitos, não se pode deixar de enfatizar que, durante a sua existência, não foi apenas uma força de atrito que atuou nas bordas do sistema, mas ao contrário, atuou no centro do sistema atingindo diversos níveis de capacidade produtiva do escravismo. Conforme Moura (2021), é a criação de uma sociedade alternativa que representa a escravidão e, ao mesmo tempo, mostra a possibilidade de uma organização formada por pessoas livres.

Diante das conquistas e transições do movimento negro, O’ Dwyer (2008) nos apresenta a criação do grupo de trabalho da Associação Brasileira de Antropologia-ABA, como contribuinte para se alcançar uma nova prerrogativa ao quilombo, a se constituir como sendo terras de remanescentes de quilombos. Foi elaborado um

documento para o Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos, promovido pela Fundação Cultural Palmares/Minc, realizado em Brasília, entre os dias 25 e 27 de outubro de 1994, consolidando os direitos estabelecidos pelo artigo 68-ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição Federal de 1988. De acordo com o documento acima mencionado:

o termo Quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil (O’ Dwyer, 2008, p. 10).

Dito posto, a partir do contexto da recriação do quilombo enquanto forma de resistência político-cultural negra e sua multiplicação, principalmente por meio das manifestações populares, como também nos estudos acadêmicos e na política, percebemos que a mudança de significado da palavra "quilombo" no Brasil possibilita que os grupos se reconheçam como descendentes de quilombos, tenham voz e participem ativamente da vida pública e política como cidadãos. Essa atualização do termo também reconhece a pluralidade histórica e as características únicas de cada comunidade.

É de suma importância compreender a amplitude e os significados do conceito de “quilombo” abordados no percurso da formação de quilombos no Brasil, de acordo com as suas peculiaridades e a sua contextualização histórica, nos remetendo ao termo remanescente como uma transposição da vivência do negro entre o passado e o presente, relacionados aos aspectos socioantropológicos.

A formação dos quilombos foi atribuída a multifacetários meios de resistência, em prol da abolição do escravismo e de todas as formas de opressão, favorecendo a visibilidade do negro até a conquista dos seus direitos. Além disso, as várias formas de resistência de um povo sofrido, que vivia à base de um sistema de opressão escravocrata, vinham carregadas por fomentos que buscavam não só a liberdade de indivíduos, mas meios para garantir a própria sobrevivência, levando em consideração o direito a igualdade racial, à cultura, à crença, à ancestralidade e principalmente à dignidade humana. Logo, era necessário se fixarem e se organizarem nos mais diversos territórios brasileiros, formando assim as comunidades quilombolas como forma de proteção da crueldade marcada pela agressão física, trabalho extenuante, má alimentação e outras perversidades.

Dentre os inúmeros quilombos que surgiram ao longo da trajetória brasileira, Silva (2023) destaca, em particular, o Quilombo de Palmares como o mais notável. Reconhecido como o maior quilombo já registrado em nossa história, chegou a abrigar aproximadamente 20 mil habitantes distribuídos entre diversos mocambos que o constituíam. Segundo o IBGE (2022), os dados referentes à data de 31 de julho de 2022, do Cadastro Geral de Remanescentes dos Quilombos, nos termos da Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, indica a existência de 2921 certidões de autodefinição quilombola emitidas, referentes a 3583 comunidades dispersas por 24 estados. Além disso, o cadastro informa a existência de 10 comunidades aguardando visita técnica, 75 aguardando complementações documentais no processo, 35 em análise, e 8 aguardando publicação. Há existência de 1802 processos de regularização fundiária, segundo dados fornecidos ao IBGE pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Percebemos que, a questão territorial quilombola passou a fazer parte da agenda política de forma mais contundente, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Mas essas populações ainda lutam contra a burocracia e a lentidão para garantir o que lhes foi proposto oficialmente, cuja demarcação dos seus territórios como forma de sustentabilidade da cultura, tradição, religiosidade e costumes na maioria das vezes divergem aos mais diversos interesses, seja pelo poder público ou privado.

Souza (2021) nos diz que o movimento de luta pela garantia dos direitos quilombolas é histórico e político, permeia ao longo do tempo como uma configuração de resistência, quando o quilombo passa a ser uma possibilidade para os negros se manterem socialmente e culturalmente, em discordância com os fundamentos colonial e pós-colonial. Vários foram os encontros nacionais de articulações, de mobilizações de quilombos realizados pelos movimentos negros e pelas comunidades quilombolas das demais regiões do Brasil, durante o período de abril de 1995 a setembro de 2003. Tinham por objetivo avaliar e planejar as ações elaboradas pela Comissão de Articulação de Quilombos, assim como fazer cobranças aos órgãos federais (Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, INCRA Nacional, Gabinete da Casa Civil e Ministério da Justiça).

Diante do exposto, Costa (2008) menciona como estratégia de fortalecimento da luta por direitos quilombolas, em especial à territorialidade, a formação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-

CONAQ, a qual se estabelece como uma organização da esfera nacional que retrata os quilombolas do Brasil. Tem como representatividade as comunidades quilombolas de 22 estados da federação, apoiada por entidades do movimento negro e grupos ligados às condições rurais, que batalham em defesa dos territórios quilombolas.

Jorge (2015) salienta que o debate quilombola passou a ganhar visibilidade nos últimos anos mediante ao crescente movimento das comunidades negras rurais em lutas políticas e manifestações por todo país. Atualmente tais comunidades se encontram articuladas com organizações comunitárias, estaduais e nacionais.

Cardoso e Gomes (2011) nos dizem que a visibilidade pública do direito quilombola criou um enredo representativo e pôde ter a atuação de diferentes atores, como por exemplo: ONGs, universidades, agentes públicos ligados ao sistema judiciário, além dos próprios quilombolas – que instituíram diferentes formas de relação com o Estado. Assim, muitas comunidades negras campesinas passaram a formar associações quilombolas como estratégia para conseguir mais recursos e benefícios para sua comunidade e no período “entre 1996 e 2009, mais de 4.000 Associações Remanescentes de Quilombos foram criadas no país” (Oliveira, 2009, p. 1).

Portanto, diante das literaturas apresentadas, o quilombo se consagrou como um espaço habitado por populações negras, sendo formados a partir de situações de resistência as mais diversas formas de opressão, violência, segregação, desigualdade social e escravidão. Propagaram-se em todo território brasileiro, inclusive no Pará.

Considerando essas discussões, no tópico a seguir abordaremos com uma óptica de conquista e reconhecimento dos direitos enquanto remanescentes de quilombo, como elemento protagonista na construção política, econômica, social e cultural da região da qual estão inseridos.

1.2 Pará e quilombos

A partir da expansão do negro em todo território brasileiro, na condição de escravo que traria lucro com a sua mão de obra às feitorias dos conquistadores, a província do Grão-Pará¹ também passou a receber negros africanos para o trabalho

¹ **Província do Grão Pará** - corresponde a unidade administrativa do final do período colonial e do período imperial brasileiro, bastante utilizada no texto diante da contextualização das abordagens dos autores.

agrícola, em detrimento do desenvolvimento econômico no período colonial. Diante das literaturas analisadas, o tráfico negreiro, no século XVII e meados do século XVIII, ainda se conduzia de forma gradativa diante de algumas singularidades, como cita Arcanjo (2014, p. 54):

Estudos referentes ao período escravista na Amazônia constataam que a escravidão negra não foi tão expressiva na sua forma quantitativa nos séculos XVII e primeira metade do século XVIII. Apresentou-se essa conjuntura pelas particularidades econômicas e demográficas da região, demonstradas pela falta de capital para aquisição do escravo africano e a abundante população de indígenas usados no trabalho compulsório (Arcanjo, 2014, p. 54).

A autora reforça que, a partir da segunda metade do século XVIII, a introdução do negro africano transcorreu em grande escala e de forma rigorosa. Esse período foi apontado como o maior período de inserção de contingentes de escravos africanos no Grão-Pará². Sua intensificação ocorreu em meio ao contexto das medidas pombalinas para promover a restauração econômica de Portugal, sendo que para viabilizar essa recuperação foram criadas as Companhias de Comércio.

Treccani (2006) esclarece que para favorecer a vinda de escravos africanos para os estados do Maranhão e Pará³, foram editadas duas provisões régias: uma datada de 18 de março de 1662, que concedia isenção de 50% dos impostos para importação de negros da Angola; e a outra, de 1º de abril de 1680, na qual a Coroa comprometia-se a trazer, às suas custas, escravos para o os referidos Estados.

Diante deste contexto, Monteiro (2013) também ressalta que os negros não chegaram ao Pará trazidos primeiramente pelos Portugueses, como muitos estudiosos apontam, mas pelos Ingleses para trabalharem nas feitorias que eram montadas entre os rios Xingu e Paru. Foram utilizados como escravos no cultivo da cana de açúcar e de outras espécies que, no entanto, acabaram desaparecendo com a distribuição desses estabelecimentos pelos portugueses, pois a mão de obra indígena supria as necessidades nesse início de colonização, uma vez que a exploração estava limitada à colheita das drogas no sertão.

O autor ainda destaca que os jesuítas lutaram contra o fim da escravidão do indígena, procurando integrá-los à sociedade paraense, porém aceitavam a

² **Grão Pará** - o nome com o qual o atual estado do Pará era conhecido, na época do período colonial e imperial, descrito no texto de acordo com os conceitos dos teóricos.

³ **Pará** - nomenclatura mais utilizada pela autora do texto, diante da contextualização dos autores, da coerência com o título do tópico abordado e o uso na contemporaneidade.

escravidão do negro. Assim, criaram uma condição para as importações de escravos da África, como afirmava as cartas régias que determinavam a remessa dos negros para São Luís e Belém (Monteiro, 2013).

Para Salles (1971, p. 26-27):

Não foi fácil realizar a substituição do índio pelo negro. Na Amazônia o escravismo assumiu proporções gigantescas e aí muita gente grande tinha interesses comprometidos também na escravidão do gentil. Mas há que se distinguir claramente a dupla face do escravismo em que se assentou a base da economia colonial: a indígena e africana. É neste contexto que o negro entra no Pará em escala considerável e se destina para as lavouras de gêneros exportáveis: cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão e cacau (Salles, 1971, p. 26-27).

Silva (2020) ressalta que foi durante a segunda metade do século XVIII, que a Amazônia Portuguesa atravessou um processo de reformulação socioeconômica, implicando na reorganização dos sistemas administrativos nos domínios do Império português. A empresa monopolista (Companhia do Grão-Pará e Maranhão) fez parte de um conjunto de modificações operadas durante a gestão de Sebastião José de Carvalho, que assumia o então cargo de secretário de Estado do Reino (1750-1777). Uma das primeiras medidas adotadas por Carvalho, na região amazônica, foi a Lei de Liberdade dos Índios (1755) e a segunda foi a implantação do Diretório dos Índios (1757).

Ainda de acordo com a autora, as medidas mencionadas anteriormente tinham como objetivo recompor o trabalho e reconstruir a vida social dos indígenas, assegurando-lhes a liberdade. Associado ao ocorrido, também foi retirado dos missionários o poder sobre o aldeamento dos indígenas, a excreção dos jesuítas e a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão⁴, empresa que detinha todo monopólio de compra e venda, e estabeleceu a exclusividade no tráfico e comercialização de escravos africanos no Grão-Pará e Maranhão. Monteiro (2013) ressalta que a maior inserção de negros ao estado do Pará ocorreu no século XVIII, trazidos pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, organizado pelo consulado pombalino. A companhia, no decorrer dos seus 22 anos de durabilidade, introduziu em terras brasileiras mais de 12.587 escravos negros.

⁴ **Companhia do grão Pará e Maranhão-** Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão ou Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão- foi uma empresa privilegiada, de carácter monopolista, criada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, em Portugal.

Ao fazer referência aos negros escravizados diante da sua utilidade, Silva (2020) salienta que os servis, os quais vinham da África, eram negociados pela Companhia, na maioria das vezes como crédito, ficando os colonos na responsabilidade de efetuar o pagamento por meio do escambo de gêneros alimentícios como arroz, algodão e cacau, com prazo estipulado para pagamento de dois a três meses, após o recebimento das peças. Essa era uma medida que facilitava os colonos terem acesso aos negros africanos que iriam trabalhar na região.

Outra questão de grande relevância durante o sistema escravocrata é a transição da mão de obra indígena pela do negro africano. Silva (2020) ratifica a questão, sinalizando elementos que convergem com autores que mencionam essa transição como uma substituição mão de obrados negros, fazendo a seguinte colocação:

É certo que, até a primeira metade do século XVIII, os indígenas formavam a maior parte da população e, por conseguinte, dos trabalhadores no Grão-Pará. Na segunda metade do século XVIII, o número de seres humanos oriundos da África aumenta progressivamente na região, notadamente em 1778. No Pará não podemos afirmar que houve uma troca de trabalhadores indígenas, por trabalhadores africanos, pois, diversas vezes, estiveram lado a lado, seja no trabalho; ou mesmo nos mocambos a propósito, esta foi uma das singularidades da experiência do trabalho na região. A população originária bem como a população africana escravizada, não devem ser pensadas de forma dissociada no contexto da capitania/província do Pará. Além disso, pensar o tráfico transatlântico de escravizados africanos não deveria limitar e/ou excluir as análises quanto a participação das populações indígenas (Silva, 2020, p. 51).

Salomão (2017) também esclarece que os primeiros escravos que existiam no Brasil foram os indígenas, cuja mão de obra foi utilizada compulsoriamente pelos europeus, o que não se diferenciava da região amazônica, pois além de utilizados como mão de obra escrava, serviam de guias entre as matas, diante das necessidades encontradas pelos dominadores em adentrarem nas difíceis trilhas das florestas. Entretanto, diante de um sistema de invasão e massacres, passaram a se rebelar a estes serviços, ocasionando a necessidade de se trazerem escravos negros para ocupar esta mão de obra indispensável no Pará.

Como percebemos, as literaturas de uma forma geral nos mostram que a mão de obra do negro africano foi primordial no processo de transição em relação mão de obra à indígena e fundamental para manter a existência da Companhia, trazendo lucro e desenvolvimento no trabalho agrícola. Ainda afirmam que a escravidão negra no Pará foi mais elevada durante a representação pombalina na região, intensificada em

decorrência dessa transição e principalmente pelo progresso das atividades agrícolas promovidas pelo Marquês de Pombal.

Salles (1971) descreve que as atividades da companhia, durante os seus 22 anos de existência, foram eficazes, apesar da sua deficiência, e que a organização escravista adotada pela região metropolitana, sob o comando do Marques de Pombal, apresentara demasiadas complicações na Amazônia.

Segundo Silva (2020), as atividades agrícolas devem ser consideradas como questão central, devido ao seu estímulo e desenvolvimento, visto que não era o esperado pela coroa, pois esta pretendia que a lavoura se fixasse na capitania terminantemente. Por outro lado, é válido ressaltar que as áreas onde houve maior dinamismo da agricultura, no Grão-Pará, foram justamente aquelas cultivadas por trabalhadores africanos. Como bem assinala Salles (1971, p. 27):

É exatamente aqui que o negro entra no Pará em escala considerável e se destina para as lavouras de gêneros exportáveis: cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão e cacau. Como somente em torno de Belém se pôde estabelecer efetivamente este tipo de economia agrária, a escravatura africana se limitou, na Amazônia, a área tão restrita (Salles, 1971, p.27).

Ainda em alusão ao escravismo do negro no Pará, Salles (1971) reforça que embora os números de negros traficados sejam escassos, registrou-se que Mendonça Furtado foi o responsável pela introdução de 14.749 escravos africanos no estado, em meio a existência da Companhia Geral do Comércio. Figueiredo (1976, p. 149) concorda com autor acima, quando afirma “que o número de escravos introduzidos através das diversas modalidades, ainda são inconclusos e insuficientes para uma afirmação exata sobre o assunto”. Afirmação esta, baseada em Dias (1966), Carreira (1969; 1972) e Vergolino e Silva (1971), os quais afirmam que o quantitativo se eleva a mais de 53.000, o número de escravos africanos entrados na Amazônia pelo porto de Belém.

Salomão (2017) também evidencia que os dados referentes ao número de negros trazidos oficialmente para o Pará se divergem entre si, uma vez que Monteiro (2013) enfatiza, em seus estudos, que foram cerca de doze mil escravos. Por sua vez, Neto (2012) ressalta que a companhia teria trazido um pouco mais, um total de dezesseis mil negros africanos.

Diante dos questionamentos referentes à vinda do negro para constituir mão de obra escrava, Salles (1971, p 27) evidencia as modalidades e regimes voltados ao tráfico negreiro:

O assento ou alistamento compulsório de negros cativo na África, geralmente negociados com contratos da Fazenda Real com particulares realizados nos Séculos XVII e XVIII; o estaque ou estanco monopólio atribuído às companhias de comércio; a iniciativa partícula realizada irregularmente durante todo o período do tráfico; o contrabando e o comércio interno, também de iniciativa particular, que deslocou escravos sobretudo da Praça da Bahia para o Maranhão, e desta para o Pará através dos caminhos terrestres e feitos pelos comboieiros (Salles, 1971, p 27).

Ao enfatizar o tráfico dos negros, Palha (2011) afirma que entre os finais do século XVII e meados do século XVIII, o tráfico negreiro entre a África e o Pará transcorria através da modalidade de assento, sob a responsabilidade da fazenda real, por meio de contratos particulares ou de estaque. Os monopólios eram atribuídos pela metrópole e companhia de comércio. Existiram também outras modalidades de entrada do negro africano no Pará, como o modo direto, conhecido na época como bilateral direto, quando as embarcações partiam de Belém para um porto africano e retornavam a Belém com o carregamento; o modo indireto ou bilateral indireto, quando os negros africanos chegavam ao Pará através de outras formas comerciais brasileiras; neste caso as embarcações de Pernambuco e Rio de Janeiro para Luanda, principal local de compra e com a existência de um segundo local de comercialização, logo retornando a Belém; e ainda uma terceira modalidade, a triangular, com a seguinte rota: as embarcações partiam de Lisboa para um ou dois locais de compras, na África, depois se dirigiam a Belém. A comercialização do negro traficado da África certamente influenciou na demografia do estado do Pará, tornando a presença dos trabalhadores escravos relevante e significativa para o desenvolvimento de Belém, assim como de todo território paraense.

Palha (2011) ainda ressalta que os números de africanos que entraram no Pará devem ser analisados com cautela, diante da inexistência ou das poucas informações a respeito. Todavia, mesmo diante das incertezas, da forma incipiente e ocasional que o tráfico vinha acontecendo, foi no início do século XVII e meados do século XVIII que aumentou a preocupação em importar mão de obra africana. Em vista disso, são questionáveis os números de negros africanos trazidos para a região amazônica, em específico ao Pará, nas variadas modalidades, através das Companhias monopolistas. Torna-se evidente que foram fundamentais para o desenvolvimento econômico das colônias, de acordo com os interesses dos seus senhores, uma vez que escravizados desempenhavam trabalhos nas lavouras e em outras atividades produtivas, como menciona a autora:

Em Belém, os escravos eram utilizados para serviços domésticos, como integrantes de banda marcial de corpos de tropa, como porteiros do Legislativo, nas construções navais, nas olarias, nos serviços urbanos e de transporte, enfim, os serviços que lhes eram atribuídos por seus possuidores (Vergolino, 2021, p. 22).

Como percebemos, o negro escravizado estava presente nos mais variados ofícios impostos pelos seus senhores, no entanto, com o mesmo objetivo de expandir o setor produtivo e desenvolver a colonização. Sampaio (1855, p. 5) também ratifica a valia dos negros nas inúmeras tarefas a que eram submetidos:

Construção de fortalezas, condução de embarcações para o Mato Grosso, no cultivo da cana, arroz, tabaco, mandioca, milho, nas fazendas de criação de gado e cavalos do Marajó. Como artesãos, tecelões de chapéus de palha, de redes de algodão e maqueiras. Foram apanhadores de açaí, pescadores, padeiros, trabalhadores do porto, serventes de obras públicas, calafates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, vendedores de tabaco, garapa e frutas, lavadeiras, vendeiras, cozinheiras, que sabem “coser, lavar, engomar, cozinhar e também ganhar na rua (Sampaio, 1855, p. 5).

É possível notar a presença da mão de obra escrava na Amazônia, nas mais variadas feitura, como construtores, artesãos, agricultores, inclusive pescadores, quando em meados da segunda metade do século XVIII, a entrada do negro ficou mais notória na região. Tal fato legitimou a contribuição do negro escravo como condição fundamental para o desdobramento produtivo, no estado do Grão-Pará, no período colonial. Além disso, os negros fugidos se acomodavam nas regiões amazônicas, valiam-se do consumo de frutas silvestres, da caça e da pesca como meio de sobrevivência, sendo o pescado, em larga medida, a dieta dessas populações (Neto; Macedo, 2009).

É conveniente destacar que, de acordo com o estudo realizado e presente na obra⁵ de Ramalho (2018), a competência de certas técnicas pesqueiras no Brasil também foi assimilada pelos escravos que vieram do continente africano, desde o século XVII, fazendo com que esses sujeitos se habituassem com as artes de pesca. A mão de obra negra, na atividade pesqueira, em um contexto que se diferenciava dos outros ofícios em relação ao controle diário dos seus senhores, também passou a ser atribuída ao sentimento libertador para alguns, visto que oportunizava algumas fugas e facilitava os meios de conseguirem liberdade.

⁵ **Obra de Ramalho (2018)** - A Formação Histórica da Pesca Artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade.

Diante da conjuntura voltada ao trabalho do negro na pesca, apesar da influência da sociedade escravagista, tornou-se um local de luta, de liberdades alcançáveis, diferenciando-se da situação de submissão existente nos diversos encargos que lhes eram atribuídos e vivenciados como forma de opressão.

Desse modo, os negros escravizados no exercício das inúmeras atividades, sob um regime autoritário, passaram a manifestar reações de repúdio e resistência diante da forma como viviam e como eram tratados. Assim, criaram as estratégias de fugas e as de formação de quilombos que objetivavam não só a conquista da liberdade, mas também impor limites à tirania dos feitores e senhores.

Dessa maneira, segundo Almeida e Nunes (2018, p.184):

No Pará, assim como no resto do Brasil, a vivência do negro foi marcada por uma trajetória de trabalho forçado e repressão tanto física quanto ideológica, nesse cenário vale ressaltar que os negros não aceitavam pacificamente a escravidão e sempre que podiam buscavam resistir aos mecanismos de opressão imposto a eles pelo mundo do trabalho escravo. (Almeida e Nunes, 2018, p.184).

De acordo com Arcanjo (2014, p. 56), “A fuga e a formação de quilombos ou mocambos sempre estiveram presentes em todo o Brasil, principalmente no século XIX”. Foi na Amazônia que se expandiram, em pleno regime colonial, com ajuntamento de escravos fugidos, ao longo do período escravista, trazendo aos senhores de escravos perdas e problemas de difícil solução, o que ocasionou/possibilitou uma vasta documentação governamental, registros na imprensa da época e na memória dos seus descendentes.

Nessa perspectiva, Funes (2015) salienta que, diante das fugas e dos quilombos instituídos durante o século XIX, foram gerados desgostos entre proprietários de escravos e autoridades locais da Província do Pará. As autoridades manifestaram a preocupação com os mocambos fixados nos afluentes da margem esquerda do Amazonas, fazendo um alerta sobre a necessidade de se combater e destituí-los, desde Almeirim até Óbidos, em razão dos graves prejuízos que sofriam os lavradores daqueles distritos com a fuga de seus escravos, que poderiam ser aniquilados (Funes, 2015). Ainda de acordo com Figueiredo (1976, p. 150):

muitos dos escravos fugidos das senzalas organizaram quilombos nas adjacências das principais cidades amazônicas e mesmo no interior da região. No Pará, ficaram célebres os mocambos dos Rios Curuá, nas proximidades de Alenquer; Trombetas e Cuminá, nas proximidades de Óbidos e Oriximiná; Tocantins, nas proximidades de Tucuruí, Mocajuba e Cametá; Gurupi, na fronteira do Pará e Maranhão. (Figueiredo, 1976, p. 150).

Assim, ao fugirem da tirania, os negros passaram a formar quilombos em diversas regiões da Amazônia, visando o direito à sobrevivência em liberdade. Monteiro (2013) destaca que, no Pará, o negro participou de diversas lutas, dentre as quais estava a conquista da sua própria liberdade. Em decorrência de inúmeros conflitos, foram necessárias as fugas e a estruturação de mocambos na região amazônica.

Arcanjo (2014) afirma que os quilombos de destaque ficavam situados acima das quedas d'água das cachoeiras do rio Trombetas, sendo a primeira cachoeira chamada pelos negros de Porteira, não se descartando a possibilidade da presença de mocambos menores espalhados em áreas abaixo deste local. Ainda segundo Arcanjo (2014, p. 59), “percorrer esses caminhos, seja por águas bravas ou em águas mansas, era essencial para a sobrevivência e reprodução dessa sociedade”.

Segundo Salles (1971), a fuga para as matas, onde os negros se reuniam solidários entre si e formavam quilombos, estava se constituindo de forma rotineira na província do Grão-Pará, perpassava por um processo tradicional de busca por liberdade. Como menciona Carneiro (1964, p. 35), “esses quilombos ou mocambos se revelavam como um fato novo, único e peculiar numa síntese dialética”, uma vez que se apresentavam como forma de luta contra a escravidão, estabelecimento humano, organização social e sobretudo como reafirmação de valores das culturas africanas. Em conformidade, Salles (1971, p. 204) relata que “organizada a fuga, os quilombos cresciam rapidamente, pois eram o principal foco dos negros escapados das cidades e fazendas”.

Segundo as literaturas, é concebível a descrição e a formação desses quilombos, como forma de resistência ao processo de exclusão, significando prosseguimento de luta pela liberdade e outros direitos por ora alcançados pelos antepassados. As escolhas dos territórios pelos mocambeiros/quilombolas, levavam em consideração a liberdade, a harmonia com a natureza e os meios de sobrevivência. Para Funes (2015, p. 25):

A opção pelos mocambos, em especial para aqueles das primeiras levas, significava adentrar o desconhecido, sem a certeza do que encontrar pela frente. Era um recomeçar. Havia o gosto da liberdade, mas também enormes desafios, a começar pelo relacionamento com um novo espaço, a aprendizagem de novos caminhos e a sobrevivência nas matas com o que a natureza lhes dava [...]. Na escolha do lugar, além do ponto de vista estratégico, os mocambeiros priorizavam áreas onde fosse possível plantar e a natureza fosse pródiga. “Palmeiras e urucrysahi estão comprovando-lhe a

excelência das terras e mostrando que o preto teve dedo na escolha do local para o seu tugúrio (Funes, 2015, p. 25).

Na maioria das vezes, as matas representavam um espaço de acolhimento, estabilidade, autonomia e, acima de tudo, segurança para fugitivos. No período de cheias, os capinzais cresciam na beira dos lagos tapando as passagens, dificultando o acesso aos igarapés e rios, camuflando os caminhos. Assim, Funes (2009, p. 150) ressalta que “Conhecer o meio ambiente era fundamental para o sucesso das fugas, já que a natureza se tornava cúmplice natural”. Dessa maneira, diante das mais diversas articulações, ao longo dos séculos XVII e XIX, na história do Pará, formou-se a maior quantidade de mocambos/quilombos, e os negros fugitivos foram aprimorando e organizando as suas fugas, passando a ser uma estratégia individual ou coletiva de resistência ao regime escravista.

Santos (2011) enfatiza que, mesmo diante de uma série de limitações e violências, os negros escravos conquistavam lentamente a garantia da autonomia, da liberdade de ação e de movimento. A partir de fugas organizadas, os quilombos passaram a crescer rapidamente, uma vez que eram os pontos de apoio dos escravos, quando escapavam das cidades e fazendas, o lugar de sobrevivência e fortalecimento para novas lutas.

Para a autora citada acima, o enfraquecimento político/econômico levou à decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, possibilitando as fugas. Porém, esse processo se tornou mais intenso com a crise política em Belém, capital da província, após a independência do Brasil. Diante dessa configuração, os mocambos passaram a ser tão numerosos que logo a imprensa noticiava que havia mais negros morando em quilombos do que em cativeiros, ocasionando, assim, constantes notificações de fugas e capturas de escravos fugidos. Não demorou muito para ser destinada à polícia a responsabilidade por adentrar nos quilombos para prender os que neles estivessem e destruí-los.

Santos (2011) ainda sublinha que, face a tal situação, o governo passou a priorizar a destruição dos quilombos, organizando inúmeras diligências para capturar os negros fugidos. Tanto que em 1841 foi preparada uma corporação especial de capitães-do-mato para acompanhar e dar um maior suporte às ações. Porém, essas ações não foram bem-sucedidas, alguns eram penalizados e outros nem incomodados, pois existia uma tolerância com os fugitivos à base dos interesses comerciais por parte da sociedade.

Treccani (2006) afirma que, apesar da violenta repressão, os quilombos renasciam constantemente, revelando uma capacidade de resistência e organização surpreendentes na defesa de seu território. Atacados e destruídos num lugar, “desapareciam” o tempo suficiente para se reorganizar. Assim, muitos quilombos permaneceram, ganharam forças e cresceram ao ponto de se tornarem vilas, como o de Caraparu, nas proximidades de Belém.

Nessa perspectiva, Salles (1971) aponta os principais mocambos que os negros organizaram no território paraense: Alenquer (rio Curuá), Óbidos (rio Trombetas/Cuminá), Alcobaça (Tucuruí), Cametá (rio Tocantins), Caxirí (rio Moju/Capim), Mocajuba (litoral atlântico do Pará), Gurupi (divisa com Maranhão) e Anajás (Ilha do Marajó). A fuga e a multiplicação desses ajuntamentos de escravos, na floresta amazônica, foram consideráveis no final do século XVII e proliferadas nos primeiros anos do século XIX. Assim, vale assinalar que a formação de comunidades remanescentes de quilombos foram se expandindo nas mais variadas regiões do estado do Pará, à medida que os negros escravizados foram resistindo às opressões, conquistando os seus territórios com liberdade e autonomia.

De acordo com dados divulgados pela Agência Pará (2023), coletados no Instituto de Terras do Pará - ITERPA e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022 havia 125 áreas de remanescentes de quilombos no Pará, com 62 tituladas. Identificada uma demanda de 135.033 pessoas autodeclaradas quilombolas, o que coloca o Estado na quarta posição no Brasil, atrás apenas da Bahia, do Maranhão e de Minas Gerais. No ranking de municípios, Abaetetuba, com 14.526 quilombolas, e Baião, com 12.857, ambos na Região de Integração Tocantins, ocupam a 5ª e 7ª posições, respectivamente.

Diante da amplitude de territórios ocupados por pessoas que foram e que ainda são subjugadas, que trazem na memória uma história de massacre, exclusão e ausência de assistencialismo, ainda prevalece fortemente a luta pelo reconhecimento institucional e até mesmo pelo autorreconhecimento, conforme Malcher (2017, p. 59):

No processo de construção da identidade no território, as identidades podem ser compreendidas como construções de caráter simbólico e de domínio da luta política para afirmar a diferença do grupo, a fim de garantir a continuidade de seus valores e modo de vida. Dessa forma, o território é uma condição essencial que define quem ou o que são as “comunidades negras” onde estão e porque estão naquele lugar (Malcher, 2017, p 59).

Nessas circunstâncias, o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal de 1988 — representa um dispositivo importante direcionado à regularização dos quilombolas, visto que contêm a seguinte redação: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Para Malcher (2018, p. 58-6-):

O modo de vida das comunidades quilombolas está embasado na relação com que seus membros têm com a terra, o trabalho e a família. Estas práticas socioespaciais demandam formas de organização e apropriação que se disseminam de diversas formas a partir da territorialidade destes sujeitos. [...] A territorialidade quilombola transpõem a dimensão geométrica e constrói o direito das comunidades negras rurais de nela estar e nela permanecer, manifestando a luta pela permanência no território, que neste caso, é uma conformação territorial protagonizada por coletividades autônomas, mesmo que não usando essa nomenclatura, cultivam uma territorialidade específica em relação às demais territorialidades dos povos e populações tradicionais (Malcher, 2017, p. 58-60).

Ao visar melhorias e qualidade de vida de homens e mulheres quilombolas, foram criadas instituições, projetos e programas, em nível nacional e regional, de apoio às lutas pelo reconhecimento dos direitos territoriais e culturais dos quilombolas na Amazônia, como a MALUNG - Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará, CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, Gerência de Promoção dos Direitos dos Quilombolas, Programa Raízes, Programa Regulariza Pará, entre outras representações que visam garantir os direitos aos quilombolas, de acordo com o que demanda o Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal de 1988.

Malcher (2017) aborda a dinâmica de formação em um determinado local. As identidades podem ser vistas como representações simbólicas carregadas de significados, em meio à batalha política, para firmar a diferença do grupo, assegurando a preservação de seus princípios e costumes. Nesse contexto, o território emerge como um fator crucial que determina a essência das “comunidades negras”, indicando sua localização e a razão de sua presença naquele espaço. Desse modo, a fuga e constituição de quilombos eram os meios de resistência mais utilizados como afirmação de identidade em todo o território brasileiro, o que vem confirmar, ainda hoje, a existência de diversas comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. De acordo com Treccani (2006), na Amazônia não foi diferente, no Pará foram

formados quilombos até 2006, com a existência de 388 povoações quilombolas reconhecidas e registradas, distribuídas em várias regiões do estado, principalmente no Nordeste.

1.2.1 A presença do negro no nordeste paraense

A figura do negro na região paraense teve maior representatividade nos séculos XVIII e XIX, especialmente na região bragantina, uma vez que a localidade faz divisa com a Província do Maranhão. O Pará recebeu a entrada de escravos do estado vizinho pela proximidade das fronteiras territoriais, além da prosperidade de suas lavouras, seus engenhos, das minas de ouro e da criação de gado (Castro 2006).

Sobre a trafegabilidade do negro, na região do nordeste paraense, Salles (2004) apresenta como motivos a produção da cana de açúcar mascavo, rapadura e aguardente, produções pertencentes à zona bragantina. As grandes entradas da presença africana escravizada nessa região se deram por muito tempo pelos grandes rios que banham o nordeste paraense e mantém ainda hoje comunidades remanescentes de antigos quilombos, espalhadas em várias regiões, no vale do Gurupi, divisa com o Maranhão.

Outro fator relevante considerado por Farias (2017), diz respeito à ascensão do negro africano na região que foi justamente a sua fácil entrada clandestina pelos rios, principalmente Gurupi, Turiaçu, Caetés e Guamá. Araújo (1994), também fazendo referência à entrada do negro no nordeste paraense, afirma que os quilombolas já estavam tão preparados para fugir das buscas que os perseguiam que, ao perceberem a presença delas, retiravam-se para as matas às margens do rio Turiaçu, pois assim estavam prontos para cruzá-lo nos locais mais estreitos.

Os negros africanos se configuraram, durante os séculos XVIII e XIX, como mão de obra fundamental para o processo de colonização na zona bragantina, pois a sua súbita entrada na região foi facilitada pelos rios, através das suas margens, que possivelmente passaram a ser caminhos mais abertos e apropriados para se interligar as povoações já existentes, assim como impulsionar o comércio e os investimentos na agricultura. Segundo Farias (2017), o fluxo comercial realizado pelo rio Turiaçu passou a ser feito também pela região de Caetés, hoje chamada de Bragança. Uma região que desempenhou um papel importante no desenvolvimento da sociedade regional. Nela ainda ressoam as vozes dos negros velhos contando histórias de

quilombos e quilombolas da mata, das condições em que viviam os negros na sociedade colonial e das lutas de resistência (Castro, 2006).

Frente a este panorama, Farias (2017) acrescenta que a entrada do grande número de trabalhadores negros na região bragantina se acentuou devido à política pombalina, também pelas plantações de cana-de-açúcar que seguiram pelos caminhos dos rios da região. São eles: o Guamá, que banha a região nordeste e desagua na bacia amazônica; e o Caeté, ligado à Bragança, que conseqüentemente se liga ao oceano Atlântico.

Nessa discussão, torna-se pertinente ressaltar a influência dos rios para a representação do negro escravo na região, favorecendo as fugas e tornando o mocambo o destino natural desse povo. De acordo com Salles (2004), os negros refugiados das fazendas e engenhos maranhenses tomavam variadas direções das florestas amazônicas, acompanhando a marcha dos rios, dentre eles, Itapicuru, Gurupi, Anajás e Guamá. Comunicavam-se com os seus camaradas e se reuniam com outros escravos fugidos em determinadas localizações. O autor ainda apresenta a povoação da vila de remanescentes Camiranga, hoje distrito do município de Vizeu, situada às margens do rio Gurupi, onde a maior parte da sua população é de origem afrodescendentes e os negros mais antigos são oriundos do Maranhão.

Dentre as demais comunidades da região do nordeste, o autor acima aponta ainda a comunidade de Macapazinho, no distrito de Castanhal e Pitimandeuá, município de Inhangapi. Tais comunidades foram formadas por meio das lutas contra a opressão e por direitos à igualdade social. Nesse mesmo curso das águas, não se pode deixar de salientar que, nas primeiras décadas do século XIX, os registros da presença de escravos negros na fronteira Pará/Maranhão se tornaram frequentes, bem como as notícias de negros fugitivos da região.

Para Souza (2012), a referida fronteira era uma área de fluxo que alojava aldeias indígenas, grandes fazendas, agrupamentos de negros fugidos, vilas freguesias, tanto do lado paraense do rio Turiaçu, quanto do lado maranhense, o que se compreende como importante contribuição para a existência e fortalecimento do negro escravizado, na região do Nordeste Paraense. Gomes (2011) salienta ainda que a história de ocupação desta região, principalmente das florestas do Gurupi e Turiaçu era muito mais antiga, abrangendo séculos em torno das experiências de grupos indígenas, de escravos fugidos e depois por libertos e colonos migrantes.

Assim, Caldas e Fernandes (2015, p. 1) integralizam a fala dos autores acima com a seguinte ressalva:

A diversidade de culturas estabelecidas entre o nordeste do Pará e o noroeste do Maranhão, por força de trânsitos e migrações das nações indígenas e depois pela acentuação dos contatos colonizadores, desde o século XVII, estabelecerá um primeiro amálgama cultural na Amazônia, o que faz da Amazônia oriental um imenso laboratório sócio-histórico e cultural da região, no sentido de ter culturas em contato ou já permeadas, com suas construções discursivas narrativas e identitárias sedimentadas, e a constituição de seus saberes e fazeres há muito solidificada, mesmo que haja um constante processo de misturas, como cabe às cultura (Caldas; Fernandes, 2015, p. 1).

Diante das concepções mencionadas acima, que denota a colonização do nordeste paraense munida de singularidades culturais, é importante destacar que provavelmente grupos indígenas e escravos africanos tiveram percepções políticas substanciais do processo de colonização, compreendendo os conflitos, as guerras, os tráficos e o escravismo; e que talvez as circunstâncias apresentadas tenham fortalecido a aproximação entre a presença indígena e o negro africano em áreas de contato estabelecidas por campos, rios e florestas. Isso ocorreu por meio de estratégias visionárias de fugas, de sobrevivência e formação de mocambos, na tentativa de uma nova relação de culturas compartilhadas.

Essa conjuntura, mesmo que duvidosa, remete-se ainda ao pensamento de que mediante a essa zona de contato, as relações entre essas populações foram se unificando por meio das trocas de saberes ancestrais, como as práticas agrícolas, extrativistas, medicinais e pesqueiras, entre outros saberes milenares que passaram a estimular o setor produtivo, o meio de subsistência e a luta pelo combate as imposições.

Pacheco (2011, p. 13) complementa a ideia acima ao fazer a seguinte colocação:

se no século XVIII, índios e negros recriaram espaços, transgrediram normas de trabalho e recusaram-se ao silenciamento cultural pela imposição de poderes colonialistas, no XIX novas “zonas de contato” continuaram sendo entalhadas. Práticas de trabalho em economias extraídas dos rios, das matas e das terras, associaram-se com sabedorias ancestrais nativas ou em diásporas, requerendo curas contra malinezas e enfermidades do mundo material e sensível, igualmente cruzavam-se com compósitas ritualidades a enversar orações que invocavam caruanas, orixás e santos do catolicismo (Pacheco, 2011, p. 13).

A partir do desvendado, o autor retrata a contrariedade dos indígenas e negros ao sistema colonial, no século XVIII, e sobreleva os saberes culturais advindos da

ancestralidade, associados às experiências retiradas da prática de trabalho dos nativos, em sintonia com a natureza, como algo fundamental para se construir um pensamento homogêneo sobre o modo de vida das populações étnicas em coletividade, ponderando os significados das traduções culturais dentro de um contexto religioso e cosmológico.

Dessa maneira, cabe pensar que índios e negros não conceberam apenas relações amigáveis, mas momentos que lhes permitiram a criação e recriação de uma comunidade de sentimentos entre grupos. Ao refletir tais vínculos, é certo que embora cada comunidade apresente as suas características nos campos políticos, socioeconômicos, históricos e culturais, fica quase impossível discutir a presença africana separada das interações e relações sociais criadas com os grupos originários da região. É o caso da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, que também apresenta na sua história uma origem marcada pelo encontro de identidades que transgrediram as imposições e recriaram os seus modos de vida e os seus espaços territoriais.

1.3 Igarapé-Açu/PA e quilombo

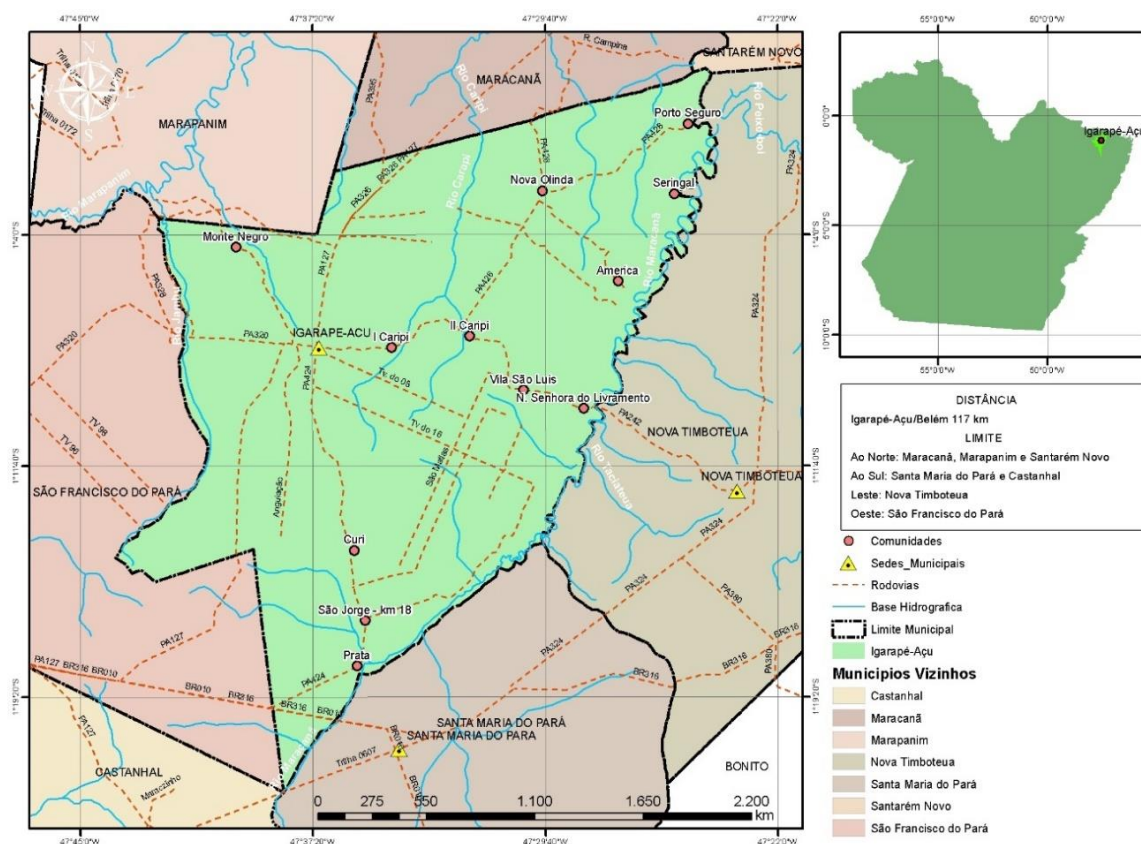
Assim como no Brasil e nas demais regiões do Pará, o município de Igarapé-Açu também apresenta, na sua historicidade, a formação de um quilombo denominado comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento. Esta comunidade será apresentada mediante relatos de entrevistados e teorias que manifestam sobre a sua localização, possível origem, meio de sobrevivência, constituição territorial, religiosidade e economia, mas será percorrida primeiramente uma breve exposição do município de Igarapé-Açu, de acordo com as abordagens literárias encontradas.

Segundo Macedo (2009), “Igarapé-Açu” é uma palavra de origem tupi-guarani, que significa “igarapé grande”; no entanto, existe uma outra tradução mais enraizada nas lendas e mitos da região como “caminho do senhor ou da senhora das águas”. O autor ainda ressalta que o município de Igarapé-Açu tem seu nascedouro no Núcleo Colonial Jambu-Açu, na altura do km 118, da Estrada de Ferro de Bragança. Araújo (2017, p. 17) também afirma que o “povoamento do município se iniciou com a fundação do Núcleo Agrícola de Jambu-Açu em 1896”. Nesse desenvolvimento de povoação, prevaleceu uma forte imigração nordestina, sobretudo de cearenses e de rio-grandenses do norte, mediante as secas no Nordeste e pela crise da borracha.

Muniz (1916) destaca que as origens históricas do município devem ser buscadas no contexto da colonização da zona bragantina e da construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, que datam do final do século XIX e início do século XX. Como resultado do processo de expansão das fronteiras agrárias da região bragantina, o município de Igarapé-Açu encontra-se localizado no coração da Amazônia brasileira, a 110 km de Belém, capital do Estado do Pará (Macedo, 2009). Com uma população estimada em 35.797 habitantes, compreendida em uma área de 785,983km² (IBGE, 2022).

Igarapé-Açu está integrado a microrregião bragantina, delimitado, ao Norte, pelos municípios de Maracanã e Marapanim; ao Sul, pelo município de Santa Maria do Pará; a Leste, pelo município de Nova Timboteua e a Oeste pelos municípios de Castanhal e São Francisco do Pará (Mapa 1). Tem como principal via de acesso a PA 242, antiga estrada de ferro Belém-Bragança (Macedo, 2014). É importante salientar que essa via é conhecida atualmente como Rota Turística da Bragantina.

Mapa 1 - Localização de cidade de Igarapé-Açu-Pá.



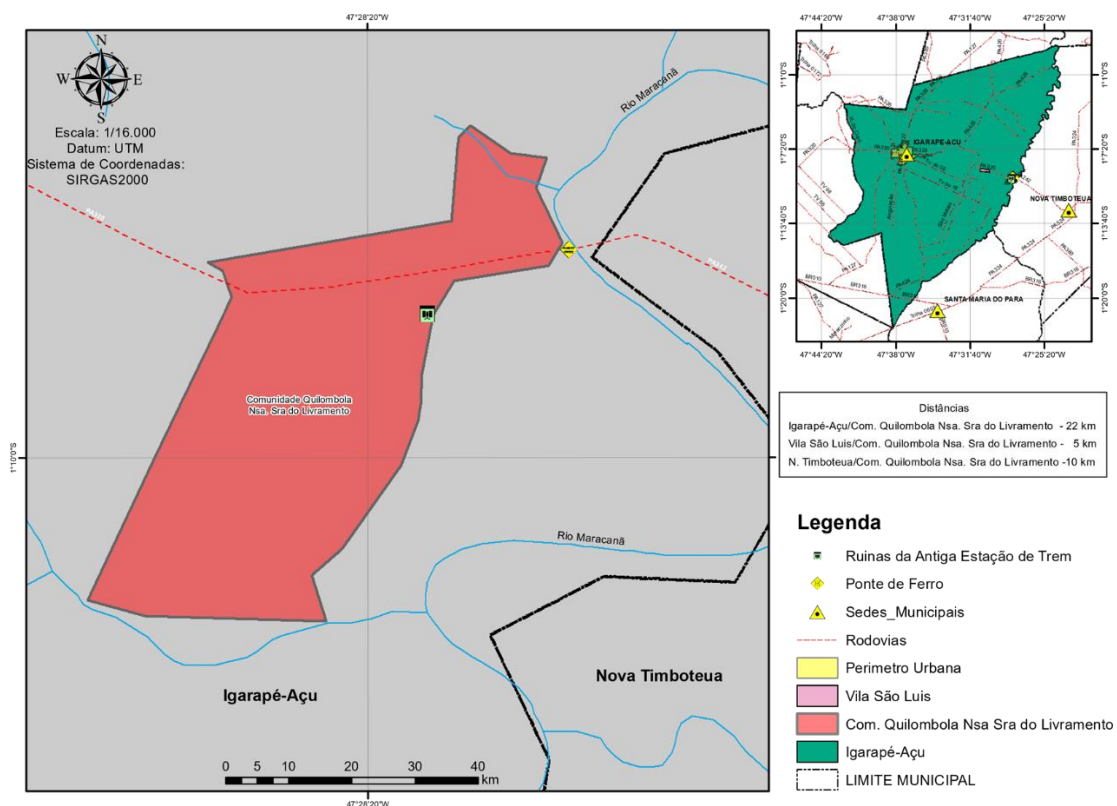
Fonte: Satélite Planet (2023).

Vale ressaltar que uma parte significativa da população reside em localidades distribuídas no espaço territorial do município, sendo consideradas como urbana e

rural. As principais concentrações populacionais, na zona rural, são as chamadas vilas: Caripi, São Jorge, Prata e Porto Seguro; e as comunidades: Curí, Montenegro, Nova Olinda, América, Seringal e Nossa Senhora do Livramento. Esta última comunidade, objeto de nossa pesquisa, nos contou um pouco da sua história, levando em consideração os pontos já mencionados acima, bem como os aspectos econômico, político, social e cultural.

A comunidade Nossa Senhora do Livramento, fundada às margens do rio Maracanã (Mapa 2), recebeu essa denominação devido á devoção dos primeiros moradores, remanescentes de quilombolas, a santa Nossa Senhora do Livramento, e ainda pelo sentimento de liberdade dos negros ao chegarem no local compreendido pela comunidade (Prado, 2018). É recortada pela rodovia PA-242, interligada ao município de Nova Timboteua-PA, com distância de 22 km (em linha reta) da sede do município de Igarapé-Açu, microrregião nordeste do Estado do Pará (Nascimento, 2015).

Mapa 2 - Localização da Comunidade Nossa Senhora do Livramento.



Fonte: Satélite Planet (2023)

Tem uma área total georreferenciada correspondente a aproximadamente 140 ha, com uma redução de 1 ha correspondente a Área de Proteção Permanente (APP), do rio Maracanã e do igarapé Castanheira, e 10 ha da faixa de domínio da Rodovia PA-242, registrando-se uma área de aproximadamente 128 ha para o desenvolvimento e moradia dos habitantes da comunidade quilombola (ITERPA, 2010).

Segundo Nascimento (2015, p.3) no espaço geográfico da comunidade, existem áreas de várzea e capoeira utilizadas para prática agrícola familiar de baixa produção, com as atividades de lavoura de mandioca (*manihot esculenta Crantz*) e do extrativismo de junco (*Juncus*). Essa comunidade mantém como patrimônios históricos e material a Ponte de Ferro do rio Livramento, a Caixa d'água e as Ruínas da Estação Ferroviária, que fazem parte da memória dos moradores mais antigos e da trajetória da comunidade. Marcas arquitetônicas da colonização agrícola que ainda podem ser vistas na contemporaneidade e possivelmente pelas gerações futuras.

A comunidade possui forte relação histórica com o rio Maracanã, conhecido por seus habitantes como rio Livramento; sua formação está ligada à dinâmica de formação territorial amazônica, tendo a rede fluvial como eixo principal e posteriormente a estrada de ferro Belém-Bragança (Souza; Oliveira, 2014). Ao se tratar da origem da comunidade, de acordo com Prado (2018), as informações acerca do retorno dos habitantes mais antigos à região são escassas em sua narrativa histórica, principalmente no que diz respeito aos registros bibliográficos, os quais remontam apenas a partir de meados de 1800.

Esta última autora coletou, durante sua pesquisa, falas como a narrativa de dona Tereza Soares da Costa, que relaciona a chegada de seus antepassados aos movimentos de fugas do estado do Maranhão, por meio das matas e dos rios em 1870. Além disso, é levantada a hipótese de que:

[...] esse vínculo, coincide com os fatos históricos acontecidos no Brasil entre os anos 1850 e 1885, derivados do surgimento do ideal liberal e econômico na Europa, o qual fez que o sistema escravista começara a ser considerado um sistema pouco produtivo, direcionando, em conjunto com outras ações nacionais e internacionais, a luta pela abolição da escravatura no país. Que pela localização da área da comunidade, existe a possibilidade de que os antepassados de alguns habitantes do Livramento tenham feito parte do tráfico negreiro da Amazônia (Prado, 2018 p. 53).

Os primeiros habitantes da comunidade foram supostamente escravos que vieram fugidos do Maranhão, os quais trabalhavam nos canaviais e chegaram à

localidade por intermédio do rio. Este foi nomeado de Livramento, devido à devoção à Santa Nossa Senhora do Livramento, assim como pelo sentimento de liberdade que os acompanhavam quando, chegaram ao novo território. Eles se fixaram em uma área de floresta densa de difícil acesso que lhes permitiam viver escondidos, originando assim o quilombo longe da escravidão, que sobrevivia por meio da prática de pesca, do uso da água, da caça praticada nas matas e das atividades agrícolas. Diante da fé e consideração pela santa, os devotos fundaram a igreja de Nossa Senhora Livramento, realizando os seus cultos e comemorando o dia da padroeira na data de 18 de setembro de cada ano (Paiva, 2018).

Na tentativa de apurar a origem da comunidade do Livramento, Prado (2018) esclarece que, pelos relatos coletados em sua pesquisa e pelo local onde está localizada, existe a possibilidade de os antepassados dos habitantes atuais da comunidade terem feito parte do tráfico negreiro da Amazônia, através do comércio triangular Lisboa-África-Maranhão, entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, sob o domínio da coroa portuguesa. A maioria dos negros foram trazidos de regiões pertencentes ao norte da África ocidental para desenvolver variadas atividades, principalmente o cultivo da cana-de-açúcar, lavouras e exploração de madeiras.

Mesmo com suposições e incertezas nas literaturas explicitadas, a comunidade traz consigo uma rica história, ainda hoje contada pelas gerações que herdaram a ancestralidade dos primeiros quilombolas e ocuparam o território do Livramento, conforme relata a presidente da Associação de Remanescente de Quilombo Nossa Senhora do Livramento (ARQUINSEL), Sra. Tereza Soares da Costa, 62 anos: *O que eu ouvia da minha falecida mãe, Osmarina Silva do nascimento, era que quando ela era pequena, ela escutava as escondidas a mãe dela, minha avó, conversando com os mais velhos sobre a vinda dos escravos do Maranhão e que aqui no Livramento foi um lugar que eles vieram se esconder, porque fugiam da escravidão. Quando os mais antigos chegaram, eles foram fazendo as suas casas no 'Livramento Velho'. Ali acamparam perto do rio, porque era onde era mais fácil de sobreviver, porque tinha muitas matas pra caçar, fazer plantio e onde pescar e ali*

formaram as primeiras famílias. Lá, eles sobreviviam do rio e da mata. Lá, fizeram o antigo cemitério, perto do igarapé conhecido por nós de 'Banheiro', que hoje é uma fazenda. Lá a gente tomava banho, lavava roupa e pegava água pra beber. Mas não demorou muito mudaram o cemitério para onde fica hoje, aí com a mudança do cemitério, com a construção da estrada de ferro e da estação da ferroviária, o povo foi se chegando na beira da estrada. Depois, mais ou menos em 1965, quando teve o último grito do trem, a comunidade foi se organizando nas proximidades da estrada, que em 1962 era um ramal sem asfalto e que hoje é a atual Rodovia PA-242. Essa é um pouco da história que eu sei, porque naquele tempo os mais velhos não deixavam as crianças se aproximarem quando estavam conversando, era tudo sigiloso. Por isso que não sabemos muitas coisas e por isso que a minha mãe ficava escondida. E foi essa história que ela me repassou e também repassou para os mais jovens. (Entrevistada 1)

Mas de tudo que eu sei, de todo sofrimento que os nossos antepassados já passaram, hoje já vejo muitas mudanças, o povo já passou mais a respeitar a gente, pois antes chamava a gente de macaco e pituí, por causa dos peixes do rio. Não aceitavam um casamento com alguém da nossa família. Hoje já tem muita mistura. O povo de fora né, não visitava a nossa comunidade, agora participam dos festejos. Muita coisa boa está acontecendo. Já somos reconhecidos, nossas terras registradas, temos uma escola e uma associação. E sei que ainda falta muita coisa, mas com a nossa luta vamos conseguir muito mais. (Entrevistada 1).

Referente à comunidade do Livramento, Prado (2018) menciona que mesmo os entrevistados não fazendo nenhum comentário sobre a existência de aldeias

indígenas, no momento da chegada dos escravos ao território, durante a sua observação direta em campo, foram nítidas as características que davam indícios sobre a possibilidade de existirem descendentes de indígenas entre alguns dos moradores. Esta desconfiança foi esclarecida com o relato de um morador chamado Fiorello, que lhe afirmou a existência de aldeias indígenas nas proximidades do rio Maracanã, ao se recordar do nome de apenas uma, chamada Tembé. Fiorello, logo, enfatiza que fez uma escavação para a construção de um poço d'água e encontrou muitos pedaços de cerâmica e terra preta.

As circunstâncias apontadas pela autora poderão vir a ser sustentadas pela nota divulgada no jornal a Folha do Norte - 1896 (Fotografia 1), no qual há menção de que os povos indígenas da tribo Miranhas estavam distribuídos em aldeias situadas na região de Igarapé-Açu.

Fotografia 1 - Recorte do Jornal a Folha do Norte - 1896.



Rocha (2015) e Muniz (1913) elucidam que alguns dos negros africanos chegaram ao Pará entre 1753 e 1801, conseguiram obter sua liberdade ao fugirem da cidade, das fazendas ou do porto de desembarque, em São Miguel do Guamá, antes mesmo da colonização da região de Bragança; estabeleceram-se em um mocambo próximo a aldeias indígenas, às margens do rio Maracanã. Segundo as histórias contadas na região, havia um quilombo formado com aproximadamente 1000 negros, mas, devido a conflitos com fazendeiros, o governo do estado resolveu encaminhar as suas tropas para invadir a área, matando grande parte dessa população. Os que sobreviveram ao massacre subiram o rio, e em suas margens, deram origem a outras comunidades negras remanescentes.

Para além dos estudos apresentados, que manifestam a conexão entre os negros fugidos e os indígenas que se encontravam às margens do rio Maracanã, os relatos dos entrevistados abaixo nos confirmam que o elo cultural entre esses dois povos ainda permanece vivo na comunidade de Nossa Sra. do Livramento: *“sou filha de índio, minha mãe era índia, minha avó era índia. O meu pai que era ri-grandença, contava que antigamente aqui tinha um trapicho⁶ e tinha uma canoa a motor que ele enchia de mercadoria (espelho, batom, esmalte...) e saía de rio abaixo até Porto Seguro, onde tinha uma tribo chamada Canaã para fazer troca e até presentear as índias, aonde ele encontrou a minha mãe, e trouxe ela para comunidade do Livramento com 12 anos, né, e foram viver juntos aqui. Quando minha mãe morreu eu tinha 7 anos, foi enterrada aqui, no cemitério do antigo Livramento que era perto do igarapé. Eu era pequena mais ainda lembro de algumas coisas, quando ela enterrava tucum⁷ e depois desenterrava, lavava, enxugava e botava no pilão⁸ pra pisar, pra*

⁶ **Trapiche** - toscas pontes de madeira que entravam algumas dezenas de metros no Estuário, permitindo o acesso às **embarcações** que não podem chegar até a margem.

⁷ **Tucum ou tucumã** - é uma fruta típica da Amazônia que pode ser consumida ao natural ou usada no preparo de ensopados, risotos, tapioca, bolos, geleias e sorvetes.

⁸ **Pilão** - peça, geralmente de madeira, de extremidade arredondada, que serve para pilar, socar, esmagar, ou triturar alimentos (café, milho, amendoim etc.).

fazer suco pra gente. Lembro quando ela saía para pescar com o meu pai. Ela que ensinou ele a pescar com choque, com tesado e fazer o material, o arpão⁹, o choque. Ela tirava as varinhas bem fininhas na mata e tecia pra fazer o choque. Lembro também do povo que vivia nesse tempo aqui, no Livramento, eram os negros antigos, era lá pra cima, onde só tinha a igreja e o cemitério. Lembro da dona Fabríciana, da Enríqueta, da Fortunata, do meu padrinho João Leandro, da madrinha Maria Angelica, todos eram negros. Seu João vino que também era parente, morava lá pra dentro, que agora é tudo fazenda.” (Entrevistada 13).

“Eu nasci na beira rio maracanã, meu pai era índio puro, a minha que já era misturada. Faço parte dos índios da aldeia Canaã. Esses índios viviam espalhados até a antiga Cintra que hoje é Maracanã. Os mais antigos foram morrendo e veio a nova geração que foi se misturando, eu vivi no mato por muito tempo, Tinha medo de tudo, até os meus 8, 12 anos tinha medo de sair de casa, eu vi carro e comi pão com 12 anos. Por isso que gosto de estar no mato, comer peixe, marisco, caçar... desde novinho eu pescava, caçava, trabalhar na roça, aprendi muita coisa com o meu pai, agarro peixe de ferrão nos córregos, bagre, pratiqueira¹⁰. Era muito bom, mas foi muito difícil me adaptar, porque fui criado no mato. Eu sei fazer panela de barro, abano, cesto de cipó e de bambú, canastras de colocar nas costas, paneiro¹¹. Meu pai me ensinou muitas coisas, até remédios com as ervas. Cortava o cabelo dos meus

⁹ **Arpão** - instrumento de pesca, espécie de dardo, munido de cabo com ponta farpada e afiada, que serve para fisgar e prender peixes.

¹⁰ **Pratiqueira** - Mugil curema, popularmente conhecido como tainha, parati, parati-olho-de-fogo, pratiqueira, paratibu, pratibu, saúna, solé e mondego, é um peixe marinho eurialino da família Mugilidae.

¹¹ **Paneiro** - pequeno cesto de vime com duas asas

com o cipó de ioioca¹², tirava um fiapo¹³, dobrava no meio e torava o cabelo, não dava pra rebaixar, só torava redondo, mais era melhor que uma Gillete, era que nem uma navalha. Ainda sei algumas palavras diferentes que eles falavam, pois conversavam a língua deles. Hoje com 57 anos vivo aqui na comunidade do Livramento com a sobrinha da dona Tereza que já é dos quilombolas.” (Entrevistado 14).

“Mamãe contava que minha avó quando era criança foi acuada pelos cachorros na mata. Ela vinha acompanhada dos seus pais, mas quando os homens chegaram perto dos cachorros eles já tinham corrido e ela ficou, foi quando pegaram ela. Viram que era uma índia e braba, levaram ela para casa e ficaram tentando adomar ela, pois ela não sabia falar e era muito braba, passou três dias sem comer querendo morder todo mundo. Mas com o tempo foi se amansando. Aí, só sei que foi crescendo, que depois teve família, que teve minha mãe e meus tios. A minha mãe índia se casou com o meu pai que também era índio. Sou filho de índio puro, só não sei de que tribo eu sou, porque nem a minha mãe e nem o meu pai nunca me contou. Quando eu era pequeno morava na Curva que também fica perto do rio Maracanã. Mas tem muita coisa que ainda lembro que minha mãe fazia. Ela fazia tudo que era marca de artesanato, alguídar¹⁴, panela de barro, fazia tudo. Mãe era muito estuciosa. A mamãe aprendeu muita coisa com a mãe dela, minha avó, índia pura, pois quando pegaram ela já estava grandinha. Não aprendi nem a metade das coisas dela. A mamãe,

¹² **Ioioca** - tipo de trepadeira da família das Combretáceas, da Amazônia e da África tropical.

¹³ **Fiapo** - fio delgado, fiozinho.

¹⁴ **Alguídar** - recipiente redondo, feito de barro, madeira, metal ou plástico em que o diâmetro da boca é superior ao do fundo.

tanto é, que rezava, ensinava remédio. Coisa que se o médico enganasse uma pessoa doente, pois a mamãe fazia o remédio com as plantas e a pessoa ficava bom, rezava e a pessoa ficava bonsinho. Também aprendi a pescar com os meus tios, índios velhos, fazer camina, que é um paneiro cumprido que a gente coloca dentro da água com a isca e quando o peixe vem, puxa naquela isca, aquele paneiro desarma e já leva o peixe que já fica dependurado de cabeça pra baixo. Aprendi também o masserá, outro tipo de pescaria, um tambor, pau ocado, uma caranã ou uma açaizeira, que a gente coloca a isca, o peixe entra naquele oco, buraco, pega na isca e ele puxa, o troco desaba e desce em cima do peixe e ele não tem como sair. Tem o matapí, o choque, o cacuri, tudo era armadilha de pegar o peixe, não tinha malhadeira, rede de arrastão, nesse tempo era mais isso. Mas ainda pescou, só que de rede. Eu lembro de tudo, se eu fosse fazer hoje, ainda acertava. Aprendi a trabalhar na roça e a roça até hoje, só vou parar quando eu morrer. Estou aqui a anos, tenho uma filha, você sabe como ela é, todinha uma índia. Vive com o rapaz que é dos quilombolas. Eles têm filhos já casados e tem netos. Agora já tem outras gerações misturada, sangue dos índios e quilombolas.” (Entrevistado 15).

É notável que as falas nos revelam sinais da existência de aldeias indígenas, em tempos passados, no trajeto do rio Maracanã, onde provavelmente os negros fugidos viram naquele espaço um meio de subsistência e autonomia. Isso nos remete à compreensão de singularidade e ao mesmo tempo de convergência entre populações étnicas, as quais mantiveram grupos de contato antes e depois da colonização. Dessa maneira, trazem para a contemporaneidade os filhos da miscigenação indígena, africana e nordestina, concebidos por meio de contínuas interferências e tradições de princípios culturais. É o que ressalta Pacheco (2011), ao afirmar que essas populações locais, oriundas de históricos trânsitos culturais envolvendo assimilações, trocas, empréstimos, conflitos, resistências, negociações,

interações sociais, perdas e ganhos, são fruto das diversas misturas de culturas indígenas, europeias, africanas e asiáticas. Segundo o autor, esses povos que se desenvolveram por meio de constantes mediações, interpretações de códigos culturais são reflexos da realidade atual.

Portanto, ao se analisar os parâmetros que o autor acima expõe, referentes às traduções dos saberes de um povo e as informações coletadas em campo, nos parece ser admissível pensar que, embora as matrizes culturais que permeiam a comunidade do Livramento não estejam tão bem firmadas, a origem dessa população aparenta ter surgido nesta região através de cursos d'água, matas, roças, locais de pesca, propriedades rurais e principalmente em mocambos, agregadas a diferentes identidades e culturas.

Por isso, torna-se claro os vestígios de uma aproximação entre os indígenas, que supostamente existiam no curso do rio Maracanã, e os negros fugidos, que vieram do Maranhão pelas matas e rios. Formaram os seus mocambos e passaram a manter relações de troca de saberes, compartilhamento de práticas agrícolas e pesqueiras como meio de sustento familiar; demonstrações de estratégias de resistência como forma de sobrevivência e perspectivas de liberdade.

Prado (2018) afirma que, mesmo com as teorias apresentadas sobre a origem dos primeiros moradores da comunidade, ainda há muito para ser esclarecido. É certo que foi mediante a resistência aos cativos que os moradores do quilombo N. Sra. do Livramento conseguiram se fixar às margens do rio Maracanã. Segundo o autor, à três fatos históricos importantes quanto à constituição desse território quilombola que precisam ser mencionados. O primeiro consiste no processo de formação territorial amazônico, o qual conduziu como eixo principal o uso das redes fluviais; o segundo, a edificação da ferrovia Belém-Bragança, iniciada em 1883, a qual foi de suma relevância para a rede de transporte dos gêneros agropecuários, com uma estação localizada dentro da área da comunidade, a partir de 1903; e o terceiro, a construção da Rodovia PA-242, após a desativação da ferrovia, ainda se portando para o processo de formação da comunidade.

Diante das visões apresentadas, percebemos que a origem da comunidade ainda é um elemento a ser estudado com mais profundidade, pois, a cada investigação, dados novos passam a surgir, trazendo indagações sobre a origem e formação da comunidade do Livramento, como a percebida na entrevista com a Sra. Tereza da Costa, que de posse da carteira de identidade da sua avó, Sra. Florentina

Gulart da Silva, nascida 1905, questionou sobre com qual idade dona Dorina Maria Conceição teria dado à luz a sua filha Florentina. Deduz-se que pela idade da Sra. Dorina Maria da Conceição, chegaria a uma possível data de ocupação do território do Livramento: *Eu tenho essa identidade da minha avó Florentina (Fotografia 2) e pelo que eu sei ela nasceu aqui no Livramento, mas não sei quando a sua mãe Dorina, minha bisá, chegou nessas terras. Isso que eu queria saber, pois com o ano de chegada da minha bisá nesse lugar ou com a idade da minha avó Florentina, já dava pra gente fazer um cálculo do ano de quando esse lugar foi povoado, pois tudo indica que a minha bisá Odorina foi uma das primeiras moradoras vindo do Maranhão, que a partir daí foi se formando a nossa família que até hoje ainda permanece na comunidade pra contar a história dos negros escravos que vieram fugidos do Maranhão, que são as histórias deixados pelos antepassados . E tem mais, a minha mãe contava que políticos vieram visitar esse lugar, querendo fundar aqui nessas terras a cidade de Igarapé-Açu, mais as tias da minha mãe e outros moradores imploraram pra eles não fazerem isso, pois não tinham como sobreviver em outro lugar, tinham medo de acabar o rio que era de onde tiravam o peixe para sustento e de não terem mais as terras que cultivavam os outros alimentos. Que vendo todo o lamento do povo que já morava nesse povoado, os políticos desistiram da ideia e foram criar Igarapé-Açu mais na frente, onde existe a cidade até hoje com a idade de 117 anos. Então, fazendo a contagem desse fato e também da data de nascimento da minha avó, como a senhora ver na identidade, já dar pra gente ter uma noção da idade de povoamento desse lugar. Estamos lutando para chegar a essa data, esse é um sonho que eu tenho, de*

comemorar a data de povoamento da nossa comunidade.”
(Entrevistada 1).

Fotografia 2 - Carteira de Identidade de Florentina Gularte da Silva.



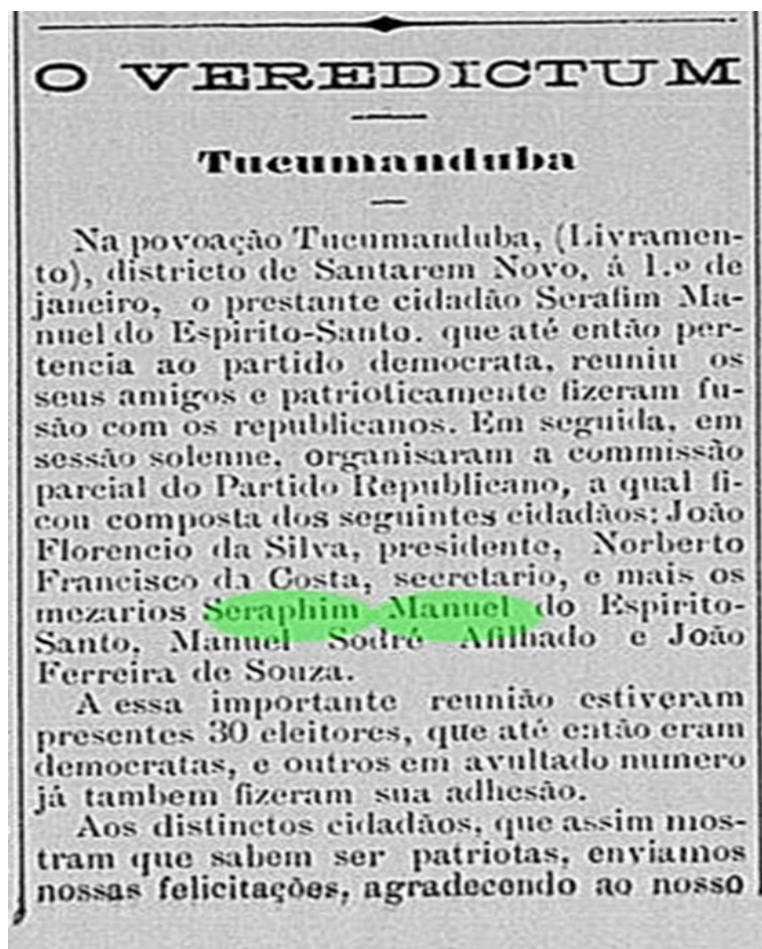
Fonte: Arquivo pessoal de Tereza Costa (2023)

A um tempo atrás, um rapaz que trabalha no Museu Emílio Goeldi nos trouxe duas datas para a gente escolher pra se comemorar o aniversário do Livramento, uma do dia 18 de agosto de 1911 e a outra de 24 de agosto de 1910. Essas datas ele nos falou e mostrou em um jornal que dizia quando foi registrado o povoado como Livramento, pelo governador. Ele nos explicou direitinho, mas agora já não lembro pra lhe falar. Mas ainda achamos que nossa comunidade ainda é mais velha, pois essas datas nos indicam que a comunidade tem de 102 a 103 anos de povoamento e sabemos que não é só isso. Mas nós ainda estamos pensando se a gente comemora em uma dessas datas ou espera pra ver se a gente descobre alguma coisa mais antiga sobre a história dos escravos que vieram para essas terras, pra gente comemorar a idade do Livramento, pois a gente acha que é mais de 130 anos. (Entrevistada - 1).

Desse modo, diante de alguns relatos e literaturas referentes ao início da povoação, no território do Livramento, chegamos a algumas dúvidas. Porém, para complementar a fala da entrevistada acima, no que diz respeito às datas que lhes foram repassadas, foi necessário entrevistar o técnico do Museu Emílio Goeldi, Dr. Antonio Elielson Sousa da Rocha, para melhores esclarecimentos sobre os referidos registros. Assim, ele confirmou que foi até o Livramento para levar informações sobre as referidas datas, a pedido da líder da Comunidade, visto que população estava querendo comemorar o tempo de povoação.

O técnico declarou ainda que até o momento não se sabe exatamente quando se formou o povoado, mas que segundo passagens escritas no Jornal O Veredictum Tucumanduba, (Fotografia 3), o povoado de Livramento também era conhecido por “Tucumanduba”, distrito de Santarém Novo.

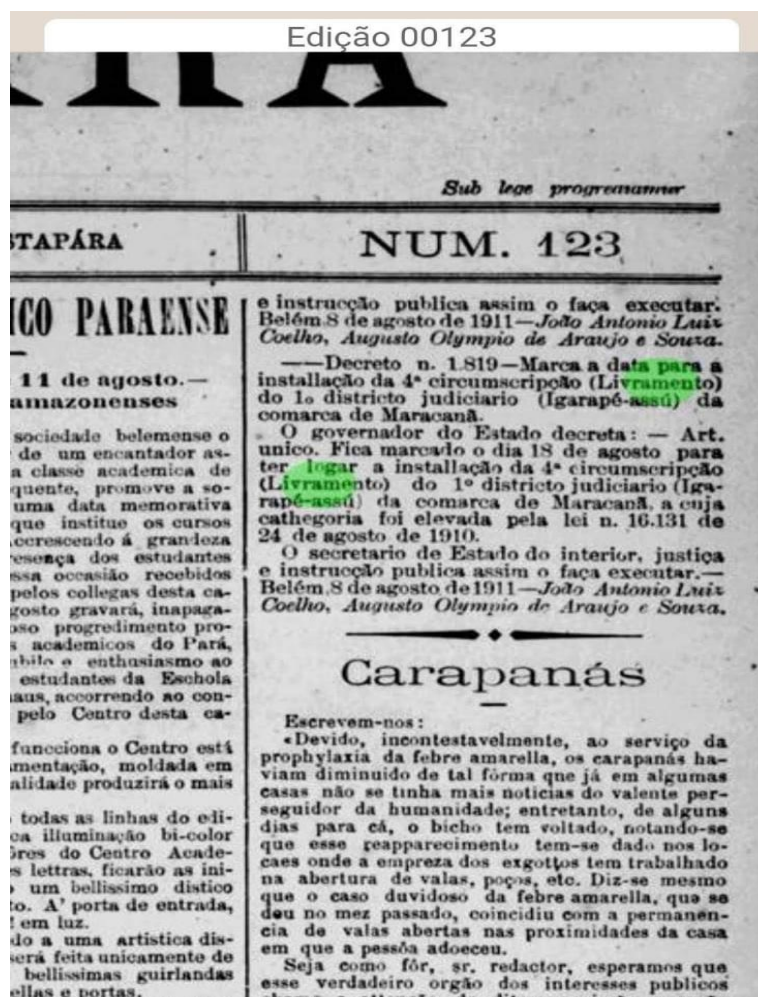
Fotografia 3 - Recorte do Jornal O Veredictum Tucumanduba.



Fonte: Arquivo pessoal de Elielson Rocha (2023)

Conforme a redação noticiada no Jornal do Estado (Fotografia 4), Tucumanduba (Livramento) passou por mudanças, no que concerne à jurisdição pertencente.

Fotografia 4 - Recorte do Jornal Estado do Pará -1911



Fonte: Arquivo pessoal de Elielson Rocha (2023)

Diante do contexto apresentado, entendemos que a comunidade do Livramento, em épocas passadas, era conhecida como Tucumanduba, distrito de Santarém Novo. A partir da Lei 10.131, de 24 de agosto de 1910, foi criada a 4ª circunscrição Livramento, passando a fazer parte do município de Igarapé-Açu, porém sendo divulgada a sua instalação apenas em 18 de agosto de 1911.

Conforme o exposto, a comunidade já possui disponível duas datas a serem definidas para se comemorar o tempo de povoação, entretanto, pelo que já foi relatado anteriormente, ainda se esperam novas informações para que de fato seja oficializada

uma data para festejar o dia de fundação da comunidade. Vale ressaltar que a comunidade do Livramento já se encontra titularizada pelo Instituto de Terra do Pará (ITERPA), desde 6 de maio de 2010 (ITERPA, 2020), e certificada como Quilombo pela Fundação Cultural Palmares desde, 5 de julho de 2013 (Fundação Palmares, 2016). Como forma de resolver as situações da comunidade, a presidente da Associação de Remanescentes Quilombolas Nossa Senhora do Livramento-ARQUINSEL, utiliza uma política comunitária, por meio da referida Associação, na qual os associados se reúnem para discutirem as problemáticas, bem como o desenvolvimento de projetos que possam trazer benefícios à comunidade, entre outros elementos de interesse social e comunitário, conforme Paiva (2018).

De acordo com as observações participativas e diálogos em campo, a comunidade dispõe de dois centros religiosos: a igreja evangélica e a católica. Porém concentrando maior número de fiéis na igreja católica de Nossa Senhora do Livramento, considerada a mais antiga da comunidade, onde os devotos à santa realizam os seus cultos e comemoram o dia da padroeira, na data de 18 de setembro

No que se refere à cultura do carimbó, que foi deixada pelos antepassados, está se perdendo ao longo do tempo, devido aos jovens não demonstrarem muito interesse em dar continuidade à tradição. Mas, para manter a cultura viva, as crianças são incentivadas a realizarem apresentações de carimbó, além de danças africanas nos festejos da comunidade, em específico no 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, fazendo referência à comunidade enquanto remanescente de quilombos.

Segundo informações coletadas pela Agente Comunitária de Saúde - ACS que acompanha os moradores da comunidade do Livramento, atualmente a comunidade é composta por 303 habitantes correspondentes a 105 famílias; têm como base econômica as fontes advindas da aposentadoria, agricultura, auxílios do governo federal, extrativismo, pesca e pequenos comércios. A pesca fica em última escala como fonte de recurso financeiro, visto que os peixes capturados atualmente pouco suprem a necessidade do consumo familiar, devido à diminuição que vem ocorrendo no decorrer dos anos, como reflexo da pesca predatória.

Além dos dados relevantes sobre a formação da comunidade já aqui expostos, com a sua rica interculturalidade e troca de saberes, Prado (2018) elucida que as características naturais da localidade permitiram o refúgio das famílias e o desenvolvimento de atividades agroextrativistas, como a caça, a elaboração de

artesanatos com o junco, o cultivo de alguns alimentos e a pesca como meio de subsistência alimentar da comunidade, desde o ano de 1900.

A diminuição dos peixes, devido à pesca predatória, é evidenciada desde o ano de 2012, no entanto, de acordo com relatos de pescadores entrevistados, as consequências, mediante a pesca predatória, já vêm ocorrendo desde o ano de 1997, ocasionando impactos socioeconômicos e culturais na comunidade: *A escassez do peixe já vem de muito tempo, até os dias de hoje Lembro que fizemos uma reunião mais ou menos em 1997 para falar da diminuição do peixe, que já vinha causando problemas na comunidade, porque além de faltar alimento, estava diminuindo o dinheiro e até mesmo a quantidade de pescadores, porque tinha que sair pra trabalhar fora.* (Entrevistado 2).

Dessa forma, ao se valorizar o conjunto de informações retratadas acima, que nos apresenta um breve desenho da comunidade do Livramento e sua aproximação com a trajetória do negro africano escravizado, tendo em vista os meios de relacionamentos com os recursos que possibilitam a construção da natureza e asseguram a reprodução integrada dos grupos sociais. Fizemos uma abordagem sobre a síntese da pesca artesanal em comunidades tradicionais; a pesca na comunidade do Livramento; apetrechos e técnicas que levam em consideração a fonte de alimento da comunidade; impactos causados aos recursos naturais que afetam a pesca na comunidade; e, intervenções que consideram a pesca na comunidade.

Os enfoques se deram por meio do diálogo entre as falas dos entrevistados, da pesquisadora e dos apostes teóricos, visando investigar, registrar e analisar os fenômenos estudados durante a pesquisa em campo. Para esse fim, na sequência serão aclarados os caminhos percorridos que levaram ao alcance dessa investigação científica.

2 PERCURSO METODOLOGICO DA INVESTIGAÇÃO

Este estudo trata da pesca na comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento. Para enriquecer o debate em torno da questão, nos concentramos em torno da pergunta que norteou a definição do campo, o método da investigação e as diversas formas de reflexões, no sentido de averiguar as práticas de pesca utilizadas enquanto meio de conservação da fonte de alimento da comunidade. Assim, para examinar o conjunto de informações requisitadas em campo, foi necessária a sensibilização de importantes protagonistas (pescadores e pescadoras) do contexto da pesca artesanal, a fim de compreender a percepção desses atores diante das suas práticas, considerando a fonte de subsistência alimentar da comunidade. Diante desse contexto, presumimos que a pesquisa qualitativa seria a mais satisfatória para o fortalecimento da investigação.

2.1 Motivação do estudo

O motivo do estudo se justifica pelo fato de que, desde a graduação, Almejei¹⁵ realizar uma pesquisa na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento voltada para as questões ambientais, uma vez que já havia rumores sobre impactos cometidos aos recursos naturais dentro do território da comunidade. Além disso, pelo fato de acreditar que, como professora de escola pública do/no campo, assentada no interior da Amazônia paraense, mais precisamente a 4 km da comunidade, pudesse contribuir com um melhor esclarecimento sobre os visíveis impactos ambientais na comunidade, devido à utilização de apetrechos e técnicas usados na pesca artesanal.

Acredito que o estudo realizado servirá de subsídio para a comunidade na busca de políticas públicas responsáveis pelo ordenamento e fiscalização da pesca, assim como de ações com perspectivas na educação ambiental¹⁶ e cultural¹⁷,

¹⁵ **Almejei** - Peço licença à banca examinadora para utilizar a primeira pessoa do singular, nesta parte da dissertação, por considerar a individualidade de pesquisadora enquanto sujeito da investigação.

¹⁶ **Educação Ambiental** - processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º.

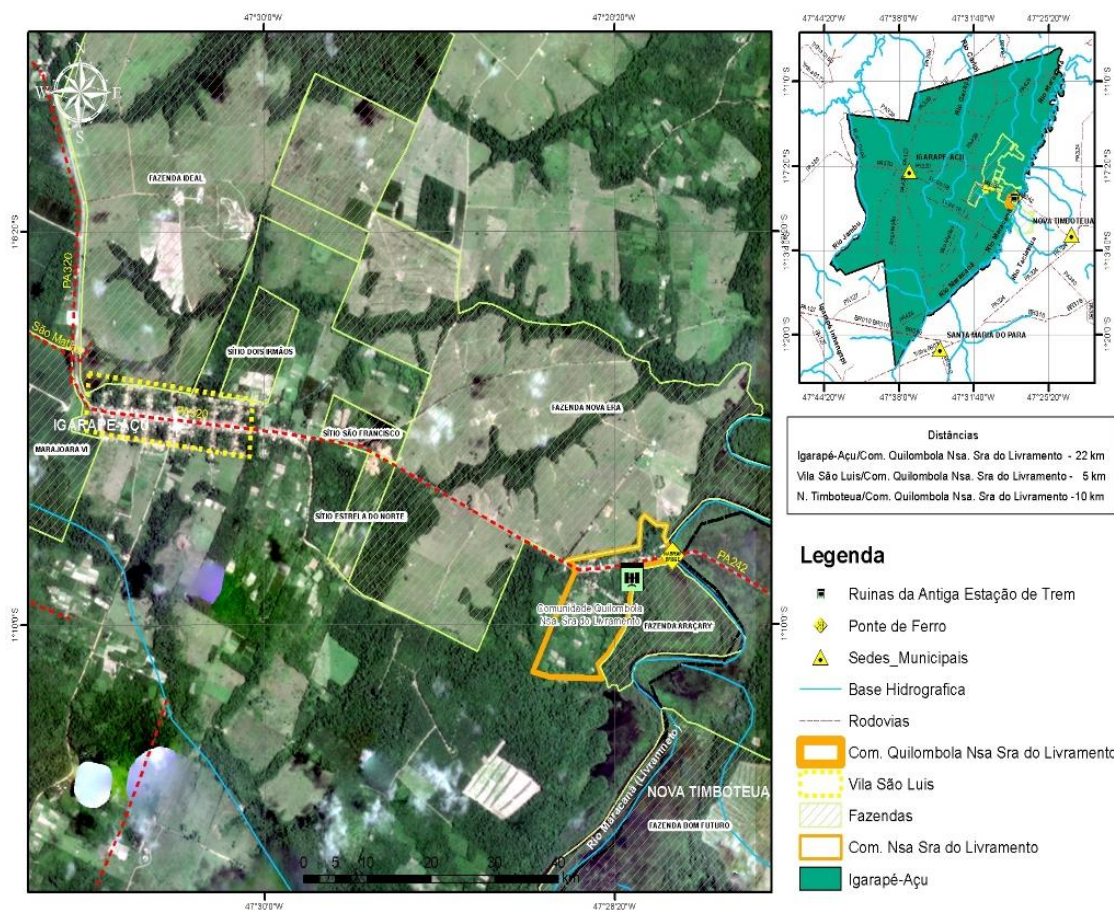
¹⁷ **Educação Cultural** - o processo de aprendizagem e desenvolvimento de indivíduos em relação à cultura. Busca promover o conhecimento e a valorização das diferentes manifestações culturais, como

objetivando a conservação dos recursos naturais e a preservação do saber/aprender como legado histórico/cultural de uma comunidade tradicional.

2.2 Área de estudo

O estudo foi realizado na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, está situada entre os municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua, na Rodovia PA-242 (Mapa 3), microrregião nordeste do Estado do Pará, com distância de 22 km da sede do município e a 132 km de Belém, capital do Estado (Nascimento, 2015).

Mapa 3 - Localização da comunidade Nossa Senhora do Livramento.



Fonte: Satélite Planet (2023)

arte, música, dança, teatro, literatura, entre outras. Além disso, a educação cultural também estimula a reflexão crítica sobre a cultura e suas influências na sociedade.

“A cobertura florestal da comunidade é de floresta perenifólia e hidrófila, sendo substituída pela floresta secundária e áreas destinadas à agricultura, com 100% de alteração antrópica” (Nascimento, 2015, p. 12), e tem como áreas limítrofes atualmente, em 2023, a fazenda Nova Era e a fazenda Araçary, à margem direita.

A área total demarcada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) é em torno de 140 ha, tendo como Área de Proteção Permanente (APP) 1 ha correspondente a do rio Maracanã e do igarapé Castanheira; e 10 ha da faixa de domínio da Rodovia PA-242, onde se registra uma área de aproximadamente 128 ha para o desenvolvimento de plantio e construção das moradias dos habitantes da comunidade.

Diante da área de estudo já delimitada, buscamos os indivíduos participantes da pesquisa com a finalidade de obter desses protagonistas informações relevantes para o desenvolvimento do estudo, de acordo com as nuances ensejadas.

2.3 Amostra dos sujeitos participantes

A população estudada foi definida pelo tempo de moradia na comunidade, saberes, experiências e práticas na atividade de pesca artesanal. A partir desses dados, delimitou-se a população de amostra desta pesquisa. Foram selecionados 23 sujeitos, entre homens e mulheres, pescadores(as) ativos e inativos, com idade ente 16 a 93 anos, alfabetizados e não alfabetizados, que forneceram os dados necessários, dentro do campo da investigação (tabela 1).

Tabela 1 - participantes da pesquisa.

PARTICIPANTES DA PESQUISA		
Sujeitos	Quantidade	Idade
Mulheres	03	38 a 71
Homens	7	16 a 31
Homens	13	32 a 93

Fonte: da autora (2023)

Diante do quadro de participantes, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, com base no roteiro de perguntas que foi construído de

acordo com os objetivos propostos e os estudos bibliográficos. As entrevistas, quando autorizadas, foram gravadas e transcritas para análise posterior.

É importante ressaltar que todos os participantes foram esclarecidos sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice B), que, por espontânea vontade, assinaram. Em consonância com esses aspectos, todos os participantes receberam uma numeração para que mantivéssemos preservadas suas identidades. Dessa maneira, no que concerne aos aspectos éticos, esta pesquisa está pautada no art. 3º e seus respectivos parágrafos da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que instaura os princípios éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas.

2.4 Inserção em campo

Anterior a inserção em campo, foi realizada a primeira etapa do estudo, que constitui-se da busca por dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Repositório Institucional da UFPA, e em artigos no Google Acadêmico, com o objetivo de identificar estudos e recortes semelhantes à temática da pesquisa, principalmente produções com dados da comunidade do Livramento, visando fundamentação para a construção do referencial teórico e um melhor aprofundamento sobre o tema estudado.

A inserção em campo iniciou na segunda etapa, que compreendeu os meses de janeiro a junho e de agosto a novembro do ano de 2023, com duração de oito meses. No primeiro mês desse período, foi realizada reunião com a sra. Tereza Soares da Costa, presidente da Associação de Remanescentes Quilombola Nossa Senhora do Livramento, para apresentação do projeto de pesquisa e pedido de autorização (Apêndice C), para o desempenho do trabalho em campo. Objetivamos o contato direto com os membros da comunidade, a fim de repassar confiança, respeito, comprometimento e credibilidade ao trabalho, bem como para participar com segurança das suas vivências diárias.

Na sequência dos demais meses, foram realizadas as observações, escutas, diálogos informais, gravações, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos, elementos que dariam suporte à investigação. Diante de toda cautela, é importante ressaltar que, em primeiro momento de contato com a comunidade, já foram efetivadas observações quanto ao comportamento dos sujeitos presentes. Fizemos

isso considerando os objetivos da pesquisa e à necessidade de acolhimento da pesquisadora junto ao ambiente da comunidade.

Após a autorização, foi realizado o levantamento dos sujeitos participantes da pesquisa, no caso, os pescadores e pescadoras, de acordo com o perfil apontado no projeto, com o auxílio da presidente da associação. Nesta etapa foram realizadas as visitas nas residências dos sujeitos selecionados, para a apresentação do estudo, agendamento das entrevistas e da participação nas atividades de pesca. Foram realizadas as visitas em dias alternados, de acordo com a disponibilidade dos participantes escolhidos. Ainda em um segundo momento, os participantes da pesquisa foram orientados sobre o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a resolução 510/2016. Dessa maneira, ficava a critério do entrevistado a forma mais confortável de manifestar o seu consentimento.

Em um terceiro e prolongado período, foram realizadas as entrevistas, com o intuito de coletar os relatos e testemunhos mediante as perguntas norteadas pelo roteiro da entrevista, formulado de acordo com a problemática, hipótese e objetivos da pesquisa. Paralelamente às entrevistas, também foram agendadas a participação nas atividades de pesca, que oportunizaram a coleta de informações de forma prática vivenciada. Por fim, o terceiro momento consistiu na transcrição dos dados coletados por meio do conhecimento subsidiado no empirismo e nas literaturas estudadas.

2.5 O caráter qualitativo da investigação

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador vai a campo com o objetivo de “captar” o caso em estudo, a partir da convicção dos indivíduos nele envolvidos e deve levar em consideração todos os pontos de vista relevantes. Inúmeras espécies de dados são recolhidas e examinadas para que se compreendesse o desempenho do fenômeno (Godoy, 1995). Desse modo, para viabilizar os objetivos propostos, optamos por realizar uma investigação com abordagem qualitativa, pois, nesse contexto Cruz (2010) afirma que as experiências do pesquisador são de fundamental importância no processo de compreensão dos fenômenos a serem estudados. Para Chizzotti (2003, p. 222), o termo qualitativo sustenta que os fenômenos humanos “criam e atribuem significado às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas”.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 52), o aspecto qualitativo da pesquisa é

acima de tudo um “conjunto aberto de asserções, conceitos ou proposições logicamente relacionados e que orientam o pensamento e a investigação”. Para Cruz (2010, p. 94) “Os estudos identificados como qualitativos no geral são investigações acerca do comportamento humano a partir da perspectiva do sujeito, o que os tornam passíveis a uma subjetividade mais dilatada”. Assim, entendemos que a investigação qualitativa com base exploratória, descritiva e indutiva permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, a visualização e acompanhamento da dinâmica real em campo, com vista aos procedimentos a serem adotados, ao aprimoramento das ideias e a construção de hipóteses. Dessa maneira, descreve, por meio da observação, a característica de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência, partindo-se de uma possível verdade apontada anteriormente, para se chegar em novas conclusões.

Dito posto, é necessário que o pesquisador observe os fatos, sob a ótica de alguém interno à organização (Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento no município de Igarapé-Açu), podendo vivenciar relações de saberes advindos das experiências que o protagonista da pesquisa apresenta diante dos seus costumes e modo de vida, como bem define Geertz (1997, p. 87), na sua abordagem sobre “experiência próxima”:

“experiência próxima” é, mais ou menos, o que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes veem, sentem, pensam, imaginam etc. e ele próprio entenderia facilmente, se os outros utilizassem da mesma maneira (Geertz, 1997, p. 87).

Ao complementar ainda a fala do autor citado anteriormente, no que tange à simbiose entre saber e experiência, Fernandes e Fernandes (2015, p. 138) ressaltam que:

A experiência próxima “obriga”, na prática investigativa do saber, a uma aproximação entre o intelectual-pesquisador e o praticante usuário, em dada cultura, uma vez que, para considerarmos o saber enquanto envolvimento sujeito e objeto, há de se ter em conta que o investigador também é parte de seu próprio objeto de pesquisa, mediante a construção de uma dialética “intelectuais-massa”. Assim é que o próprio constructo de pesquisa – etnografia, monografia, história oral, documentários, etc. – se vale da consideração de que é um texto da intersubjetividade e da interculturalidade: entre sujeitos em campo; entre espaços e imaginários distintos (Fernandes; Fernandes, 2015, p. 138).

Assim, torna-se pertinente a pesquisa qualitativa por valorizar a construção do saber coletivamente, considerando a experiência dos atores sociais e os significados das suas ações/interações, mediante o modo em que vivem e a sua cultura. Bogdan

e Biklin (1994) nos dizem que a investigação passa a ser formulada com o propósito de investigar os fenômenos diante da sua complexidade, em um contexto natural, sendo os dados coletados ricos por suas particularidades.

Dessa maneira vale ressaltar que o enfoque qualitativo foi do tipo Estudo de Caso, que para Ludke e André (1986, p. 18) “se constitui numa unidade dentro de um tema mais amplo”, descreve uma instância singular e um objeto que é tratado como único, podendo a realidade ser vista por diferentes dimensões, mas não havendo uma única que seja a mais verdadeira.

2.6 O estudo de caso no contexto da investigação

“O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (Godoy, 1995, p. 25). No contexto da investigação, esse método constitui a configuração teórica mais adequada, em razão de seu caráter relevante, no sentido de buscar desvelar a prática de pesca dos moradores do Livramento, considerando a conservação da fonte de alimento da comunidade.

Nosso estudo de caso foi realizado com o uso de instrumentos e técnicas do método etnográfico, o que o torna relevante diante do motivo da investigação, pois oportuniza a convivência, a compreensão do que está sendo dito e a participar das conversas e acontecimentos da vida cotidiana dos sujeitos da pesquisa. Isso tudo visando um estudo mais previsível das percepções e dos comportamentos na rotina diária, em um diálogo baseado nas referências bibliográficas revisadas.

Para Macedo (2014, p. 29):

o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia definida pelo interesse em casos individuais, visando sobretudo à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (Macedo, 2014, p. 29).

Diante da fala do autor, entendemos o estudo de caso como um método que possibilita identificar o objeto, diferenciando-o dos demais elementos por suas especificidades. Como o caso da pesca no Livramento, com o uso dos apetrechos e técnicas que foram deixadas pelos antepassados e que estão sendo repassadas entre as gerações. Porém, vale frisar que nessa configuração o estudo se apresenta sujeito

a novas descobertas em virtude da flexibilização da dinâmica em campo.

Seguindo o entendimento, “estudo de caso pode ser simples e específico, ou complexo e abstrato. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter os seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo” Ludke e André (1986, p. 17). No contexto desta pesquisa, refere-se a um conjunto de processos voltados aos comportamentos dos indivíduos diante da pesca, cujo estudo permite detalhar os aspectos importantes que se pretende investigar junto aos pescadores(as) como: tipos de apetrechos e técnicas usadas na pesca; relevância da pesca enquanto fonte de alimento; existência de impactos ambientais e intervenções na prática de pesca, correlacionados com o quadro teórico construído que fundamenta as particularidades do objeto.

Ludke e André (1986) descrevem que o enfoque qualitativo na investigação manifesta a realidade de maneira complexa e profunda. O pesquisador busca desvendar o objeto em estudo como um todo, realçando a complexidade natural das situações e mostrando a interrelação dos seus componentes. Mesmo que o investigador parta de algum pressuposto teórico para iniciar a investigação do estudo, procurará se manter seguro e atento a novos e importantes elementos que surgirem durante a investigação. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa se sustenta na afirmação de que o conhecimento não é algo acabado, que está em constante movimento, na qual a sua construção se faz e refaz constantemente.

Portanto, diante das ponderações, a utilização desse método, de acordo com o contexto dos sujeitos informantes, busca conhecer com cautela a prática de pesca desenvolvida na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento. Enfatizamos que, embora se tenha ciência das dificuldades no desempenho do método escolhido, há grande relevância como instrumento de investigação, uma vez que procura desvendar um objeto para validar um estudo científico.

2.7 A observação participante e a entrevista como estratégia de coleta de informação

De acordo com os sujeitos informantes, que forneceriam os dados de campo para a pesquisa, pescadores e pescadoras da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, optamos por utilizar a observação participante e a entrevista como técnica de coleta de informação. Desse modo, no primeiro momento, utilizamos

o método de observação participante que, segundo Malinowski (1978), o pesquisador passa a se inserir no local pesquisado e estabelece um contato direto com o objeto de estudo. Assim, surgiram os primeiros contatos com o objeto investigado, permitindo a inserção em campo por meio de conversas e interações com a liderança e membros da comunidade, além de ser observado o cotidiano dos pescadores nas atividades relacionadas à pesca artesanal.

Dessa maneira, percorremos alguns caminhos e instrumentos do método etnográfico que deram suporte às visitas em campo, facilitando as relações/interações com a categoria pesquisada. Vale ressaltar que todas as informações foram registradas em um caderno de campo, gravações e fotografias. É importante frisar que, no percurso da coleta dos dados, não houve intercorrências e tentou-se uma aproximação com os pescadores para obter confiança e acesso ao máximo as informações pertinentes ao estudo.

A observação participante foi pertinente na pesquisa para fundamentar as teorias estudadas e as falas dos entrevistados que abordaram situações voltadas aos impactos causados na comunidade, mais precisamente ao rio Livramento; pois, como sinaliza Proença (2007), diferente das entrevistas, na observação participante o pesquisador vivencia as manifestações que analisa para melhor compreendê-la. Constata e age cuidadosamente, conforme sua compreensão daquele universo; insere-se nas relações sociais, busca compreender dentro da situação observada no comportamento.

Para a autora, as pessoas se movem e dão sentido ao mundo, dando o significado ao seu ambiente. O pesquisador precisa se integrar no universo ao qual está inserido para melhor compreender o comportamento daqueles que fazem parte de uma cultura, com o domínio dos seus aspectos simbólicos, incluindo costumes e linguagens.

Proença (2007) complementa a pertinência e o entendimento da técnica para o estudo, resalta que esse método leva em consideração o tempo, o lugar e as circunstâncias em que se encontram o objeto de estudo, pois quanto mais tempo o investigador passar observando o objeto de análise, maiores serão as adequações e as possibilidades de interpretação, que visam a obtenção dos resultados. Assim, quanto mais familiaridade tiver com o grupo, em situação social vivenciada, mais reais serão as interpretações.

Em se tratando de lugar, é considerável esclarecer que as condições físicas exercem influência sobre as ações, motivo pelo qual cabe ao pesquisador registrar não só as trocas de experiências observadas, mas também o meio físico no qual se dão os acontecimentos, fato que possibilitará maior aproximação com os elementos culturais dos sujeitos em estudo.

Em relação às circunstâncias da pesquisa, a autora se apropria do pensamento do antropólogo Geertz (1998) que compreende a cultura em um “sistema entrelaçado de signos interpretáveis”, que podem ser descritos de forma inteligível, isto é, “descritos com densidade”.

Ao trazer a fala dos autores para o contexto do objeto aqui investigado, a referida técnica torna-se relevante por se constituir na observação detalhada de uma circunstância, de um indivíduo ou de um acontecimento específico. A observação participante e a comunicação empírica são as bases para a compreensão das dinâmicas do campo pesquisado, considerando no estudo as experiências e os saberes dos sujeitos, homens e mulheres pescadoras da comunidade do Livramento.

No que tange à técnica de entrevista, na perspectiva de Quivy e Campenhoudt (1992), essa é uma técnica que se diferencia pelos processos fundamentais que buscam a comunicação e interação dos indivíduos, além de ser um recurso rico de informações, pois requer do pesquisador muita atenção, de forma que as suas intervenções tragam elementos de análise de grande profundidade. Nesse caso, o investigador esforça-se para encaminhar a entrevista de maneira simples e espontânea, podendo reencaminhá-la quando o entrevistado venha a se afastar da pergunta que lhe foi direcionada, sempre que possível, com naturalidade. Não dispõem de perguntas pré-estabelecidas, como ditadas em questionários, mas segue uma lista de argumentos claros voltados à temática do estudo, sendo abordadas ao longo da entrevista de forma livre, considerando o momento oportuno no diálogo.

Neste contexto, entendemos que a entrevista é estabelecida por meio de uma conversa informal e intencional entre duas ou mais pessoas, planejada com cuidado e marcada com os entrevistados previamente, a serem realizadas em diferentes momentos. É importante que a interação entre o investigador e investigado, diante dos temas pontuados na entrevista, aconteçam de maneira descontraída e mais naturalmente possível, mesmo diante de instrumentos de gravações, o que torna imprescindível os cuidados quando do uso de equipamentos de gravações, pois os entrevistados podem exigir que seus relatos não sejam registrados (Bogdan; Biklen,

1994). Neste sentido, é necessária a autorização dos sujeitos entrevistados para o uso de gravações, como o processo de recolhimento de informações, pois, além do registro imediato dos aspectos orais, facilita a transcrição das falas posteriormente.

Como parte das entrevistas, foi elaborado um roteiro de entrevista (Apêndice A), com perguntas equivalentes aos objetivos propostos. A seleção dos entrevistados ocorreu por meio da indicação da liderança da comunidade. Nesse caso a presidente da ARQUINSEL, que melhor conhece os atores necessários às minhas investigações. As entrevistas foram realizadas individualmente, com o objetivo de evitar interferência nas respostas, sendo combinado um diálogo informal entre entrevistador e entrevistado, com a utilização do vocabulário local, visando facilitar a compreensão do que estava sendo investigado.

Nessa circunstância, a técnica de entrevista como instrumento de coleta de informação tornou-se apropriada aos propósitos da investigação, pela sua conformidade e coerência, em vista da obtenção dos dados no *lócus* da pesquisa e ainda pela possibilidade do entrevistado “expressar-se abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que lhe for conveniente” (Quivy; Campenhoudt, 1992, p. 196). Com isso, traz para a investigação um debate entre os dados empíricos e o quadro teórico, assegurando e fundamentando a produção do estudo.

Dessa forma, tanto a técnica de observação participante quanto a de entrevista favoreceram a correlação entre a pesquisadora e os sujeitos protagonistas da pesquisa, oportunizando a participação na rotina diária dos membros da comunidade, referente a pesca e outras atividades voltadas aos aspectos, social, econômico, educativo e cultural. Possibilitou segurança e confiabilidade nas escolhas das informações, que, dentro do contexto empírico, foram fundamentadas à luz do quadro teórico, assim, respaldando o estudo científico.

2.8 A análise de dados

Em resumo ao que já foi analisado em todo percurso da coleta de informações em campo, por meio das observações e das entrevistas já explicitadas no decorrer do texto nos capítulos 2 e 3, pois para Godoy (1995) a análise dos dados ocorre de forma contínua, no decorrer de todo o processo da investigação, não acontecendo somente após a coleta de informações, mas do momento em que o pesquisador seleciona um problema para estudo até a última palavra do seu relatório. No “estudo de caso em

particular, o ideal seja que a análise esteja presente durante os vários estágios da pesquisa” (Godoy, 1995, p. 29). A percepção dos participantes da pesquisa ratifica que mudanças ocorrem na prática de pesca da comunidade do Livramento, ocasionando inconstâncias na vida social, econômica e cultural da população estudada, em virtude da pesca predatória e desordenada, pelo uso de apetrechos e técnicas de pesca impróprias, manuseadas por moradores da comunidade e de outras regiões, da inserção do considerável número de veículos motorizados no rio e ainda pela falta de valorização de um saber ancestral.

3 SÍNTESE DA PESCA ARTESANAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

As comunidades tradicionais, diferente das sociedades urbanas que visam alavancar o mercado industrial, extraem da natureza os recursos imprescindíveis para a sua reprodução sociocultural e sua subsistência, as quais detém um conjunto rico e enigmático de conhecimentos e estratégias para utilização dos recursos naturais existentes nos seus territórios (Barros, 2012). Entre tais conhecimentos estão os saberes voltados para as práticas de pesca, que são transmitidos por meio de experiências do cotidiano e do relacionamento entre os membros das comunidades. Logo, a pesca feita de forma artesanal desempenha um papel significativo como meio de sustento e geração de recursos para as comunidades tradicionais, demonstrando um conhecimento ancestral que está alinhado com as tradições dos povos originais, como os indígenas, quilombolas e pescadores (Silva, 2020).

Configura-se como parte contributiva no desenvolvimento das sociedades, visto que vem proporcionando estabilidade à vida, principalmente para os que se encontram próximos ao litoral, rios e lagos (Silva, 2020). Na sua amplitude, esta prática é definida pelos complexos conhecimentos tradicionais que são repassados através da oralidade para as gerações subsequentes, além de considerar uma vasta gama de espécies e cosmologias que cercam os seres sobrenaturais que habitam o universo aquático, conforme argumenta Barros (2012).

Nessa perspectiva, as comunidades tradicionais concebem a pesca como forma de sustento e reprodução social. Cada grupo deve ser entendido de acordo com as suas peculiaridades e modos de vida, visto que a sobrevivência, mediante a diversidade amazônica, perpassa pelo conhecimento dos territórios e dos saberes adquiridos pela ancestralidade. Para “a compreensão desse fenômeno não é simplória, pois a pesca artesanal possui determinada complexidade e especificidade de relações, utilização de diversos apetrechos, técnicas, embarcações e relações sociais”.

Nascimento (2020) afirma que a pesca artesanal é uma atividade que é assimilada por várias gerações oralmente, na qual os mais antigos vão repassando todo o conhecimento adquirido. Os mais experientes conseguem manter uma relação admirável com o meio ambiente, por meio das observações dos fenômenos da natureza, assim, adequando-se às mudanças ocorridas. Diegues et al. (2000) descrevem que é importante esclarecer que o modo de vida dos pescadores

artesanais é único, contextualizando as populações tradicionais, pois reproduzem sua forma de sobrevivência de forma heterogênea, a partir da interação com os demais indivíduos que compõem o meio social e também com o ambiente em que são inseridos.

Ao complementar o evidenciado acima, Barreto et al. (2023) ressaltam a pesca artesanal como uma atividade de suma relevância no Brasil e na Amazônia, principalmente por sua fonte de geração de renda e subsistência. Silva (2004) também ressalta que a pesca artesanal está presente em quase todas as populações que vivem, desde a costa do mar até as margens dos rios e lagos do interior da Amazônia.

Essa prática de pesca, desenvolvida secularmente por grupos tradicionais, prevalece no estado do Pará até os dias atuais, com a existência de pescadores que as praticam associada a outras atividades como as lavouras e o extrativismo vegetal ou animal, em ambientes distintos.

Arruda et al. (2018) acrescentam a ideia dos teóricos acima, mencionando que os quilombolas apresentam um amplo conhecimento ancestral relacionado aos procedimentos voltados à pesca tradicional nas comunidades, aos ambientes e às espécies encontradas. A forma como usam e manejam a biodiversidade está relacionada com a proximidade com os peixes e os rios desde a infância, a convivência com os mais antigos, as experiências adquiridas, as observações e técnicas utilizadas.

Desse modo, é importante considerar as abordagens das literaturas aqui apresentadas e o estudo realizado em uma comunidade tradicional remanescente de quilombo, onde foi descrita a dinâmica da pesca na comunidade quilombola do Livramento. Isso com o intuito de compreender a configuração da pesca como fonte de subsistência alimentar, entrelaçada aos aspectos sociais e econômicos, a conservação dos recursos naturais, assim como ao respeito e à valorização de um conjunto de bens que são transmitidos de geração em geração, no âmbito de uma comunidade tradicional.

3.1 A pesca na comunidade do Livramento

Diante do exposto no tópico anterior, no que concerne à pesca artesanal como um relevante meio de subsistência a vida humana, principalmente para os povos tradicionais, aqueles que realizam as suas práticas de pesca, conforme as suas

experiências e saberes adquiridos pelos seus antepassados e de acordo com as suas necessidades, tradições, modos de vida e singularidades, será demonstrada, a seguir, a dinâmica da pesca desenvolvida pelos pescadores da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, conforme as entrevistas, trocas de conversas e observações participativas em campo.

Desse modo, mediante as falas dos entrevistados, foi percebido que, atualmente, parte dos pescadores da comunidade, em especial os mais antigos, desenvolvem a pesca de forma artesanal destinada à sua alimentação e à de seus familiares. Quando se tem uma boa produção, parte é vendida a terceiros, na própria comunidade ou em vilarejos mais próximos. Segundo os entrevistados, nos últimos anos, a captura do pescado, na maioria das vezes, só atinge a quantidade para o consumo familiar. *“hoje não se pesca mais em grande quantidade, antes eu saía com o meu sogro e a gente trazia dois paneiros de peixe, hoje o máximo que a gente traz é dois kg de peixe, só dá pra gente daqui de casa.”* (Entrevistado 2).

Observamos, nas idas e vindas ao rio na companhia de pescadores, que a quantidade de peixes capturados realmente é insuficiente para venda, suprimindo apenas a necessidade da família, e que o tamanho do pescado se apresenta em fase de desenvolvimento. O pescador afirmou, após o nosso questionamento, que diante da pesca sem controle com redes de arrasto, com malhas finas e fisga de mergulho, os peixes não estão tendo tempo para crescerem. De acordo com Arruda e Junior (2022), a pesca predatória por meio dos apetrechos e formas habitualmente utilizados como bombas, pesca de arrasto, redes de arremessos etc., representa uma série de ameaças ao meio ambiente, devido à grande retirada de pescado dos rios e mares sem a mesma capacidade de reprodução natural; o que leva à escassez das espécies e ainda a destruição da maior parte da flora e da fauna.

Em coerência com a abordagem do autor acima, em momento de diálogo com membro da comunidade, foi mencionada a grande preocupação com a pesca na piracema, denominação dada pelos pescados ao período de defeso, que consiste na desova dos peixes. *“Já está chegando à piracema, que vai de dezembro até março com as chuvas, agora como vai ser, com esse monte de*

gente no rio, sem contar que nem lugar para o peixe desovar tem mais, isso que acaba com o nosso alimento.” (Entrevistada 1)

Ainda na companhia dos pescadores, durante a inserção e retirada de apetrechos como malhadeiras, cabão e boias durante pescarias, presenciamos um número expressivo de pessoas de outras localidades que estavam pescando no percurso do rio. Estas apontadas pelos pescadores como conhecidas. Na oportunidade, pedimos que nos mostrassem a quantidade de peixes e as espécies que haviam capturado, sendo constatado nas canoas uma pequena porção, ainda em fase de crescimento.

Na fala de alguns entrevistados, foi mencionado que embora houvessem aprendido a pescar com equilíbrio, visando a captura de uma quantidade que suprisse apenas a necessidade alimentar, também pescavam para a comercialização, para arrecadar recursos financeiros que viessem utilizar na compra de outros materiais complementares ao bem-estar da família, porém não é o que vem acontecendo ultimamente. Os pescadores se queixam de que essa realidade não é algo natural, mas consequência de impactos que afetam diretamente a biodiversidade existente no rio Maracanã - Livramento, território de onde é extraído o recurso pesqueiro que serve de subsistência alimentar para a comunidade.

No que se refere à forma como a comunidade do Livramento desenvolve a pesca, Santos e Santos (2005) entendem que essa modalidade é caracterizada por pesca artesanal de subsistência, por se tratar de uma pesca que tem por finalidade o sustento familiar, sendo comercializado somente quando se obtém uma grande produção e por ser uma atividade difusa, praticada por milhares de pessoas, com difícil quantificação e por ser significativa do ponto de vista cultural. Diegues (2004) afirma que é uma prática realizada pela unidade familiar em conjunto com outras atividades, como a caça e a agricultura de subsistência, cuja organização consiste na troca e produção de valores de uso. A principal característica dessa forma de organização é produzir valor de troca com maior ou menor intensidade, ou seja, comercializando o produto final, pescado.

Nos relatos coletados, homens e mulheres de mais idade se reportam aos tempos passados argumentando que, mesmo quando não tinham os auxílios do governo federal e da aposentadoria, a pesca na comunidade exercia grande influência socioeconômica. Abastecia as famílias de alimento e rendia recurso financeiro para a

compra de outros utensílios básicos necessários à qualidade de vida dos comunitários, como a compra de gêneros alimentícios diferenciados, roupas, remédios, material escolar e calçados.

O recurso pesqueiro existente no rio era abundante e supria a necessidade dos familiares. Sublinham ainda que se nos dias de hoje existisse a fartura do peixe como existia antigamente, somada com as rendas extras, teriam uma vida mais confortável. Entretanto, o peixe encontra-se escasso, contribuindo com a instabilidade social, econômica e cultural da comunidade, visto que, em algumas situações diante de tal escassez, moradores precisam se deslocar para outras regiões em busca de trabalhos, deixando a pesca em segundo plano. O que reflete na decadência da tradição da pesca na comunidade.

Os relatos são firmes e coerentes, no que diz respeito às mudanças que se configuram diante da pesca na comunidade e seu perfil predatório e desordenado. A insuficiência do pescado é justificada pelo grande número de pessoas de outras regiões que praticam a pesca, utilizando as mais variadas formas de pescarias, com apetrechos do mais simples ao mais complexo, sem o devido respeito ao meio ambiente, assim com a falta de conscientização de muitos moradores da comunidade que também contribuem com os impactos ao rio de forma direta ou indireta,> Isso significa o uso de técnicas e apetrechos inadequados à pesca, ou pelo fato de proporcionarem a entrada de pessoas de outras localidades no rio para praticarem a pesca predatória, muitas vezes por intermédio de amizades, e em virtude dos veículos motorizados que percorrem o rio, deixando as sequelas.

Mediante a fala dos entrevistados, que acusam moradores da comunidade de praticarem a pesca desrespeitosa, foi necessário observar com mais profundidade o comportamento de alguns indivíduos, assim como os seus apetrechos e técnicas utilizadas na pesca, o que nos possibilitou evidenciar e confirmar as acusações apontadas. O que mais chamou atenção foi a mudança nos relatos de tais sujeitos, ao perceber o papel da investigação. Queriam distorcer as informações já expressas por outros entrevistados, referentes à contribuição dos impactos por parte dos moradores da comunidade, com relatos divergentes aos seus comportamentos. De acordo com esse contexto, Godoy (1995, p.26) esclarece:

O papel do pesquisador deve ser claro para aqueles que lhe prestarão informações, não devendo ele ser confundido com elementos que inspecionam, avaliam e supervisionam atividades. A compreensão inadequada dos objetivos da pesquisa e do papel do pesquisador poderão

influenciar e dirigir as respostas daqueles que serão entrevistados, e os comportamentos observados poderão não ser os usuais, distorcendo os dados obtidos (Godoy, 1995, p. 26).

Ao se considerar a citação acima, ressaltamos que, ao contrário do pensamento da autora, as alterações nos relatos dos entrevistados não se deram por conta da falta de compreensão dos objetivos da pesquisa e do papel do investigador, mas por muito bem compreender a posposta do estudo, ficando perceptível que o entrevistado não queria se enquadrar no grupo considerado responsável pelos possíveis danos causados à comunidade.

Na oportunidade, em momento de investigação às margens do rio, observamos a chegada de pescadores de outras regiões como Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Terreirão e Peixe-Boi, tendo o apoio de moradores da comunidade para darem início a pescaria, os quais chegaram em seus carros trazendo equipamentos de pesca mais avançados, diferente dos que os pescadores da comunidade costumam usar; além de motores anexados em suas canoas que já ficam ancoradas na margem do rio. Momento em que o pescador exclama: *“eles trás de tudo como a senhora está vendo. De lona, garrafa de café, panela a caixa térmica pra encher de peixe. Mais o pior é essa fisga de mergulho com óculos que vai lá embaixo e destrói tudo. Eles pescam de dia e de noite e num é como a gente que nós vai lá e logo volta, parece que vem de muda, só sussega¹⁸ quando leva tudo, é uma perseguição.”*

Ao nos direcionarmos novamente aos protagonistas da pesquisa, foram significativas as falas que expressaram com grande entusiasmo a relevância da pesca como fonte de alimento e como uma tradição deixada pelos antepassados, agregando valor a uma cultura. No entanto, segundo as queixas dos entrevistados, é necessário providências emergenciais de conservação, para que a atividade da pesca não fique somente recordada com nostalgia da abundância do peixe em tempos passados, como o que já vem acontecendo. Em diversos diálogos são comparadas as pescarias de antigamente com as dos dias de hoje.

¹⁸ **Sussega** - ato ou efeito de acalmar(-se), tranquilização.

Em conversas, após as entrevistas, pescadores fizeram questão de mostrar apetrechos pouco utilizados, em virtude da limitação dos peixes. Mas que, ainda assim, os guardam com o propósito de contarem as suas histórias de pescaria para as novas gerações, mostrando as ferramentas que utilizavam no passado com a esperança de que os jovens valorizem e deem continuidade às tradições. De acordo com os seus relatos, já os percebem desinteressados em ouvir os ensinamentos dos mais idosos, ou quem sabe estão desmotivados, a ponto de não quererem fazer parte da cultura da pesca. *“Os jovens de hoje em dia não querem mais saber de nada, nem querem escutar os mais velhos, acho até que tem vergonha de sair com o peixe do rio pra vender”* (Entrevistado 3). Mesmo diante das frustrações, percebemos, nas falas dos pescadores, as perspectivas por dias melhores, pois acreditam que os conhecimentos que adquiriram, por meio dos seus pais, devem perpetuar, assim como as suas experiências precisam ser repassadas como forma de respeito e valorização cultural.

Mediante as queixas voltadas ao desinteresse dos indivíduos mais jovens em desempenharem a prática de pesca com afeição e responsabilidade, objetivando dar continuidade a tradição, uma preocupação apontada pelos pescadores mais antigos, entrevistamos meninos e meninas, a partir de 16 anos, tendo como prioridade a convivência com pescadores, para assim se confirmar ou não as queixas apresentadas pelos mais velhos sobre o desinteresse pela pesca. Diante de várias indagações sobre a pesca lhes foram direcionadas, duas perguntas consideradas de suma relevância para um possível esclarecimento. São elas: Alguém da sua família comenta ou já comentou com você sobre a importância da pesca enquanto fonte de alimento e que necessita ser conservada? Falaram que a pesca faz parte de um conhecimento adquirido pelos antepassados que são remanescentes de quilombolas? Diante das indagações, os jovens selecionados ressaltaram que todos reclamam sobre o que vem acontecendo com a pesca, da grande quantidade de pessoas de fora da comunidade que pescam de forma agressiva. Porém, não se tem uma conversa na família sobre a pesca como uma prática que passou a fazer parte da cultura quilombola na comunidade, apesar da consciência da importância da pesca como fonte de alimento e da necessidade de conservação dos recursos naturais.

Nas entrevistas, uma parte significativa dos jovens informou que sentem prazer em pescar com os seus amigos e familiares e que gostam de se alimentar do

pescado. Já adquiriram vários conhecimentos sobre a pesca com os seus pais, tios, avós e companheiros de pescaria como: saber o local para pescar o peixe que se quer capturar, a dieta de cada espécie, a matéria prima que é usada na produção dos apetrechos e produzi-los, entre outros elementos fundamentais na atividade de pesca. A outra parte que também apresentou a mesma consciência quanto à relevância da pesca e a conservação dos recursos naturais, relatou não ter afinidade com a pesca, pois dificilmente acompanham os seus familiares nas práticas, que esporadicamente participam das pescarias como lazer, sem nenhum compromisso.

Na mesma divisão de pensamentos, jovens demonstraram interesse pela atividade de pesca dizendo que, se ainda tivesse bastante peixe no rio, trabalhariam com o comércio do pescado para complementar a renda que recebem do Bolsa Família; enquanto os outros relataram não querer praticar a pesca, por não sentirem a necessidade de pescar para sobrevivência, por entretenimento, visto que são sustentados por membros da família, pais e avós.

Face à exposição acima, observamos que os jovens entrevistados apresentam linhas de pensamentos diferenciados quanto à inserção na atividade de pesca. Uma apresenta a pesca como valor simbólico, visto que a reconhecem não só como fonte de alimento, mas como continuidade de uma tradição. A outra demonstra não ter afinidade com a prática de pesca, não ter necessidade de pescar para sobreviver e ainda por não dar significado a pesca enquanto um saber cultural. Assim, parece que existem lacunas, no âmbito familiar, tanto referente à pesca enquanto tradição, como a origem da comunidade, seja por receio ao preconceito, seja pela sensação do não pertencimento, um sentimento muito nítido nos moradores da comunidade.

No percurso das entrevistas, foi declarado, pelos moradores mais antigos da comunidade, que para manter os costumes e o desejo de consumir os peixes favoritos acompanhados da farinha de mandioca, a dieta dos comunitários, saem de casa para pescar quase todos os dias, com as suas ferramentas simples construídas por si próprios, de acordo com os ensinamentos dos antepassados, ou até mesmo emprestadas, com a expectativa de uma boa pescaria. O que diverge do esclarecimento dos entrevistados mais jovens, que apesar de gostarem do peixe, dão preferência para outros tipos de alimento, como frango, carne e enlatados.

A tradição da pesca e o hábito alimentar, proveniente do pescado, são sustentados/conservados pelos moradores mais antigos da comunidade. Segundo os

seus relatos, sempre que possível, vão a pescarias acompanhados de um amigo, vizinho, ou um membro da família, de preferência um filho, para que possa ensinar não só as técnicas de pesca, mas também conservar o território do qual retiram o sustento.

De acordo com NAEA (2016, p. 197):

[...] boa parte da pesca artesanal nos rios da Amazônia paraense é realizada com equipamentos dos próprios moradores, apetrechos emprestados de outros pescadores artesanais ou equipamentos arrendados por “pescadores de fora” ou pescadores locais. Alguns desses apetrechos são confeccionados, na maioria das vezes, pelos mesmos pescadores do rio que utilizam linha de náilon e anzóis para fabricar equipamentos como a rede de malhadeira, o espinhel e a tarrafa. (NAEA, 2016, p. 197).

A citação acima muito condiz com a realidade dos pescadores do Livramento, tanto pela parceria na disponibilização dos apetrechos de pesca como pelo tipo de apetrecho utilizado, pois costumam utilizar a linha de náilon e anzóis para a produção do caniço, da malhadeira, do espinhel/atiradeira, do cabão e da boia. Mas, vale ressaltar que, segundo os pescadores, antigamente, quando existia fartura de peixe, usavam o choque e o cacurí, capturando os peixes com muita facilidade. Era usada a Fisga simples, sem óculos, pois não havia necessidade de praticar a pesca de mergulho, sendo o peixe fisgado na várzea ou nos lugares mais rasos do rio. Os pescadores utilizavam o matapí para pegar camarão; até lagostas se capturava no rio.

Diante da necessidade de extraírem o alimento diretamente do rio, os pescadores da comunidade, além de emprestarem os apetrechos de terceiros, como já foi manifestado, tomavam emprestado também as embarcações, pequenas canoas a remo que comportam no máximo três pessoas, visto que a grande maioria não tem sua própria canoa por não terem condições de comprá-la. Segundo as falas, hoje, sobrevivem de auxílios do governo federal (bolsa família), de aposentadorias, da agricultura ou só da pesca; e precisam manter o sustento de toda família que, na maioria das vezes, é composta por esposa, filhos, filhas, genros, noras, sobrinhos e netos.

Durante o estudo, foi identificada a existência de uma associação na comunidade, regulamentada como ARQUINSEL, porém não existe uma organização dos pescadores artesanais, nem mesmo um acordo de pesca entre os pescadores, o que de repente poderia ser interessante para a categoria, visto que se queixam da pesca ilegal no rio Maracanã (Livramento).

Os pescadores alegam que pouco se respeita o período de defeso e a exploração é mais abusiva pelas pessoas de outras localidades. Dentre as falas, foram expressivas as reclamações sobre isso, devido à falta de uma organização por parte dos pescadores. Os entrevistados reforçaram a necessidade de participarem de algum grupo social voltado a pesca, para assim serem amparados quanto aos seus direitos, buscarem melhorias relacionadas à atividade da pesca artesanal, bem como apoio ao combate à pesca predatória. Ainda questionaram se a ARQUINSEL, da qual são membros, poderia estabelecer parcerias com órgãos de apoio à pesca sustentável, visando o desenvolvimento da pesca, a fim de trazer benefícios para os pescadores e seus familiares.

Diante dos questionamentos, Cunha et. al. (1982) se reportam aos novos paradigmas educacionais pensados por meio de uma educação que não seja independente das raízes dos sujeitos educativos, possibilitando-lhes a autonomia e a participação no seu ambiente, ao fazer a seguinte afirmação:

O anseio por uma organização social está ancorado a educação dos sujeitos que dela depende para atuação em seu território, considerando este um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implica em uma manifestação de poder, podendo gerar ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente deste espaço. Assim, verifica-se que a problemática que envolve apropriação do espaço por diversos personagens deve causar preocupação e interesse no que se refere às concepções de gestão do espaço humanizado, apropriado pelo homem (Cunha et. al., 1982, p. 3).

Perante o exposto, visualizamos a necessidade de esclarecimentos e orientações ao grupo que apresenta as problemáticas e reivindica melhorias, quanto ao papel da associação e dos seus associados, para que assim possam entender que já fazem parte de uma entidade. Porém precisam se organizar enquanto categoria de pescadores, para buscar os seus direitos e fortalecer a atividade de pesca de maneira regular, visando amenizar o desequilíbrio na atividade pesqueira, a relação conflituosa, devido a existência de pescadores de outros locais e outras eventualidades voltadas aos impactos no rio Maracanã.

Devido à conjuntura da pesca na comunidade retratada acima e ao dar seguimento no que foi identificado, conforme os métodos propostos na investigação, serão apresentados, por meio dos relatos e dos registros fotográficos, os apetrechos e as técnicas de pesca manuseadas pelos pescadores entrevistados, através de suas experiências obtidas nas práticas diárias e os saberes adquiridos por intermédio dos

antepassados, que têm por finalidade a conservação do meio de subsistência alimentar dos comunitários.

3.2 Apetrechos e técnicas de pesca que levam em consideração a fonte de alimento da comunidade

Literaturas que tratam da pesca, como as de Veríssimo (1985); Silva (2020; Serrão et al. (2022), Barreto et al. (2023), Diegues (1983), apontam o peixe como importante fonte de alimento para a humanidade, principalmente para as populações tradicionais, as quais utilizam as variadas formas de apetrechos no manejo da pesca. Práticas que buscam a melhor maneira para capturá-los, de acordo com as circunstâncias ambientais que as populações tradicionais se encontram e com os conhecimentos adquiridos pela ancestralidade.

Desse modo, a partir das leituras realizadas que proporcionaram a identificação de modalidades, técnicas e materiais de pesca e que foram relevantes para fundamentar a coleta dos dados em campo, serão apresentados os apetrechos e as técnicas de pesca empregadas pelos pescadores do Livramento, de acordo com as suas particularidades. A maioria dessas ferramentas são produzidas pelos pescadores com materiais extraídos da natureza e a forma como pescam são saberes adquiridos pelos antepassados. Logo, tem como propósito conservar a biodiversidade existente no rio Maracanã e dar continuidade a uma tradição que vem sendo repassada de gerações em gerações.

Dito posto, iniciamos a exposição do instrumento como o **caniço**¹⁹, um apetrecho simples que consiste em uma vara de madeira flexível, que pode ser abstraída do **bambu**²⁰

¹⁹ **Canio** - caniço ou vara dividem-se em 4 partes denominadas: vara, linha, alça e anzol.

²⁰ **Bambu** - planta da subfamília Bambusoideae, uma da família das gramíneas (Poaceae ou Gramineae). Essa subfamília se subdivide em duas tribos, a Bambuseae (os bambus chamados de lenhosos) e a Olyrae (os bambus chamados herbáceos).



Fonte: da autora (2023)

ou carniceira, medindo aproximadamente 1,5m a 2,5m de comprimento. Nela é colocada uma linha de náilon e um anzol para encaixar a isca. *Nesse tipo de pescaria assim como os outros, é preciso saber o local certo pra pescar, devemos ficar em bastante silêncio e de vez em quando dá uma sacudida no caniço para o peixe ver a isca*²¹. Também bater na água para acordar o peixe que está dormindo, quando é o Ituí²². Com o caniço, pescamos Ituí, Caratinga²³, Aracu²⁴, Mandi²⁵ e Jacundá²⁶. O mais certo pra se pescar de caniço é no Mururé e na beira do rio. Para ter uma boa pescaria é preciso saber também o tipo de isca que o peixe pega. No caso do Ituí, do Mandi e da

²¹ **Isca** - qualquer substância usada para atrair e pegar peixes, por ex. na ponta de um anzol ou dentro de uma armadilha para peixes.

²² **Ituí-Ituí-cavalo** ou **Fantasma-negro** - *Apteronotus albifrons*, é um peixe tropical pertencente à família *Apteronotidae*. São nativos da Bacia Amazônica na América do Sul, no rio Paraná, por meio do Peru, Venezuela e Paraguai.

²³ **Caratinga** - conhecido popularmente por carapeba branca, acará-peba. Habita em todo litoral brasileiro. É um peixe de águas tropicais e subtropicais. Ele se alimenta de pequenos invertebrados, e de algas.

²⁴ **Aracu** - (*Lebiasina minuta*) é um peixe de água doce que pertence à família dos Pencilfishes.

²⁵ **Mandi** - O *peixe de água doce* chamado Mandi é conhecido popularmente como Mandi-Amarelo, Mandi-Chorão e Surubim-Bagre.

²⁶ **Jacundá** - é a designação comum a vários peixes do gênero *Crenicichla*, Perciformes, da família dos ciclídeos.

Caratinga, a isca é a minhoca²⁷ e o bicho de bola-lagarta²⁸. O Piranga gente coloca a isca do peixe sarapó²⁹ ou tuana como a gente também chama e o Aracú a gente faz a isca do camarão. A pesca de caniço pode ser durante o dia e a noite, mas a pessoa tem que saber, tem que ter macete, por que se o peixe ficar arisco, ele não pega a isca (Entrevistado 3).

Nas grandes pescarias, também é utilizada a **malhadeira**³⁰, que consiste em uma rede de náilon com malha, a partir de 25 a 30mm, na qual são colocadas boias, na parte superior, para flutuar na água, e os chumbos na parte inferior que ficarão no fundo do rio.



Fonte: da autora (2023)

²⁷ **Minhocas** – animais anelídeos, da subclasse Oligochaeta, de simetria bilateral, recobertos por uma fina cutícula pigmentada. Seu corpo cilíndrico é segmentado interna e externamente, mas os dois primeiros segmentos não são identificados externamente.

²⁸ **Lagarta** - nome para o primeiro estágio larval dos insetos da ordem dos Lepidoptera (a ordem de insetos contendo borboletas e mariposas).

²⁹ **Sarapó** - um peixe com *escamas ausentes ou quase imperceptíveis*. Possui coloração pardacenta e nadadeira anal muito longa, estendendo-se por quase toda a face ventral. Tem o corpo afilado posteriormente e seu orifício anal é localizado sob a cabeça.

³⁰ **Malhadeira** - Rede de pesca, principal apetrecho empregado na pesca pelos ribeirinhos da região Amazônica.

Por vezes o pescador compra a malhadeira pronta ou os materiais para montá-la. As opções dependem das condições financeiras, ou se o pescador sabe entralhar. *A rede malhadeira nós coloca nas margens do rio, no meio ou no ígapó³¹. Essa pesca pode ser feita de noite ou de dia. Podemos colocar a malhadeira de manhã e tirar à tardinha ou tirar só no outro dia. Mas também é necessário a gente saber como colocar para não destruir a casa dos peixes que é o Mururé³², coisa que muitas pessoas não têm esse cuidado e saem devastando tudo. Por isso que amarramos as duas pontas em galhos de arvores ou enfincamos um pedaço de pau resistente para amarrar. Deixamos a rede esticada por um dia ou mais, dependendo da quantidade de peixe que se quer pegar. Assim, dependendo do local pegamos Caratinga, Piaba³³, Aracú, Pescada³⁴, Traíra³⁵, Ituí. A verdade é que com a malhadeira nós pega todos os tipos de peixe.* (Entrevistado 3)

Também é muito utilizado pelos moradores o **cabão**³⁶, que consiste em um pedaço de madeira chamada de caranã³⁷, na qual é amarrada uma linha de náilon de 5 a 20 metros de comprimento, com um anzol para se colocar a isca.

³¹ **Igapó** - trecho de floresta com água estagnada em decorrência do transbordamento de rios. Vegetação baixa e uniforme dessa região, pobre em espécies, com árvores afastadas e numerosos epífitos; mata de igapó.

³² **Mururé** - designação de inúmeras plantas aquáticas, de diversos gêneros e famílias; aguapé.

³³ **Piaba** e piava - "procedem do termo tupi *pi'awa*, que significa "pele manchada. É um peixe de cor brilhante, prateada.

³⁴ **Pescada** - designação comum a diversos tipos de peixes teleósteos.

³⁵ **Traíra** ou **lobó** - (*Hoplias spp.*) é o gênero de peixes carnívoros de água doce da família Erythrinidae.

³⁶ **Cabão** - Consiste na colocação de um ou mais anzóis presos em uma linha de nylon, com o comprimento variável, de acordo com a profundidade d'água e do tipo de pescado a ser capturado.

³⁷ **Caranã no Brasil** - Mauritia caraná é uma palmeira da América do Sul.



Fonte: da autora (2023)

O Cambão é amarrado no galho de uma árvore e a linha de náilon é esticada até o meio do rio, vai até onde a pessoa quiser. Nessa outra ponta da linha que tem o anzol³⁸, a gente coloca a isca e a uns 70cm próximo do anzol a gente coloca um peso que pode ser uma pedra, pra afundar no meio do rio. Mas essa pedra não pode ser muito perto do anzol para o peixe não se enrolar. Com essa técnica nós pega Arraia³⁹ e as vezes quando dá, a Piramutaba⁴⁰ e o Bagre⁴¹. Essa pesca é para noite e passa mais ou menos uma hora de tempo pra tirar e colocar novamente. O cambão é usado no verão porque no inverno a maré fica muito grande. (Entrevistado 3).

³⁸ **Anzol** - ferramenta para a captura de peixes, utilizado com o objetivo de fisgar o animal pela boca, atraído por algum tipo de isca que faça parte ou que pareça algum alimento usual da espécie, conhecida como pesca à linha.

³⁹ **Arraias, raias ou peixes batóides** – são peixes cartilagosos marinhos classificados na infraclasse Batoidea (ou Rajomorphii) da classe Elasmobranchii.

⁴⁰ **Piramutaba** - (*Brachyplatystoma vaillantii*) da família Pimelodidae nativa das bacias dos rios Amazonas e Orinoco, e dos principais rios das Guianas e Nordeste do Brasil.

⁴¹ **Bagre e jundiá** - designações comuns dadas aos peixes da ordem Siluriformes na maior parte da América do Sul.

Já a **boia**⁴², são pequenos pedaços de caranã que medem aproximadamente 70cm, na qual é amarrada uma linha com um anzol no meio na madeira.



Fonte: da autora (2023)

Para se pegar o peixe com a boia, a gente desenrola a linha da boia e coloca a isca no anzol. Deixa a boia flutuando em cima do Mururé e a linha que agarra o anzol com a isca fica embaixo da água, esperando o peixe ser capturado. Nessa pesca nós pega Traíra, Piranga e Arraia. Pra pegar esses peixes botamos como isca o Ituí e a piaba rabo de ouro. A pesca com a boia pode ser feita de noite ou de dia. Durante a noite é necessário marcar o Mururé, quebrando os galhos para não perder as boias. A noite a gente usa a lanterna e dia é mais diferente, nem precisa da lanterna e nem sair quebrando o Mururé pra marcar. (Entrevistado 3).

⁴² **Bóia** - objeto que flutua na água enquanto está preso ao fundo.

O **espindel** ou **atiradeira**⁴³, segundo os entrevistados, é o apetrecho mais utilizado pelos pescadores mais jovens. Feito por uma linha principal e as linhas secundárias para colocar os anzóis.



Fonte: da autora (2023)

A atiradeira é colocada as margens do rio, sendo amarrada em galho de árvores e no igapó são amarradas em varas. Assim, a linha mãe que segura os anzóis fica esticada e as filhas ficam penduradas com o anzol flutuando em cima da água. A gente deixa ela lá e fica esperando. De uma em uma hora, que é o tempo dos peixes baterem pra gente dá uma olhada. Mas a melhor época de pescar com a atiradeira é no inverno. Pode ser usada tanto de

⁴³ **Atiradeira ou espindel** - aparelho de pesca que consiste numa corda comprida, ao longo da qual são fixadas, de distância em distância, linhas munidas de anzóis.

dia quanto de noite. Toda pescaria da noite é preciso usar a lanterna. O peixe que se pesca durante o dia é a Paboca e o Aracú, com isca de fruta preta e bicho de bola e a noite a gente pega o Anunja⁴⁴, Traira, Pacamúm, Mandí, Jjú, Tambaquí⁴⁵ e o Jundiá⁴⁶, com a isca da minhoca e da piaba rabo de ouro. (Entrevistado - 3)

Ainda há a **fisga**⁴⁷ **simples**, que consiste em um cabo feito da madeira acapú⁴⁸, com três hastes de ferro vergalhão na ponta, que serve para ferrar/fisgar o peixe.



Fonte: da autora (2023)

⁴⁴ **Anujá** (*Trachycorystes galeatus*) é uma espécie brasileira de peixe teleósteo siluriforme da família dos auquenipterídeos. Os machos dessa espécie chegam a medir até 22cm de comprimento.

⁴⁵ **Tambaquí** - (nome científico: *Colossoma macropomum*), também chamado de **pacu vermelho**. É um peixe de água doce e de escamas com corpo romboidal, nadadeira adiposa curta, com raios na extremidade; dentes molariformes e rastros branquiais longos e numerosos. Boca prognata pequena e forte com dentes molariformes.

⁴⁶ **Jundiá** - designações comuns dadas aos peixes da ordem Siluriformes, na maior parte da América do Sul.

⁴⁷ **Fisga**- lança utilizada para pesca, servindo para fisgar peixes.

⁴⁸ **Acapú** - árvore que habita as matas primárias de terra firme da Região amazônica, próximo à margem dos rios, com mais frequência no estado do Pará e Amapá.

Hoje em dia, essa fisga já é mais difícil a gente usar, porque o peixe está escasso. Era usada quando ainda tinha muita fartura no rio, pois não precisavam mergulhar, era só mirar pra não errar e fisgar de dentro da canoa. Essa pesca é boa para que sabe, porque não destrói a natureza, mais é preciso ter experiência, calma pra saber o momento certo de fisgar. Não é qualquer caboco que acerta o peixe. Porque a gente se preocupa de pegar o peixe e não deixar ele escapar ferido pra morrer depois. Quando tinha muito peixe a gente pegava mais a Caratinga. Mas tem a outra pescaria com a fisga de óculos de mergulho que é o povo de fora que vem pescar.
(Entrevistado 3)

Com a mesma funcionalidade, há a **fisga com óculos de mergulho**, que também é produzida com um pedaço da madeira de acapú, contendo uma liga que serve para disparar a fisga; e três hastes de ferro vergalhão que servem para ferrar os peixes.



Esse material não é usado por nós daqui da comunidade, porque prejudica os peixes e a gente acha perigo até pra nós, porque pode acontecer um acidente. O povo de fora traz esse material completo, óculos, pé de pato, fisga e lanterna. Passam a noite toda mergulhando e destruindo as casas dos peixes e ferrando os peixes de todo tamanho. Mata os pais e os filhos. Tudo isso vai fazendo com que o peixe suma, diminua. Porque, como é que o peixe vai filhar? se mata a mãe. Pra falar a verdade, eles matam é tudo, se der não deixam nada, não se contentam com pouco, é muita perseguição. E quem sofre as consequências é nós. Os peixes que eles ferram na fisga é o Tucunaré⁴⁹, a Caratinga, a Traíra e o Aracu. Nessa pesca vão dois mergulhadores no fundo do rio fisgar o peixe e dois na canoa tirando o peixe da fisga. Outra pesca que a gente não faz mais aqui é com a rede de arrasto. Antigamente fazia, mais depois da proibição não fazemos mais, mais o povo de fora é danado, não adianta nem a gente falar. Essa rede de arrasto também é uma rede feita de naylon com cortiça em cima e chumbada em baixo, que joga no Mururé e sai puxando, então tudo que tem lá vem na rede. Mas não usamos porque temos a preocupação com os peixes pequenos e a casa deles. Mas o povo de fora não quer nem saber. Professora, tem também as armadilhas

⁴⁹ **Tucunaré** - espécie de peixe presente nos rios da América do Sul, em especial do Brasil, também conhecida como tucunaré-açu, tucunaré-paca, tucunaré-pinima, tucunaré-pitanga, tucunaré-vermelho ou tucunaré-prezinho.

de pesca que o pessoal mais antigo usa, o choque⁵⁰, o cacuri⁵¹ e o matapí⁵². (Entrevistado 3).

O **choque**, também citado pelos pescadores como uma ferramenta na atividade de pesca, é um apetrecho com a semelhança de um cesto; conhecido como socó, confeccionado com vara de Murta e amarrado com o cipó⁵³ de Timbó-açu⁵⁴.



Fonte: da autora (2023)

Na pescaria com o choque, a gente entrar no campo alagado até a altura da perna, segurando o choque pela parte de cima e

⁵⁰ **Choque** - também chamado de socó. É um emblemático apetrecho de pesca inventado pelos índios.

⁵¹ **Cacuri** - *armadilha* de pesca específica que para se pegar piabas (Characidae, família), durante a piracema destas.

⁵² **Matapí** - apetrecho utilizado para a pesca do camarão, feito de talas de algum tipo palmeira, as quais são amarradas em corda e colocadas nas beiras de rios e igarapés.

⁵³ **Cipó**: [do tupi] - Nome genérico de todas as plantas de hastes finas e flexíveis que servem para atar; plantas trepadeiras que pendem das árvores; embira.

⁵⁴ **Timbó-açu**- árvore caducifólia, da família das Sapindáceas, nativa da América do Sul, pode atingir cerca de 12 metros de altura e tem madeira usada em construção, folhas compostas usadas como veneno para a pesca e frutos capsulares, utilizados no fabrico de sabão.

vai mergulhando ele com firmeza até tocar o fundo, quando a gente sente o peixe tremer no choque, é quando o peixe foi capturado. Aí é quando a gente mete a mão pela parte de cima, que ficou fora da água e pega o peixe que foi capturado, as vezes vem traíra, cará⁵⁵, piaba, todo tipo de peixe. Só dá pra pescar com o choque quando água está baixa, por isso que tem que ser no verão. Só que agora está mais difícil de pegar o peixe com o Choque, porque o problema é o que a gente vem dizendo, é a falta do peixe. Antigamente a gente pegava muita Caratinga, Traíra, e Jíju, hoje ainda pega, mais é pouco (Entrevistado11).

Se configura em uma armadilha – o **cacurí**, que é produzido com talas de dendê⁵⁶, também amarrado com cipó de Timbó-açu.

⁵⁵ **Cará** - tem o nome científico *Geophagus brasiliensis*, com uma ampla distribuição geográfica. Portanto possui muitos nomes populares como Papa-Terra e Acará Topete.

⁵⁶ **Dendê** - conhecido como palmeira-de-dendê, coqueiro-de-dendê, palmeira-de-óleo-africana, aabora, aavora, palma-de-guiné, palma, dendém (em Angola) e palmeira-dendém, é uma palmeira originária da Costa Ocidental da África (Golfo da Guiné).



Fonte: da autora (2023)

O *Cacurí* que também era muito usado pelo mais antigos, hoje a gente usa pouco. Esse pequeno serve pra gente pegar piaba, mas também tem o grande de 2 metros que é feito de Bambú e Guarimã,⁵⁷ que pega todo tipo de peixe. Agente pode colocar dentro da água no inverno e no verão. Quando a gente coloca pra pegar piaba pra fazer isca, a gente tira logo, mais quando é o grande pra pegar peixe agente deixa até de um dia para o outro, porque o peixe entra, fica preso e não morre, porque fica na água. Mais pra lhe falar certo, que não vou mentir, só os mais velhos que ainda

⁵⁷ **Guarimã** ou arumã - espécie de palmeira muito utilizada pelos povos indígenas amazônicos.

usa o cacurizinho, os mais jovens querem as coisas mais rápidas, com menos trabalho e mais fácil, por isso usam as malhadeiras e as redes de arrasto lançando, mas eles mal sabe que do jeito deles estão acabando com a vida na água, com o nosso pai. (Entrevistado 11).

O que o amigo está falando é verdade, tudo está mudando, a gente precisa ficar atento com tudo, até com o tempo da espera pra retirada dos peixes. Os peixes estão mudando até de lugar, mas a gente que passa o dia no rio vai aprendendo com eles também, porque a gente vai percebendo as coisas. A garotada jovem não quer mais saber das coisas de antigamente. Ha minha irmã! pergunte pro meu filho como ele pesca, pergunte se ele se está preocupado com alguma coisa, não quer nem saber, e se eu for falar, ainda diz que é besteira. É desse jeito, não querem escutar a gente, não tão nem aí pro futuro, a gente que se vire. E falando do Cacurí tem gente que também faz do Guarimã ou da Paxiúba⁵⁸. No inverno nós coloca nas valas que fica nas entradas do igapó e olha de um dia para o outro, pega a Traítra, Jjú, Caratinga. E é como o matapí, fica dentro da água. (Entrevistado 12).

Com a mesma finalidade do cacurí, o **matapí** também é uma armadilha confeccionada com talas de guarimã ou de tucumã, amarrada com o cipó Timbó-açu ou Tracuá.

⁵⁸ **Paxiúba** - Uma palmeira com grandes raízes aéreas, que parecem tentáculos, chama atenção de quem caminha por Inhotim. É a marca registrada dessa espécie, encontrada nos estados do norte do Brasil e na América Central.



Fonte: da autora (2023)

O Matapí é parecido um funil e serve pra pegar camarão. Nós coloca na beira do rio e amarrava com uma corda em uma rama ou galho de árvore pequena. Dentro do Matapí nós coloca a isca que é o coco raspado ou a mandioca⁵⁹ picada. Deixa dentro da água e pode olhar com 12 ou 24 horas. A hora pra olhar é de acordo com o desejo da pessoa. Pois o camarão não morre, fica na água conservando. (Entrevistado 4).

Diante dos discursos colhidos, observados e analisados, entendemos que as modalidades de pesca utilizadas pela categoria constituem-se de apetrechos com simples tecnologias, produzidos artesanalmente e manuseados com facilidade por aqueles que já estabelecem uma relação simbiótica com a natureza. Homens e mulheres se valem do corpo para manipular os seus instrumentos, por meio de uma técnica tradicional repassada pelas gerações, demonstrado a sensibilidade corporal, no ato de interagir com os seus equipamentos em busca dos resultados esperados. Portanto, diante desse movimento singular entre o corpo e o objeto, mais

⁵⁹ **Mandioca** - Manihot esculenta, macaxeira, aipim, castelinha, uaipi, mandioca-doce, mandioca-mansa, maniva, maniveira, pão-de-pobre.

especificamente do ato de fazer, de transmitir, Mauss (1950, p. 407) faz a seguinte interpretação:

Chamo técnica um ato *tradicional eficaz* (e vejam que nisso não difere do ato mágico, religioso, simbólico). Ele precisa ser *tradicional e eficaz*. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. Eis em que o homem se distingue antes de tudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral. [...] Nessas condições, cabe dizer simplesmente: estamos lidando com *técnicas do corpo*. O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo (Mauss, 1950, p. 407).

Além do importante significado que o autor acima denomina ao uso do corpo dos sujeitos nas práticas de pesca, definindo essa linguagem como um conjunto de técnicas do corpo, sendo o corpo o primeiro instrumento e objeto técnico do homem, também é válido ressaltar que o manejo da pesca segue uma cultura tradicional por meio dos conhecimentos empíricos e dos saberes herdados ao longo dos anos pelos mais antigos, visando o respeito e a sustentabilidade dos recursos naturais.

No que confere à forma como os pescadores mais antigos da comunidade do Livramento desenvolvem a sua produtividade através da pesca, Diegues (2008) destaca que as populações tradicionais, pelas suas características, que possuem um modo de vida particular graças a uma relação única com a natureza e seus ciclos, têm como base produtiva o trabalho da própria comunidade, com o uso de técnicas sustentáveis, de acordo com a disponibilidade dos recursos naturais existentes num determinado ambiente. Isso como forma de respeitar e adaptar os ciclos que a natureza oferece e, se necessário, de controlá-la.

O autor acima citado ainda aborda que um aspecto relevante na identificação de comunidades tradicionais é justamente a forma como se gerenciam os recursos naturais, respeitando e levando em consideração os ciclos da natureza, sem ultrapassar o limite da capacidade de sua recuperação. Essa forma de manejo dos recursos, além de se apresentarem viáveis economicamente, constituem-se como detentoras de saberes herdados pelos comunitários por intermédio de seus antepassados.

Diante do exposto, das observações e dos relatos dos entrevistados, compreendemos que os saberes tradicionais são identificados de acordo como os modos de vida, com a territorialidade e com a funcionalidade de cada população. As práticas diárias não são ditadas e receitas, desenvolvem-se naturalmente por meio

de ressignificações. Os sujeitos se adaptam e se reajustam conforme as suas necessidades e, assim, adquirem conhecimentos que lhes fazem entender e perceber as modificações ocorridas na sua rotina diária, como exclama o entrevistado: *Professora, a situação aqui de alimento do peixe não está boa. A gente está passando até mais dias sem ir pescar, nem adianta ir como antes, com toda essa falta de peixe. Aonde você era costumado ir e tinha muito peixe agora não tem mais nada, o peixe está afugentando. O problema também é que que pessoas de fora trazem materiais de pesca melhores que os nossos, que muitas vezes pegam mais peixe e mais rápido, pois os nossos materiais é feito por nós mesmos, pois foi o que nós aprendemos com os nossos pais, irmãos tios, sempre com alguém da família que a gente pescava desde criança. Tem muita gente aqui que gosta mesmo de fazer o seu próprio material de pescar e outros é porque não pode comprar. Outra situação que deixa a gente um pouco insatisfeito, que deixa a gente ficar por baixo, é sobre a nossa embarcação que a gente tem pra pescar, que é muito simples.*



Fonte: da autora (2023)

As nossas canoas são pequenas e esse povo de fora quando não vem de lanchas, trazem os motores pra colocar nas canoas deles que são grandes e ficam atracadas aqui no rio.



Fonte: da autora (2023)

Esses motores eles colocam nas canoas maiores pra ficarem rabetas, aí correm o rio rapidinho colocando as redes.



Fonte: da autora (2023)

Essas canoas coloridas e maiores que estão nas correntes é tudo do povo de fora. Só sei dizer que nós fica em desvantagem. Em quando a gente rema um quilometro procurando peixe, eles corre o rio todinho (Entrevistado 3).

É notório que a atividade de pesca desenvolvida pela comunidade dispõe de pouca tecnologia. Os apetrechos, em grande maioria, são construídos pelos próprios pescadores com matéria prima extraída da natureza e com técnicas que consideram a conservação da fonte de alimento. Segundo as afirmações, existe uma grande ansiedade em manter o rio saudável, pois mesmo com a diminuição dos peixes, a pesca ainda é uma importante fonte de alimento para os comunitários, principalmente para quem depende do auxílio Bolsa Família como renda familiar. *Eu tenho cuidado na hora de pescar para não destruir a casa dos peixes e sempre procuro retirar do rio só o que a minha família precisa pra*

não ter estrago. Desde criança comecei a ir para o rio com o meu pai e fui aprendendo a pescar, fazer o meu material de pesca e a cuidar do rio. Nós aqui da comunidade é que temos que cuidar do nosso rio que chamamos de pai velho, até o meu filho me chama pra pescar no rio. Ele já está indo comigo em algumas pescarias e gosta muito. Isso que que faço com o meu filho eu aprendi com a minha família. Esse rio foi pai de muita gente e ainda é nosso pai (Entrevistado 3).

Além da inquietação que os pescadores demonstraram com os impactos causados aos recursos naturais da comunidade, em especial ao rio Maracanã, por eles chamado de Livramento, que serão abordados adiante, foi evidenciado ainda o sentimento de angústia devido a redução dos pescadores da comunidade, visto que nas falas, a cada dia, tanto os peixes quanto os pescadores vêm diminuindo, por prejuízos causados aos recursos naturais que afetam diretamente a sustentabilidade familiar, fazendo com que pais de famílias busquem outras formas de suprir as necessidades básicas. Os mais antigos continuam a exercer a prática de pesca, lutam para manter viva uma tradição que sobrevive ao longo dos anos, em virtude das experiências cotidianas, da familiaridade, da relação com o ambiente no qual estão inseridos e ainda dos saberes repassados pelo seus ancestrais. *Eu sei que muitas coisas estão mudando, as vezes falo que antigamente algumas coisas eram mais difíceis, mais o peixe era farto, hoje está tudo mais escasso, por isso sempre procuro conversar com os meus netos sobre o que aprendemos com os nossos pais e avós, o conhecimento que nós temos, de pesca, de plantio e outras coisas, tudo foi repassado pelos mais velhos. É muito importante a gente passar esse conhecimento para os mais jovens, para que não se acabe a nossa cultura, mais infelizmente eles parecem não querer escutar a gente.* (Entrevistada 1).

Como podemos visualizar nas falas dos entrevistados, há cuidados e ao mesmo tempo a angústia, devido às incertezas quanto à sustentabilidade dos

recursos naturais da comunidade, principalmente do rio Maracanã, de onde é extraído o peixe, um alimento essencial ao sustento familiar e a geração de renda. Uma grande parte ou quem sabe a maioria da população temem a perda de uma identidade cultural que mantem a tradição da pesca repassada através das gerações.

3.3 Impactos causados aos recursos naturais que afetam a pesca na comunidade

Os impactos ambientais causados pela atividade pesqueira, seja a industrial, seja a artesanal, tomam proporções alarmantes com o passar dos anos, principalmente quando não há indícios de fiscalização. Segundo Borges et al. (2018), apesar da pesca artesanal se apresentar inofensiva à primeira vista, caso não seja acompanhada por organizações, com vigilância que venha combater o desrespeito às áreas e períodos de pesca proibidos, esse tipo de atividade pode ocasionar grandes impactos ambientais, como a devastação de habitats inteiros e a captura de espécies ameaçadas de extinção.

O ser humano sempre causou uma forte influência sobre os recursos naturais da terra. Em toda a sua história, houve exploração sem controle dos recursos naturais. Os graves problemas de remoção desses recursos e roubo do ecossistema ainda não foram satisfatoriamente estudados, devido às diferentes formas de expressão comunicativa entre o homem e a natureza, ou mesmo pelos interesses econômicos imediatos dos indivíduos (Cortez, 2011).

Diante dessa ambiguidade da comunicação entre homem e natureza, citada pela autora, parece se estabelecer uma relação de interesse pessoal, que vai além da razão de preservar a qualidade de vida da espécie humana e do conhecimento da profunda dependência dos recursos naturais, uma vez que os impactos causados ao meio ambiente proporcionam prejuízos irreparáveis à vida na terra.

Segundo o artigo 1º da Resolução do CONAMA, Nº 001, de 23 de janeiro de 1986), impacto ambiental é definido por:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde; a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986, p. 636).

Nessa perspectiva, os impactos ambientais indicam as diversas formas que afetam a humanidade e o meio ambiente, desestruturando o ecossistema, alterando assim as condições normais de funcionamento da natureza, causando danos irreversíveis à vida no planeta. Desse modo, vale salientar que, diante dos impactos ambientais que atingem diretamente a vida na terra, o ser humano é o protagonista principal na aceleração desses impactos, por decorrência da falta de respeito ao meio ambiente e da falta de consciência ambiental, visto que cada vez mais a população humana utiliza indiscriminadamente os recursos naturais para suprir suas necessidades. De acordo com Pereira e Curi (2012, p. 41):

O homem passou a interferir no meio ambiente de forma a atender suas necessidades, transformando o meio natural em meio cultural, e dessa forma, não se enxergando como parte da natureza em que vive e da qual sobrevive. Desse modo, a exploração ambiental se intensificou, o homem julgando-se senhor da natureza poderia, portanto, manipulá-la como desejasse. (Pereira; Curi, 2012, p. 41).

O ser humano é o principal, se não o maior, responsável por uma série de malefícios ambientais, seja mundial, regional ou local, atingindo drasticamente o ecossistema, a cultura, o modo de vida e os aspectos socioeconômicos de um povo, com perdas muitas vezes irreparáveis. Essa reflexão nos faz perceber os danos acometidos aos recursos naturais do Livramento, que supostamente influência de forma pontual na fonte de alimento da comunidade. Os pescadores e moradores sinalizam como impactos agravantes à pesca predatória, a invasão do fogo nos igapós e o uso de veículos motorizados-lanchas/Jet-skis no percurso do rio.

3.3.1 Pesca predatória

Ao se tratar da pesca predatória, nesta abordagem Souza (2022) a define como a remoção de indivíduos de uma população natural mais rapidamente do que a capacidade de reconstrução dessa população. O número de peixes retirados é maior que o benefício dos novos indivíduos com a nova reprodução de seus membros, o que leva à diminuição da população e, no pior dos casos, à extinção. Segundo Arruda e Junior (2022), à medida que os humanos evoluem, passam a desenvolver técnicas e habilidades com o auxílio de tecnologias, que os permitem ter acesso aos ecossistemas, explorando cada vez mais os recursos naturais, estes renováveis ou

não. O autor ainda ressalta que os avanços do novo mundo tecnológico associado ao crescimento da população, resultam em ferramentas sofisticadas capazes de explorar os recursos naturais disponíveis em grande escala, muitas vezes ignorando o tempo de reprodução natural das espécies.

Mesmo que tecnologias avançadas não façam parte das práticas de pesca utilizadas por moradores da comunidade quilombola do Livramento, visto que a pesca ainda é utilizada com apetrechos artesanais produzidos pelos próprios pescadores, já é possível classificar, segundo a fala dos entrevistados, vários impactos causados aos recursos naturais, em decorrência da pesca predatória nos diversos aspectos:

3.3.2 Período de defeso

É um período que deve ser respeitado o tempo de reprodução dos peixes. Período este que, diante da fala dos pescadores, em unanimidade, há tempos está sendo desrespeitado. *Tem uns meses professora, que é proibido à gente pescar porque o peixe está desovando, mais muita gente de outras cidades como Timboteua e Peixe-Poi, vem pescar, não respeita não. Ai tem gente daqui que fica com raiva e pesca também. Até eu já pesquei. Sei que é errado, não pescos mais. Mas é ruim, o povo de fora pescar sem precisão. Eu que preciso não posso, que tenho que alimentar a minha família, não tenho emprego e nem aquela ajuda que era pro governo dá pra gente pra não pescar no período da piracema⁶⁰.* (Entrevistado 3)

Esse discurso nos leva a consultar Mauss (1950), que aborda as mudanças sazonais nas sociedades esquimós, destacando como esses grupos se preparam para suas atividades de caça e pesca, levando em consideração a tradição organizacional e as melhores épocas do ano, inverno e verão, para a captura. O autor ressalta que essa alternância reflete o ritmo de concentração ou dispersão a que a organização morfológica está sujeita. Como resultado desse método, surge um

⁶⁰ **Piracema** - é o período de reprodução dos peixes. Durante esse período, eles se deslocam até as nascentes dos rios ou até regiões rasas dos rios com ervas para desovar.

verdadeiro fenômeno de simbiose, fazendo com que esses indivíduos adotem o estilo de vida dos animais que caçam.

Refletimos sobre o pensamento do autor e o movimento que impulsiona o povo esquimós, que tem a preocupação em não degradar o meio ambiente. É admirável o vínculo deles, na relação vida humana e a ambiental, tendo em vista o respeito e a conservação da natureza. Diferentemente das ações e comportamentos de alguns sujeitos que usufruem dos recursos naturais da comunidade do Livramento, os quais precisam compreender e respeitar a relação ser humano e natureza, em especial o período de reprodução do pescado, que por lei é proibido.

Segundo a lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, artigo 2º inciso XIX, é nesse período de defeso que deve acontecer a “paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (BRASIL, 2009). Deste modo, defeso é o tempo em que as atividades de pesca devem ser suspensas para não prejudicar a conservação das espécies. Mas, como ressalta o pescador entrevistado, a prática de pesca continua nesse período, principalmente por pessoas de outras localidades, o que causa ainda mais revolta nos moradores.

Em consideração à fala do entrevistado acima, Pontara (2013) faz um alerta para ações humanas ao relatar que “de que todos nós somos culpados pelo que vem acontecendo atualmente com os nossos rios, lagos, nascentes e oceanos, pois a forma como interpretamos o que aprendemos, podemos tornar o mundo melhor ou pior”. À medida que ignoramos as épocas de pesca, não oportunizamos às espécies de procriarem e não damos a única oportunidade aos rios para se recuperarem, de sobreviverem cheios de peixes. Portanto, contribuímos com o avanço da pesca predatória e com a perda dos nossos recursos naturais; da mesma maneira que destruimos as florestas costeiras, construímos barragens e cometemos pesca ilegal, a situação se agrava ainda mais.

O autor acima faz uma reflexão sobre as atitudes do ser humano e da interpretação deste diante do contato com a natureza, apresentando nessa relação uma condição de respeito ou de destruição motivado por si próprio. Segundo Fernandes e Ramos (2020, p. 30):

As intervenções das sociedades humanas nos elementos naturais, via de regra, são ações destrutivas, daí o uso recorrente do termo antropização como degradação ambiental: espaços antropizados, frequentemente, são os

espaços em que a ação humana destruiu a biota original, particularmente em função de um modelo predatório de sobrevivência, que desconhece qualquer possibilidade de sustentabilidade (Fernandes; Ramos, 2020, p.30).

Dessa forma, compreendemos que o ser humano, na sua concepção de sobrevivência, passa a efetuar ações predatórias ao meio ambiente, que se configuram como práticas antrópicas, por desconhecerem as políticas de sustentabilidade. As transformações negativas causadas às paisagens originárias perpassam por uma visão de bem-estar social sem responsabilidade. O que nos traz como reflexão as consequências em função das alterações acometidas aos recursos naturais e aos danos causados às vidas existentes no planeta.

3.3.3 Pesca desordenada com rede de malha fina

Ao cruzar o rio Livramento, percebemos um número excessivo de redes malhadeiras dentro do rio, o que, segundo os pescadores, é mais um motivo de preocupação, visto que estas malhas colocadas, em grande maioria, por pessoas de outras regiões, não são adequadas, pois geralmente são as redes de malhas fina, que destroem parte das espécies aquáticas. *É muita perseguição dentro desse rio, você não corre 100 metros e já tem uma rede, agora pergunta de quem é. Tudo do povo de outras localidades. Ai eles não querem nem saber o tipo de malha que vai colocar, se vai matar os peixes pequenos ou não, quer saber é de colocar. Agora tem mais rede do que peixe.* (Entrevistado 2).

No que tange a esse relato, referente ao tipo de pesca que ocasiona danos às espécies de peixes, Arruda e Junior (2022) esclarecem que a pesca com redes ou malhas finas é corriqueira (utilizada constantemente) mundial e claramente perigosa para os rios e seus habitantes, pois há grande extensão de rede, quase imperceptível na água, que são colocadas nos rios, que deixam a biodiversidade existente sem chance de escapar, uma vez capturada. Os autores Arruda e Junior (2022) ainda frisam que esse método de pesca não faz distinção entre o tamanho dos peixes, já que todos acabam presos e retirados do seu habitat.

Desse modo, mediante a fala do entrevistado, quanto ao grande número de redes no percurso do rio, entendemos que já há uma retirada excessiva de peixes

numa proporção que não acompanha a reprodução, causando a diminuição ou até mesmo a extinção das espécies nativas do ecossistema. Nessa perspectiva, Pereira (2003) afirma que os estoques pesqueiros do Brasil estão sendo explorados de forma ilegal e as capturas excedem as recomendações, que medidas de controle são necessárias para retirada de material utilizado na pesca predatória; principalmente àqueles que dizimam os peixes com redes de arrasto, redes, cordas, anzóis, espinheis. Situação está que vem se manifestando no rio Maracanã, confirmada pelas falas dos moradores da comunidade do Livramento. Logo, havendo a necessidade de medidas de combate.

A autora acima destaca que o controle promove a educação dos pescadores que sabem que a fauna é uma importante fonte de alimento para as populações humanas e que os estoques pesqueiros possuem, portanto, uma biomassa significativa, o que é uma excelente fonte de proteína animal de alto valor nutricional.

3.3.4 Pesca de mergulho - fisga e bomba

Nos relatos dos entrevistados, é exposto que a pesca predatória também ocorre pela técnica de pesca de mergulho, na qual é utilizada a fisga, óculos e lanterna para a captura dos peixes. *A pior coisa pra nós é essa pesca de mergulho, isso acaba com tudo que é peixes. Porque veja só, eles só querem pegar os peixes graúdos⁶¹, a mãe dos pequenos. Então como vai ser? Só vai ficar os pequenos que vai demorar a crescer pra ovar⁶² e reproduzir. E ainda tem mais, o peixe às vezes é ferido mais não é fisgado, aí vai morrer depois, outro prejuízo. Minha irmã, isso é uma praga. E esse povo de fora é que vem acabando com tudo, porque gente daqui de dentro está deixando* (Entrevistado 4).

As entrevistas salientam que muitas vezes a bomba acompanha a pesca de mergulho, contribuindo para a diminuição do pescado, visto que destrói a casa dos peixes e os afasta para locais mais distantes; com isso, compromete a fonte de alimento e de renda. *Muita gente vai pegar o peixe com fisga e óculos,*

⁶¹ **Graúdos** -crescido, vultoso, considerável, em desenvolvimento.

⁶² **Ovar**- pôr ovos; criar ovos ou ovas.

lá no fundo do rio, nas tronqueiras⁶³ e jogam bombas nas tronqueiras destruindo total a casa dos peixes. E como os colegas já falaram eu confirmo, é povo de fora que faz isso, vem gente de tudo que é canto, Terreirão, Timboteua, Peixe-boi e até Santa Maria do Pará. Mas também tem um detalhe, vem porque muitas vezes tem amizade com povo daqui, vem por convite deles, pescam tudo junto e pode procurar saber quem é, e vai ver que é essa rapaziada que não tem juízo, não quer nem saber de nada, não tem cuidado com o que é nosso (Entrevistado 4)

Pela fala dos entrevistados, este tipo de técnica parece causar insegurança e até mesmo ameaça quanto à sustentabilidade do alimento, visto que são escolhidos os peixes maiores para serem fígados, ficando assim os menores, que certamente passarão mais tempo para se desenvolverem e chegarem à fase adulta para reprodução.

Embora outros relatos evidenciassem que essa técnica impacta diretamente na diminuição dos peixes, só foi possível encontrar uma literatura, até o momento, que pudesse embasar tal impacto. Junior et. al (2015) descreve que a pesca de fígua se torna proibida, porque em muitos casos o peixe atingido consegue escapar ferido, morrendo em outro lugar. Nessa técnica, além da fígua, o pescador necessita do acompanhamento dos óculos de mergulho e lanterna para melhor visualizar ao mergulhar na água, pois é muito comum a pescaria ser realizada em horários noturnos, durante o período de estiagem.

No entanto, mesmo com pouca literatura sobre a abordagem, acreditamos que as teorias dos pescadores entrevistados possam ter fundamento pelo viés do saber local tradicionalmente adquirido, a experiência e pelas práticas vivenciadas diariamente. Os entrevistados, durante os relatos, colocam as suas opiniões com sensatez, justificando e exemplificando as mudanças na paisagem e no uso dos recursos naturais da comunidade com o passar dos tempos.

⁶³ **Tronqueira** - paus grossos que a correnteza finca fortemente no leito do rio, dificultando a navegação.

Assim, para sustentar a fala dos entrevistados, quando se referem aos prejuízos causados aos recursos naturais, em função do uso da fisga com óculos na prática de pesca, Costa-Neto et al. (2002) ressaltam os conhecimentos teórico-práticos-vivenciais fornecidos pelos pescadores, como uma rica fonte de informação sobre a conservação, gestão e utilização sustentável dos estoques pesqueiros.

Dessa maneira, o conhecimento tradicional na pesca é empírico, é dinâmico, torna o pescador, diante da sua vivência e experimentos, capaz de constatar alterações ambientais que atingem visivelmente a sua cultura e a sua forma de viver. Segundo Diegues (2004), o saber ancestral na pesca é caracterizado como um conjunto de técnicas cognitivas e culturais, habilidades práticas e conhecimento transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores tradicionais, com o objetivo de garantir a continuidade de seu modo de vida.

3.3.5 Rede de arrasto ou arrastão

Outra situação bem frisada durante as entrevistas foram os danos causados pela pesca com rede de arrastão⁶⁴. Essa técnica foi considerada, entre os entrevistados, como uma das piores técnicas de pesca, em virtude do tipo de malha que é utilizada no arrasto, pois arrasta todos os tamanhos de peixes, além de causar destruição do habitat, como esclarece o pescador entrevistado: *A pescaria com a rede de arrasto é perigosa, porque vai pegando tudo que é tamanho de peixe, aí como vai ser pra esses peixes aumentarem? Se cada vez mais está se acabando. Quer ver quando a rede é fina com menos de 25mm, aí que acaba com tudo mesmo. Sai levando os peixes pequenos, camarão e o que tiver dentro. Sem contar que vem arrastando o Mururé que é a casa dos peixes. A senhora foi lá e viu, como está falhado⁶⁵ o Mururé aqui no rio. Mas vou lhe dizer uma coisa bem aqui, isso acontece porque a comunidade é desunida,*

⁶⁴ **Rede de arrastão** - Arrastão, ou rede de arrasto, é um tipo de arte de pesca/petrecho em forma de saco que são puxadas a uma velocidade que permite que os peixes, crustáceos ou outro tipo de pescado, sejam puxados dentro da rede.

⁶⁵ **Falhado** - que possui falhas, defeito, erro, imperfeição, lacuna.

porque a gente poderia se ajuntar e colocar regra aqui dentro. Como é que naquela parte do rio de frente do finado Gran ninguém faz bagunça. Vou já lhe dizer, porque lá os filhos dele põem ordem, é preservado, chega é bonito de ser, vá lá pra senhora ver. Por que que a gente não faz o mesmo também? Além da desunião, tem a falta de apoio dos nossos governantes. (Entrevistado 5)

Para Morgan (2014) a pesca de arrasto é uma prática realizada pela indústria pesqueira no mundo todo, na qual uma grande e pesada rede é arrastada ao longo do fundo do oceano para recolher tudo o que estiver em seu caminho, ocasionando a captura de espécies indesejáveis e a destruição massiva da fauna acompanhante. Tecnicamente, a pesca de arrasto caracteriza-se pela captura da fauna íctica⁶⁶ e de invertebrados marinhos, ao longo do fundo do mar, ou por meio da coluna d'água. Ela varia no desenho e métodos de arrasto (Lins, 2011).

De acordo com o Conselho Pastoral dos Pescadores -CPP, nos lagos e rios também são utilizadas redes de arrasto e um dos maiores problemas é o uso de redes com malha menor do que o permitido. Com isso, são capturados seres muito jovens/pequenos. Esta prática leva, inevitavelmente, à escassez de peixes e, em longo prazo, à extinção de várias espécies, pois quando capturados muito jovens ainda não tiveram a oportunidade de se reproduzir.

A destruição do Mururé, vegetação que fica às margens do rio e que abriga os peixes, é motivo de clamor pelos pescadores da comunidade, uma vez que evidenciam o distanciamento dos peixes pela falta do habitat. *Como a casa dos peixes é destruída com a rede de arrasto na hora de lançar⁶⁷, eles ficam sem casa e vão embora, se afugentam⁶⁸.*

⁶⁶ **Fauna íctica** – ictiofauna é o conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região biogeográfica.

⁶⁷ **Lançar** - nome dado a técnica de jogar a rede na água. Usado por alguns pescadores – lançar.

⁶⁸ **Afugentam** – afugentam vem do verbo afugentar. O mesmo que: espantam, expulsam, extinguem, repelem, varrem.



Fonte: da autora (2023)

Antigamente esse rio Livramento era quase fechado de tanto Mururé (casa dos peixes), chega à gente escutava o barulho dos peixes. Hoje você não ouve nada e se você olhar pra beira do rio vai ver que tem pouco Mururé e tem lugar que já está é limpo,



Fonte: da autora (2023)

com tudo isso vamos ficando sem alimento e sem renda, pois tá difícil sobreviver do peixe, aqui. (Entrevistado 5)

Baseado na fala do entrevistado e nas observações que foram realizadas em *locus*, com registros de fotografias, chegamos à hipótese de que é possível que os peixes estejam ficando sem o seu habitat.

As fotografias acima proporcionam a “compreensão do diálogo entre a linguagem escrita e a linguagem imagética” (Fernandes; Fernandes, 2015, p. 73) e simbolizam as narrativas dos entrevistados, além de possibilitar a visibilidade da pouca existência do mururé às margens do rio. Percebemos que parte do rio já não dispõe dessa vegetação, ou seja, nestes locais possivelmente não há peixes para serem capturados e para se reproduzir.

Nas declarações dos entrevistados, são externadas a preocupação com o uso da rede de arrasto, pelo fato de destruir habitats e ainda inviabilizar o desenvolvimento e reprodução de muitas espécies de peixes, danos que demoram a serem reparados. Diante de tais consequências, a comunidade vem se queixando do uso dessa técnica utilizada por alguns moradores e pelo grande número de pessoas de outras localidades que as utilizam. *Mas é bem verdade que ainda tem gente da comunidade que também faz isso, porque até se revolta. Muitas vezes deixa de comer pra não pescar com a rede de arrasto e vem outro de fora e leva o pouco que ainda temos. Sabemos que é proibido e não tá certo fazer, mas passar fome pra dar pra quem não precisa, é revoltante, porque esse povo que vem de fora não tem precisão como nós. Mas também tem gente daqui que não tem consciência principalmente os mais jovens* (Entrevistado 6).

Os impactos ambientais causados pelas técnicas de pesca inadequadas afetam diretamente os recursos naturais, assim como a fonte de alimento e de renda da comunidade, causando uma desestabilidade dentro do âmbito socioeconômico. Hoje a comunidade relata que não consegue mais sobreviver da pesca, devido às interferências humanas desrespeitosas que trazem como consequência a diminuição dos peixes. De acordo Ramires et al. (2012), a pesca artesanal atualmente é considerada, em algumas regiões litorâneas, como principal fonte de renda; praticada

como meio de subsistência, sendo, em outras áreas, não mais a única atividade econômica, pois os pescadores buscam outras atividades para complementar a renda familiar.

É fundamental a elaboração de um plano de preservação e manejo dos recursos naturais que vise garantir a sustentabilidade da pesca e a preservação das comunidades locais, com o objetivo de valorizar o trabalho dos pescadores tradicionais.

Diante desse contexto, a pesca artesanal é uma fonte de alimento essencial para as comunidades pesqueiras, para fins de comercialização e geração de renda. Mas que as técnicas utilizadas para a captura do pescado precisam considerar a conservação do ecossistema aquático, a fim de que as populações que necessitam da pesca possam assegurar o seu alimento.

Tais circunstâncias são retratadas pela comunidade do Livramento, uma vez que a pesca artesanal representava a principal fonte de alimento e a garantia de renda. Segundo as narrativas, já não existe mais produção para se comercializar e gerar recursos financeiros, mas uma pequena quantidade para o consumo familiar. O que leva à necessidade de se refletir sobre a fala da autora no que concerne às técnicas de captura e forma de explorar os recursos naturais.

Ao percorrer o rio, acompanhada do pescador em sua atividade diária de pescaria, percebemos a utilização de diversas técnicas de pesca artesanal, de acordo com a sua experiência e manejos, para obter uma quantidade de pescado satisfatório, observamos o impacto mencionado pelos entrevistados, a diminuição do alimento e a destruição da vegetação que serve de moradia para as espécies de peixes.

Antigamente professora, era muito peixe nessas beradas⁶⁹, chega fazia zoada⁷⁰, eu pegava de 10 kg de peixe ou mais só numa pescaria. Mas hoje em dia tenho que me valer de várias formas de pescar. Como a senhora viu, foi colocado 05 malhadeiras. Onde Coloquei uma no Igapó,

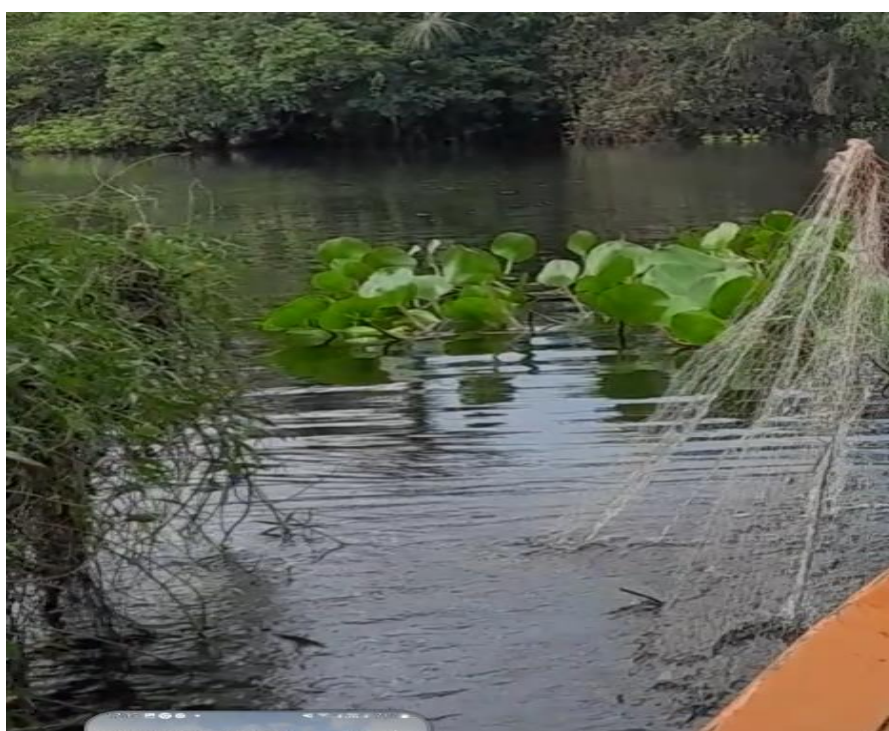
⁶⁹**Beradas** - arredores, proximidades, beiras, bordas, orlas, cercaduras, extremidades, extremos, margens.

⁷⁰**Zoada** - rumor; ruído indistinto e forte.



Fonte: da autora (2023)

Uma na margem do rio, onde a senhora tá vendo que tem pouco Mururé.



Fonte: da autora (2023)

Também outra mais no meio do rio,



Fonte: da autora (2023)

ainda coloquei 01 cambão no meio do rio,



Fonte: da autora (2023)

e 74 boías no meio do Mururé, que é onde a gente pega mais Ituú.



Fonte: da autora (2023)

E ainda foi colocado 01 espínhel. Tudo isso pra ver se pescar pelo menos 02 kg de peixe.



Fonte: da autora (2023)

E como à senhora ta vendo, durante o dia inteiro só consegui pegar 04 Tuís.



Fonte: da autora (2023)

Isso porque foi de caniço no meio do Mururé. Eu ainda pego mais alguma coisa professora, porque uso todos esses materiais, mas tem gente aqui que não pega nada (Entrevistado 3).

Por meio dos registros fotográficos e da fala do entrevistado, notamos que a devastação dos recursos naturais está causando a desestabilidade social, econômica e cultural da população do Livramento. Tudo indica que existe a falta de respeito e de compromisso com a fonte de alimento que subsidia a comunidade nos dias de hoje e possivelmente das gerações futuras, pois o que antes era considerado como base alimentar para os moradores, hoje representa carência. *Eu só digo uma coisa, não dá mais pra toda comunidade se alimentar só do peixe, porque não dá pra todo mundo, aí vai ter que se alimentar com outros tipos de alimentos, frango, carne, enlatado, isso se tiver*

dinheiro. Mais sempre a gente dá um jeito, trabalha na roça ou faz bico⁷¹ por fora (Entrevistado 7).

3.3.6 Fogo nas matas de Igapó

A chegada do fogo nas matas de Igapó também é um fator preocupante para quem depende da pesca. Segundo os pescadores, o fogo acaba com a vegetação nativa do igapó (musgos, cipós, arbustos), ocasionando a substituição pela tiririca, uma planta daninha agressiva, que dificulta a pesca no Igapó. *Quando o fogo entre no Igapó queima todas as plantas que já tem lá, aí nasce a tiririca,⁷² aí o igapó vira um tiriricaú. Com isso não tem quem entre pra colocar as atiradeiras e os espinheis, porque essa Tiririca corta a gente, as folhas dela têm uma serrinha que vai se agarrando em tudo e cortando (Entrevistado 9).*

Professora tem mais, até nascer de novo as antigas plantas demora anos, aí complica, porque ali já sabe que nós não vamos mais pescar. O problema é que ninguém sabe como esse fogo aparece lá, mas é alguém de fora da comunidade que coloca, porque nós mesmos não fazemos isso (Entrevistada 9).

Conforme Maiosonnave (2022), ao fazer referência às palavras do biólogo Bernardes Flores, esclarece que mesmo inundado durante todo o ano, o igapó é vulnerável ao fogo por acumular matéria orgânica, que se transforma em combustível no período seco. Segundo as experiências dos ribeirinhos, depois do fogo, a mesma vegetação não se recupera completamente. Cresce uma embaubeira⁷³ e cria a tiririca que impede outras plantas de nascerem.

⁷¹ **Bico** - é uma expressão usada em português para fazer referência a um trabalho extra que alguém faz e que nada tem a ver com seu trabalho oficial.

⁷² **Tiririca** - Erva daninha ciperácea. A *Cyperus rotundus*, mais conhecida por tiririca, junça-aromática, junça-de-contaou juncinha, é uma planta pequena, de rápido desenvolvimento, pertencente à família Cyperaceae.

⁷³ **Emabaubeira** – embaúba é a designação comum de várias espécies de árvores, principalmente do gênero *Cecropia*. Etimologia "Embaúba", "embaúva", "imbaúba", "imbaúva", "umbaúba", "umbaúva", "ambaúba", "embaíba" e "imbaíba" originam-se do termo tupi *ãba'ib*, que significa "árvore oca".

Logo, como bem mencionaram os pescadores entrevistados, o fenômeno ocorrido após as queimadas dificulta o uso da atiradeira, técnica de pesca utilizada nas matas de igapó, uma vez que a disseminação da tiririca impossibilita a sua entrada.

3.3.7 Veículo motorizado – Jet- Skis

Devemos ainda reportar os impactos causados aos recursos naturais da comunidade, devido ao uso de veículos motorizados no percurso do rio, que vem causando inquietações em todos os moradores do Livramento. Os pescadores afirmam que, desde que os veículos motorizados passaram a percorrer o rio, constataram, nas suas práticas de pesca, a considerável diminuição dos peixes, como bem é afirmado na fala a seguir. *Minha senhora, pra completar tem o tal dos Jet-skis e as lanchas que fazem uma arruaça⁷⁴ nesse rio*



Fonte: da autora (2023)

⁷⁴ **Arruaça** - motim, tumulto ou desordem.

quero que a senhora veja, quando eles vêm a ribanceira de água é grande e muito barulho afugentando os peixes pra bem longe. A gente passa o dia todinho no rio e não pesca um Aracú, nem um Tui. A cada dia o peixe desaparece. Quando não, quebra as canoas ancoradas ou alaga as canoas com o pescador dentro na hora que estão pescando, como já aconteceu com muita gente aqui. (Entrevistado 10).

E ainda estamos vendo que o rio está secando e ficando mais estreito, pois o reboliço⁷⁵ das águas vai lá fora e traz areia pra dentro do rio, tem lugar que a gente já ver o fundo do rio.



Fonte: da autora (2023)

Não sei não, mas é isso que já estamos vendo. Assim, nós da comunidade sofremos a cada dia com a falta do nosso alimento. Quem vivia do peixe pescando para alimentar a família e vender para comprar vestimentas, remédios e outros alimentos, não tem

⁷⁵ Rebolicho - agitação, confusão, desordem. Que remexe com exagero.

mais como, por isso é preciso ter proibição e mudanças. (Entrevistado 10).

Apesar da carência de literaturas que abordem os impactos causados pelo uso de *jet-skis* em rios e lagos, Golin (2018) elucida que existem casos especiais para os países autorizarem o uso de *jet-skis* em águas internas. São permitidos apenas como equipamento de resgate de uso exclusivo das instituições do Estado e em duas modalidades de competições oficiais. Mesmo no Brasil o *jet-ski* é proibido nos rios, barragens, lagoas, praias e cursos d'água. Em conformidade com Golin (2018), os pescadores não são muito amigáveis com os motonautas, pois sabem que, se um *jet-ski* entrar na água, matará as ovas e espantará os peixes, que possivelmente iriam garantir a sobrevivência de sua família. O autor elucida que limitar os excessos dos motonautas e da sua subsequente brutalidade nas águas é um ato civilizatório.

Quanto ao desafeto em relação aos *jet-skis*, pescadores, durante as entrevistas, mencionaram que se sentem ameaçados com a presença dos veículos, pois acham o rio muito estreito para comportar os vários *jet-skis* que aparecem de outras localidades. Já perceberam as mudanças nos recursos naturais, não somente pelo afastamento dos peixes, mas também pela devastação do mururé, que diante da alta velocidade do veículo, causa o balanço das águas e a vegetação se desprende do seu local e mais uma vez o peixe fica sem o seu habitat.

Golin (2018) esclarece que o veículo automotor aquático acima descrito é indicado pela navegação como um problema, pois, diante de algumas situações, é considerado um mecanismo de crime ambiental e sua penalidade não depende da arguição naval. O *jet-ski* se enquadra dentro da legislação ambiental, podendo ser autuado, visto que pode causar vários danos aos recursos naturais como: destruição das ovas, dos peixes e morte aos alevinos por conta da fúria dos turbos; remoção dos sedimentos do fundo das águas; despejamento de óleo que se transforma em resíduos poluentes duradouros, impossibilitando a remoção, com isso deixando as águas barrentas; poluição das margens e encostas; produção de ruídos entre 85 a 105 decibéis o que afasta os peixes do seu habitat, além do barulho não ser recomendado pelos indicadores da saúde; e, ainda, por ser misturador de poluentes, pois os seus turbos removem todos os poluentes lançados nas águas e os mistura também no solo.

O autor ainda ressalta que, antes do aparecimento do *jet-ski*, não se conhecia outro equipamento que causasse tanto impacto em relação à poluição da água, poluição sonora, insegurança nas vias navegáveis e problemas à natureza. Apenas dez *jet-skis*, ao percorrerem duas horas, despejam cem litros de combustíveis com óleo nas águas.

Diante da contextualização do autor, as considerações pontuadas pelos entrevistados parecem ser significativas e preocupantes, uma vez que tal veículo causa prejuízos ao meio ambiente, mais precisamente à fonte de subsistência alimentar da comunidade, impactando diretamente os aspectos sociais, econômicos e culturais.

Portanto, diante das falas dos entrevistados, nos parece ser possível que essa população do Livramento possui conhecimentos sobre o ambiente e os recursos pesqueiros que exploram diariamente, gerando assim, informações que podem vir a auxiliar nas políticas públicas de intervenções que objetivam mudanças de comportamento, conscientização e respeito ao meio ambiente, no qual todos estamos inseridos. Segundo Costa-Neto e Marques (2000), essas informações são chamadas de conhecimentos ecológicas locais (CEL) e podem ser utilizadas como ferramenta de apoio às políticas de gestão, conservação de recursos naturais e gestão participativa na tomada de decisões comunitárias.

4 INTERVENÇÕES QUE VISAM A CONSERVAÇÃO DA PESCA

Haja vista que os seres humanos estão esgotando os recursos naturais do planeta, os níveis de qualidade de vida estão diminuindo a cada dia e podendo chegar ao irreparável, caso intervenções imediatas não sejam tomadas. Diegues (1983) dá ênfase às populações tradicionais, mostrando-as como portadoras de conhecimentos ecológicos, que regulam a renovação dos seus modos de vida, realizando as suas atividades dentro dos limites estabelecidos pelo ambiente, por meio de sistemas de gestão de recursos naturais caracterizados pelo ciclo da natureza e por sua exploração dentro da capacidade das espécies utilizadas.

Certamente que esse conhecimento disponibiliza uma base de informações relevantes para o manejo dos recursos pesqueiros locais, tornando necessário que os recursos explorados (o extrativismo pesqueiro) realizados pelas comunidades sejam conhecidos, para que práticas de manejo e ações conservacionistas sejam aplicadas

de forma coerente. Isso, considerando-se as características ecológicas e a realidade social na qual os usuários se inserem, o que visa manter a diversidade biológica e cultural (Cortez, 2010).

Logo, a cogestão se mostra como um meio de destacar a sabedoria ancestral dos pescadores, por meio da partilha de deveres. O Estado e os grupos locais dividem a administração dos recursos naturais da região, evidenciando a habilidade das comunidades em gerir os recursos naturais e o planejamento pesqueiro, reduzindo conflitos internos e incrementando sua produtividade e receita (Junior, 2020).

É oportuno pontuar que a voz de uma comunidade tradicional carregada de saberes e experiências poderá auxiliar nas políticas públicas de proteção ao meio ambiente, no manejo dos recursos pesqueiros, como já foi citado no capítulo anterior, contribuindo com medidas de controle e monitoramento dos impactos causados aos recursos naturais.

Assim, diante das ponderações acima, acreditamos que os posicionamentos dos entrevistados nesta pesquisa estejam coerentes, pois evidenciam, em seus relatos, que, por meio das suas experiências e práticas diárias, estão percebendo que ao longo dos anos inúmeros impactos foram acometidos ao rio Maracanã/Livramento. No entanto, os danos se apresentam com mais intensidade nos dias atuais, principalmente quanto ao recurso pesqueiro. Este, que, segundo as falas, sempre contribuiu como fonte de alimento, mas que atualmente vem diminuindo e comprometendo os aspectos social, econômico e cultural da comunidade.

Dessa maneira, é necessário que a população afetada busque apoio juntamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) do município de Igarapé-Açu e ao Estado, para possíveis intervenções de combate aos impactos causados à pesca. Isso porque somente os pescadores com seus conhecimentos adquiridos, tem procurado conservar o meio de subsistência alimentar da comunidade, conforme cita o entrevistado: *Professora, nós que moramos na comunidade procuramos pescar da forma certa, de acordo como nós foi ensinado pelos nossos pais. Com os materiais de pesca feito por nós mesmos, pra não danificar os peixes e a casa deles. Mas o pessoal de outras localidades faz tudo errado. Mas de qualquer forma a gente sempre está preocupado em manter o nosso rio cheio*

de peixes. Mas essa diminuição dos peixes não é de hoje (Entrevistado 2).

Em 1997 eu e outros pescadores fomos buscar ajuda das autoridades para combater a pesca predatória, foi aí que contamos com a ajuda do vereador Zé Macedo, que nos ajudou na reunião com os pescadores que fizemos aqui na escola municipal Lauro Alves Ramos, daqui da comunidade. Onde foi conversado sobre a pesca predatória no período da piracema, que é proibido. Aí entramos num acordo para que ninguém da comunidade fizesse a pesca predatória, nem com fisga, bomba, rede de arrasto e veneno. E também nós não ia deixar o povo de fora fazer. Assim, depois dos esclarecimentos ficou acordado pra ninguém mais pescar dessa forma, principalmente no período da desova dos peixes. E até que deu certo, houve uma mudança nas pessoas, o peixe foi voltando devagar, mas naquele tempo não tinha muita gente de fora pescando, por isso dava pra controlar. Mas também, depois uns dois anos começou a falhar de novo e daí pra frente só diminuí, faltando alimento e dinheiro, já que não tem mais peixe pra vender, porque a perseguição é muita, todo dia tem gente de fora pescando, é de domingo a domingo. Até o pescador daqui já está se acabando, pois tem que procurar trabalhar em outras coisas pra sustentar a família (Entrevistado 2).

Diante da fala acima, houve a necessidade de buscar mais esclarecimentos sobre a referida reunião realizada em 1997. Assim, entrevistamos o vereador da época, Professor Dr. José da Silva Macedo, conhecido por Zé Macedo, o qual informou que moradores da comunidade do Livramento, por perceberem a diminuição dos peixes, o procuraram para orientá-los na tomada de decisões em relação ao combate da pesca predatória, motivados pelo objetivo da Eco 92, conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O referido professor resolveu contribuir com a comunidade ao incentivar os pescadores a se unirem para combater o uso dos apetrechos de pesca que estavam causando a diminuição dos peixes, principalmente o uso da rede de arrasto. Desse modo, os esclareceu sobre os danos ocasionados em detrimento dos apetrechos e técnicas utilizadas de forma desrespeitosa.

O professor também confirmou que o resultado da reunião foi positivo, visto que os pescadores colocaram em prática os acordos e a quantidade de peixes no rio Livramento aumentou.

De acordo com o exposto, observamos que a comunidade, desde que perceberam os riscos e danos causados, vem tentando de alguma forma amenizar os impactos socioeconômicos e culturais da pesca predatória que, entretanto, ainda persiste nos dias atuais. Segundo a presidente da ARQINSEL, reuniram-se as mulheres que fazem parte da associação, dirigiram-se até à SEMMA para solicitar providências quanto a pesca predatória, solicitando a fiscalização do rio e disponibilização de placas com advertências sobre os tipos de pesca proibida e multas, mas não foram atendidas. Também solicitaram que fosse embargada a construção de um Porto que facilitaria a entrada de lanchas e *jet-skis* no rio, situação que com muita insistência foi resolvida, como cita a entrevistada: *Não está sendo fácil, levamos documentos na SEMMA pedindo que tomassem alguma providência para impedir a pesca predatória e até o momento não tivemos resposta. Pedimos também que fossem até as margens do rio para impedir a construção de um Porto que só ia piorar as coisas, porque ia ficar mais fácil pra as lanchas e Jet-skis entrarem no rio. Na demora do atendimento, conversei com a pessoa que ia construir esse Porto e disse que a associação já tinha mandado um documento pra SEMMA de Belém pedindo pra embargar a construção. Foi muita luta a espera pela a SEMMA de Igarapé-Açu para nós dá essa ajuda, até que um dia eles foram lá e embargaram. Mais ainda estamos esperando que a SEMMA do município nos dê mais apoio. Eles dizem que a fiscalização do rio é por conta da SEMMA de Belém, mas eu acho engraçado, é que na*

gestão anterior a esse governo que nós temos, a secretária de meio ambiente deu um jeito de colocar voadeiras dentro do rio pra fiscalizar, até que prenderam muitas redes. Se não me engano contrataram as voadeiras de Marapanim pra vir fazer esse trabalho (Entrevistada 1).

No percurso das entrevistas, muito se falou sobre os prejuízos que a comunidade tem passado em decorrência dos impactos voltados a pesca. Foi expressiva a insatisfação dos entrevistados diante da atuação da SEMMA no município, principalmente diante das denúncias feitas pela comunidade. *A secretária de meio ambiente não aparece na comunidade para nos escutar e pra ver a situação do rio. Aqui não tem lei, todo mundo entra e faz o que quer. A gente não pode falar porque dizem que o rio não é nosso, que não somos os donos. Então a gente nem pode falar nada, pra falar a verdade a gente tem até medo de falar alguma coisa, tudo agora é motivo pra se matar o outro. Mas se viesse alguém da secretária e colocasse pelo menos umas placas falando o que é proibido e as multas, muita gente ia ficar com medo e ia respeitar e alguma coisa ia mudar (Entrevistado 1).*

Teve uma vez que veio um pessoal aqui pra embargar as pescarias predatórias, mas nem sei direito de onde eram, era desses órgãos de meio ambiente, mais faz tempo, pegaram um monte de rede no rio. Eu até vinha com uns peixes e eles queriam que eu devolvesse para o rio. Eu disse que não ia devolver porque era o que eu tinha pra levar pra minha família comer. Que eles deveriam era fiscalizar o povo de fora que vinha fazer coisa errada. Que não adiantava eu devolver o peixe e os de fora continuarem pescando no tempo errado. Que deveria ter justiça pra todos, deveria ter uma fiscalização direta. Agora vieram uma vez e nunca mais

apareceram, assim não adianta, não dá em nada, tinha que vir de vez em quando, assim o povo ia ficar cabreiro (Entrevistado 3).

A uns dias atrás, montamos uma comissão de mulheres da Associação e fomos na SEMMA pra pedir a fiscalização no rio, mais o que disseram é que não podiam porque essa fiscalização era por conta do Estado. Que era pra gente fazer a denúncia pra Secretaria de Meio Ambiente do Estado - SEMMAS. A gente pensava que eles podiam repassar a denúncia pra nos ajudar (Entrevistada 1).

Queremos que um representante da Secretaria de Meio Ambiente venha escutar de nós o que está acontecendo com o rio, com o nosso pai velho, pois nós sabemos, nós estamos sentindo as mudanças no nosso dia a dia. Nós percebemos se o rio está secando, a mudança da cor da água, que tipo de peixe que diminuiu, sabemos tudo do nosso tipo de pesca. Só quem vive da pesca de muitos anos é que sabe (Entrevistado 6).

Os discursos demonstram principalmente o ato de reivindicação que as mulheres representantes da ARQUINSEL realizaram perante a SEMMA. Santos, (2018), em seu artigo intitulado “Território pesqueiro na ilha de São Luís e conflitos socioambientais”, aborda sobre desavenças territoriais e socioambientais em várias comunidades da região, semelhantes à da comunidade do Livramento. Esta, por se tratar de uma comunidade tradicional que se empenha na luta por seus direitos, respalda a atitude das mulheres que procuraram a Secretaria de Meio Ambiente fazendo a seguinte colocação: a mobilização social ocorre quando se trata das dificuldades causadas pela reprodução material, social, cultural e dos diversos obstáculos que os grupos enfrentam para continuarem utilizando seus territórios e recursos naturais. Essas atitudes reforçam a importância da coletividade, da organização na busca da visibilidade social, da procura do reconhecimento dos seus saberes tradicionais para a gestão dos recursos naturais e territoriais. A autora ainda esclarece que geralmente esses desentendimentos se tomam mais difíceis para as comunidades piscatórias, visto que vivem em dois lugares, terra e água, interligados às suas práticas socioeconômicas, culturais e simbólicas.

Mediante ao contexto dos relatos já expostos anteriormente e a visão da autora acima, é possível que a comunidade do Livramento esteja apresentando conflitos socioambiental e territorial de pesca, trazendo como consequências a diminuição do peixe, assim como a instabilidade cultural e financeira. A territorialidade da pesca engloba uma extensão complexa que ultrapassa o conceito de fronteira física e contém elementos que estabelecem a territorialidade como patrimônio acumulado por quem a cria. A exploração e a apropriação indevida desta territorialidade fomentam situações de conflitos no setor da pesca tradicional. Estes conflitos provêm de crises relacionadas com as mais diversas formas de danos ao meio ambiente e estão ligados a problemas sociais causados por fatores antrópicos (Santos, 2018).

Nessa perspectiva, é válida a inquietude dos pescadores entrevistados relacionada à conservação dos recursos pesqueiros dentro do território que compreende a comunidade. Torna-se oportuno usar dos seus saberes e experiências com a natureza para justificar as mudanças que vem ocorrendo ao longo dos anos em relação à produção do peixe no rio Maracanã, como decorrência dos impactos ambientais causados pela ação humana.

Para Santos (2018, p. 247) “esses grupos passam a se organizar, na busca pela visibilidade social, à procura de reconhecimento dos seus saberes tradicionais para gestão de recursos naturais e territoriais”. Em consonância com a reflexão do autor acima, que discute a forma como homens e mulheres de comunidades tradicionais buscam aprovação dos saberes adquiridos, por meio das gerações e de suas vivências, visando contribuir com a conservação dos recursos naturais, Doria (2014, p. 96) argumenta:

comunidades amazônicas são reconhecidas pelo apurado conhecimento tradicional acumulado durante várias gerações sobre a região ou ambiente em que vivem e sobre as espécies de animais e vegetais que exploram. Esse conhecimento é construído em resposta à necessidade de sobreviver da floresta e dela retirar os produtos que geram sua reprodução social. (Doria, 2014, p. 96).

Desse modo, a investigação tem se fundamentado por meio das narrativas dos entrevistados, referentes aos impactos ocasionados pela pesca percebidos em suas práticas diárias, dos contributos teóricos e ainda pela atuação da secretaria de Meio Ambiente – SEMMA, na comunidade. Atuação esta que os entrevistados frisam ser mais eficaz, pela intervenção de medidas mitigadoras no rio Maracanã, visando o combate à pesca predatória e a outras situações existentes que estão interferindo no

modo de vida da comunidade. Assim, diante das hipóteses e até fatos comprovados, foi realizada a coleta de informações na referida Secretaria, com objetivo de registrar as providências tomadas, mediante as solicitações da comunidade, alusivas aos impactos causados aos recursos naturais, em específico, a pesca predatória.

Dessa maneira, foi entrevistado o coordenador II da SEMMA. Logo no início do diálogo, pediu para ler o artigo 1º inciso III do Resolução COEMA 162/2021, que contém a seguinte redação:

impacto ambiental local: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, a qualidade dos recursos ambientais, dentro dos limites do Município (Resolução COEMA162/2021)

Após a leitura, ressaltou a seguinte frase “dentro dos limites do Município”, ao dizer que a exposição do artigo em especial à frase ressaltada, seria para justificar o não atendimento às queixas da comunidade em relação aos impactos no rio Maracanã, por parte da SEMMA. Esclareceu ainda que existe um conflito socioambiental no que diz respeito à intervenção no rio Maracanã, principalmente quando se trata da pesca predatória, do tráfego de *jet-skis* ou qualquer outra situação ocorrida no percurso do rio, em virtude desses danos não serem considerados de impacto local, mas sim de impacto intermunicipal, devido ao rio Maracanã abranger vários municípios. Desse modo fica de responsabilidade do estado realizar as intervenções precisas no rio em questão, como bem explicou o coordenador da SEMMA em sua fala: *O rio Maracanã, nasce no município de Santa Maria do Pará, passa por Nova Timboteua, Igarapé-Açu e mais abaixo encontra-se com Santarém Novo. O rio está em uma área que compreende quatro municípios, se configurando em uma área Intermunicipal, ou seja, não está situado em um único território. Desse modo surgindo o seguinte questionamento. Quem deve atuar dentro dessa área? Nesse caso, o Estado. Pois quando a problemática foge da competência municipal e se torna*

intermunicipal, é o Estado que tem que intervir. Agora, quando se trata de uma demanda local, como a denúncia da construção do Porto para as lanchas e Jet-Skis terem acesso ao rio, no território igarapeaquense, compete a SEMMA do município intervir, como foi resolvido dentro das nossas possibilidades. Mas tem um porém, o Porto foi embargado porque não tinha licenciamento ambiental. Embargamos porque estava irregular, pois o que está licenciável, habilitado para tal situação, a SEMMA não pode negar, que não era o caso do Porto (Entrevistado - representante da SEMMA).

Ao fazer uma análise do que foi exposto pelo entrevistado, entendemos que a SEMMA do município atende somente às demandas que estão dentro do território local, que não compete a esta Secretaria realizar intervenções de combate à pesca predatória ou qualquer outra situação de impactos que estejam associados à toda extensão do rio Maracanã. O motivo que teoricamente justifica o não atendimento das queixas da comunidade do Livramento é o fato de o rio estar interligado a outros municípios, assim, constituindo os impactos apontados como uma problemática de caráter intermunicipal, cujas providências são de competência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMMAS.

No itinerário da entrevista, o representante da SEMMA ainda fez o seguinte esclarecimento: *O grande problema, é que mesmo sendo denunciada a situação dos impactos acontecidos no rio Maracanã, na SEMMAS estadual, ainda assim, a intervenção não é imediata devida a demanda de denúncias sobre impactos ambientais no Estado. Exemplo, uma denúncia feita daqui de Igarapé-Açu diretamente na SEMMAS, só foi realizada a intervenção 6 anos depois da ocorrência registrada. O Pará é muito grande, são muitas demandas para serem atendidas. Assim volto a dizer, o que ocorre dentro do território, nos limites locais, a SEMMA do município atende a todas as demandas. Agora algo como a pesca predatória que abrange todo o rio, já foge da nossa competência, sendo*

incumbida ao Estado a intervenção. e ainda tem outra questão conflitante, que são as pessoas de outras localidades como de Nova Timboteua e Peixe-Boi que estão contribuindo com os impactos, que não temos como autuá-las. O mais correto seria uma ação integrada entre a SEMMAS e as secretarias dos municípios que estão interligados ao rio Maracanã. Mas para isso, parte da comunidade fazer primeiramente a denúncia diretamente na SEMMAS do Estado, através de ofício presencialmente ou via e-mail, para que assim o estado tenha conhecimento da conjuntura e tome as providências necessárias (Entrevistado - representante da SEMMA).

Na oportunidade, o entrevistado acima informou que, mesmo não sendo de competência da SEMMA fazer intervenções mediante os impactos provocados ao rio Maracanã, a Secretaria realizou a operação Mururé no ano de 2017; momento em que foram apreendidos no rio apetrechos inadequados à prática de pesca no período de defeso. Disse também que os técnicos da SEMMA estão se capacitando para realizar ações educativas sobre políticas públicas de meio ambiente dentro do município, que já estão planejando uma articulação com a comunidade do Livramento para a realização de uma palestra que venha esclarecer minuciosamente a competência da SEMMA, para assim justificar o motivo de não intercederem nas situações voltadas à pesca predatória no rio Maracanã.

No ensejo, explicou que realizar um trabalho de sensibilização sobre as questões de preservação ambiental na comunidade é muito difícil, e quase irrelevante, pois quem vem causando os maiores impactos aos recursos pesqueiros são pessoas de outras localidades que, por sua vez, não podem ser autuadas pela SEMMA de Igarapé-Açu. Ao se falar sobre legislação ambiental para os comunitários, talvez não faça muito efeito, pois a comunidade não é a maior causadora dos conflitos.

Diante do contexto acima, Junior (2020) reforça a fala do entrevistado com a seguinte ressalva:

A grande maioria dos conflitos identificados em pesquisas sobre pesca, em áreas pequenas ou médias, está diretamente relacionada às territorialidades dos pescadores, pois trata-se de conflitos pelos espaços determinados (territórios) e pelos recursos naturais existentes nesses espaços. Como reflexo disso, nos últimos anos, em locais de ocorrência de conflitos, relacionados ao uso dos recursos pesqueiros e à falta de gerenciamento

desse recursos, como na região amazônica, surgiram regulamentos e normatizações, propostos pelos pescadores, que, posteriormente, foram corroborados por instituições públicas de administração da pesca. (IBAMA, secretarias municipais etc.) (Junior, 2020, p. 52-53).

Segundo o mesmo autor, os territórios pesqueiros, por se constituírem patrimônios da união, ou seja, públicos, não podem ser de domínio privado. No entanto, as comunidades particularmente afetadas pelas práticas diárias nos rios, que dependem do ambiente como uma das fontes para segurança alimentar e econômica, têm conquistado o direito de liderar esses territórios, pautados na gestão compartilhada dos recursos naturais, com ênfase na administração dos recursos pesqueiros (Junior, 2020). Desse modo, surgem os Acordos de Pesca formais, a fim de mitigar os conflitos, estabilizar ou reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais.

Conforme Rufino (2005), os chamados acordos de pesca que se tornaram uma realidade em diversas localidades da Amazônia, tentam defender as áreas consideradas de uso e domínio comunitários, para reduzir ou controlar a pressão da pesca. Define-se em um conjunto de normas específicas, regulando a pesca de acordo com os interesses da população local, pescadores artesanais-profissionais e/ou de subsistência e ribeirinhos, e da sustentabilidade do recurso. “As regras são fortemente baseadas em conhecimento ecológico local e o monitoramento está relacionado com as éticas sociais locais” (Castro; Mcgrath, 2001, 117-118).

Para Junior (2020, p. 53-54), tais acordos são feitos com o propósito:

reduzir os conflitos entre os usuários e de minimizar o esforço de pesca, aumentando a produtividade. A partir dos acordos de pesca, os pescadores são reconhecidos, pelo Estado, como corresponsáveis pela gestão dos recursos pesqueiros disponíveis no território, juntamente com os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela legalização da atividade nos territórios, em que a pesca ocorre (Junior, 2020, p. 53-54).

Dessa maneira, talvez sejam relevantes os acordos para o manejo da pesca no rio Maracanã, porém, segundo o representante da SEMMA, é necessário se ter cautela com as normas, regras e penalidades, para que não prejudique ainda mais a população dependente do rio, uma vez que o grande conflito envolve os usuários de outras localidades que se utilizam dos recursos pesqueiros de forma desrespeitosa. Ao se tratar das intervenções já mencionadas, no que diz respeito aos conflitos existentes no rio Maracanã, declarou que o papel da SEMMA se iguala ao da comunidade, de formalizar uma denúncia ou, no máximo, fazer uma parceria com a

SEMMAS para auxiliar nos trabalhos que forem decididos pela devida Secretaria, e que a denúncia precisaria ser pontual, como foi a operação Mururé de 2017. Mas o ideal, segundo ele, seria o monitoramento constante no rio. Entretanto, é quase impossível, no momento, uma vez que a secretaria do município não tem estrutura para tal ação, devido a um quadro reduzido de 5 fiscais e falta de veículo para realizar a fiscalização na rota do rio. Saliou também que, dentro das possibilidades da Secretaria, os atendimentos são realizados por demandas pontuais, mas para que isso aconteça é necessário ser informado o crime ambiental por e-mail, por disque denúncia ou de maneira presencial, caso contrário não terão como saber dos impactos ambientais ocorridos no município.

Diante do contexto abordado, acreditamos que existem situações conflituosas, no que tange aos impactos provocados pela pesca na comunidade, e que precisam ser esclarecidos. Há legislações de proteção ao meio ambiente, em especial aos recursos pesqueiros, como a Lei Federal nº 11.959/2009, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil, que normatiza as modalidades de pesca, do pescador e principalmente classifica instrumentos de pesca e períodos específicos considerados proibidos na utilização dos recursos pesqueiros.

No Estado do Pará, essa prerrogativa legal está prevista na Lei Estadual nº 6.713/2005, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola em todo o seu território, com o objetivo de promover o ordenamento, o fomento e a fiscalização da pesca e da aquicultura. No entanto, é necessário a comunidade conhecer e distinguir os órgãos competentes para atuar no combate à pesca predatória, para assim saber a quem recorrer, como cita o autor:

O combate à pesca predatória no Estado do Pará é realizado da seguinte forma: por órgãos federais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBIO quando os rios são nacionais, ou seja, ultrapassam limites territoriais estaduais e/ou em área de proteção ambiental; por órgãos estaduais (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade –SEMMA) quando os rios estão nos limites territoriais do Pará; por órgãos do poder público municipal (secretarias municipais de meio ambiente) que fiscalizam os limites de seu território ou de maneira integrada. (Junior et al., 2019, p. 85).

Dito posto, acima estão mencionadas as competências dos órgãos federais, estaduais e municipais voltados ao combate à pesca predatória, mais precisamente à competência da SEMMA de Igarapé-Açu e os prováveis conflitos socioambientais

na comunidade do Livramento. Tais acontecimentos também estão associados, como já mencionamos anteriormente, à falta de sensibilização de indivíduos que usufruem dos recursos naturais e da carência de intervenções que venham amenizar os impactos causados à pesca. Dessa maneira, é necessária uma intervenção integrada entre as esferas municipais e estaduais de combate à pesca predatória ou, no mínimo, a concretização de uma ação educativa por parte da SEMMA, objetivando justificar a atuação da Secretaria e esclarecer as entrelinhas da Lei 678/2010 que dispõe sobre a criação da Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Igarapé-Açu.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na comunidade estudada, por meio das observações participantes, dos diálogos com o suporte teórico e com as falas dos entrevistados, apresentamos como resultado desta pesquisa a constatação de elementos muito retratados pelos pescadores como: a pesca na comunidade tem característica artesanal de subsistência, apresenta-se como uma das principais fontes de alimento. Essa fonte de sustento alimentar ainda hoje é desenvolvida por meio de apetrechos confeccionados manualmente, com a utilização de técnicas que visam a conservação da biodiversidade existente no rio Maracanã (Livramento).

As pescas predatórias são responsáveis por inúmeros prejuízos aos recursos naturais, aos aspectos econômicos, sociais e culturais da comunidade. Até o momento não foram visibilizados pelos órgãos competentes, com fiscalizações que venham efetivar medidas de combate a esses prejuízos.

Outro elemento evidenciado foi que os pescadores mais antigos, que representam 70% dos entrevistados, demonstram maior conhecimento sobre as práticas de pesca, maior preocupação em conservar os recursos naturais e dão continuidade nas tradições voltadas à pesca artesanal. É perceptível que essa categoria, por meio das suas práticas e experiências adquiridas ao longo dos anos, identifica com mais precisão as mudanças nos recursos pesqueiros e sofrem com os impactos causados a eles. Enquanto os mais jovens, 30% dos participantes da pesquisa, não apresentam a mesma sensibilidade, por não estarem cotidianamente praticando a pesca; por vezes, também, devido à escassez do peixe que os obrigam a buscarem trabalhos distintos da pesca para suprir as suas necessidades ou por já estarem inseridos em uma nova dinâmica de vida. Isso significa não precisar pescar para sobreviver, devido a outras fontes financeiras existentes no âmbito familiar, como o caso dos recursos provenientes das aposentadorias e dos auxílios do governo federal.

Dessa maneira, esses jovens não demonstram o mesmo interesse que os seus antecessores tinham em adquirir conhecimentos e as tradições voltadas à pesca como algo imprescindível para o sustento e significativo para se manter a cultura de uma população tradicional. Assim, praticam a pesca sem o considerável respeito e valorização aos princípios de uma ancestralidade.

Contudo, de acordo com os relatos de alguns pescadores mais antigos, estes gostariam de repassar os seus conhecimentos sobre a pesca para os seus filhos e netos, com o intuito de preservar o modo de vida de uma comunidade que tem na sua história a sobrevivência de um povo remanescente de quilombola, herdeiros e praticantes da agricultura, da caça e da pesca.

Torna-se relevante destacar que a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, de Igarapé-Açu, não atua na comunidade do Livramento com intervenções eficazes e contínuas de combate à pesca predatória no rio Maracanã, alegando que o rio tem uma extensão intermunicipal que cabe a SEMMA do Estado tomar as medidas cabíveis, além de recursos parcos para realizar um trabalho de fiscalização.

Também é válido salientar que, além dos fatos já apontados, existem dados que precisam ser investigados com mais profundidade, como o caso do pertencimento e da identidade quilombola, visto que tratar da pesca como uma prática adquirida pelos antigos se apresenta entrelaçada na sua vida cotidiana. Mas, na tentativa de explicar tal contexto, Alves e Alves (1982) faz a seguinte colocação: à medida que a identidade vai se formando, como um processo contínuo e progressivo, o senso de pertencimento permanecerá se desenvolvendo de maneira espontânea e, na maioria das vezes, de forma inconsciente, no dia a dia das comunidades.

Dessa forma, é provável que os sentimentos de pertencimento e identidade possuam significados, sentidos e valores que poderão ser lapidados a cada momento. Haja vista que o contexto também ofereça possibilidades de ação e reflexão aos sujeitos, transformando as suas condutas e valores sociais para que assim possam manifestar tais sentimentos.

Portanto, a partir das fundamentações teóricas e das técnicas utilizadas para a coleta de informações, identificamos variados fatores, já sublinhados acima, que aparentam contribuir negativamente com a inconstância da pesca como fonte de alimento e sustentabilidade de uma tradição, o que reforça a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas à resolução das problemáticas apresentadas.

No que se refere a coleta dos dados, vale frisar que, embora os instrumentos utilizados na investigação não estejam contextualizados em um estudo literalmente antropológico, foram utilizados com o intuito de efetivar resultados relevantes na pesquisa e que contribuíssem de forma significativa para o conhecimento, compreensão, interpretação e análise da realidade socioeconômica e cultural dos

indivíduos participantes, buscando identificar os conflitos e tensões existentes, a sensibilidade e a motivação para as mudanças necessárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscamos investigar a pesca como fonte de subsistência alimentar da comunidade do Livramento, no qual, face às ratificações discorridas na produção textual, valida o alcance dos objetivos propostos na pesquisa. Trouxemos das respostas obtidas, mediante as técnicas de coleta de dados, as hipóteses que confirmaram que o uso de técnicas de pesca impróprias poderia acarretar a escassez de alimento, ocasionando agravos aos recursos naturais; a implementação de políticas públicas poderia/pode conservar os recursos naturais e desenvolver os aspectos socioeconômicos provenientes da pesca. Desse modo, fica evidente que as problemáticas enfrentadas pela Comunidade Nossa Senhora do Livramento passaram a surgir a partir do uso abusivo e desrespeitoso nas práticas de pesca, que resultam em danos aos recursos naturais, bem como à cultura, à economia e aos laços sociais, impactando diretamente na alimentação das famílias estudadas.

Além disso, as respostas apresentadas na pesquisa parecem estar interligadas à ordem ambiental, relacionadas à falta de gestão aos recursos pesqueiros e aos processos educacionais que envolvem a compreensão histórica, cultural, sensibilização humana e preservação da fonte de alimento. Há necessidade da atuação de órgãos governamentais dentro da comunidade que visem promover debates sobre o gerenciamento do pescado, no rio Maracanã, e ainda ações educativas que estimulem a reconstituição da identidade e a essência quilombola, vinculadas a solidariedade, a cultura, à tradição, garantindo os direitos humanos, a independência social e alimentar.

Para ponderar sobre as demandas mencionadas acima e atenuar os impactos causados na comunidade, devido à pesca predatória, trouxemos como proposta, neste estudo, a criação de um acordo de pesca na comunidade, tendo por base a cartilha “Acordo de Pesca: a comunidade é quem faz”, realizada pela WWF Brasil e Provárzea/Ibama, disponível na página <https://vdocuments.net/3-cartilha-acordos-de-pesca.html?page=1>, que norteará os caminhos para a elaboração do possível acordo que objetiva a manutenção das espécies e a sustentabilidade da atividade pesqueira.

O intuito dessa proposta é exprimir regras que regulam o uso dos recursos pesqueiros, definidas pelos membros da comunidade ou grupos usuários de outras localidades, incluindo medidas de sanções a serem destinadas aos que cometerem infrações.

Portanto, além da pesquisa contribuir com a literatura acadêmica, uma vez que trata de um estudo em comunidades tradicionais no interior da Amazônia paraense, retrata a pesca como fonte de subsistência alimentar e suas implicações. Além disso, os resultados pesquisados ajudou e ainda ajudará para que a comunidade compreenda melhor as adversidades em que se encontram e buscar, junto aos governantes, a implementação de políticas públicas de conservação dos recursos naturais, pensando em projetos voltados à educação ambiental, que levem em consideração os saberes tradicionalmente adquiridos por sujeitos protagonistas de uma tradição cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; NUNES, F. Escravidão, fuga, resistência e formação de quilombos/mocambos em Ourém do Grão-Pará (finais do século XVIII a 1830). **Nova revista amazônica**. v. 1, Abr. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Dora/Downloads/6227-20442-1-SM%20(1).pdf > Acesso em: 04.06.2023.

ALVES, C. R.; ALVES, M. B. N. Identidade e Pertencimento: reflexões sobre os processos culturais na modernidade. **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 1982. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10312/6/5.pdf > Acesso em 20.02.2024

PARÁ, agência. 2023. **Pará é o 4º estado em número de quilombolas no Brasil, afirma o IBGE**. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/45809/para-e-o-4-estado-em-numero-de-quilombolas-no-brasil-afirma-o-ibge#:~:text=Reconhecimento%20%2D%20De%20acordo%20com%20o,no%20Par%C3%A1%2C%20com%2062%20tituladas> Acesso em: 06/06/2023

ARCANJO, E. Quilombos de Oriximiná (Pará – Brasil): escravidão, fuga e memória no século XIX. **Revista de História da UEG**, v. 3, n. 2, p. 52-70, 22 dez. 2014. Disponível em : <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3161/2054> Acesso em: 25/05.2023.

ARAÚJO, M. **Insurreição de Escravos em Viana- 1867**. Prefácio de Joel Rfino dos Santos/Maria Raimunda Araújo. São Luís: SIOGE, 1994. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1OL8vIXDxLWlp45euYpwxfSzock-jZc4m/view. Acesso em: 07.05.2024.

ARAÚJO, L. G. N. **Abordagem sistêmica do uso de recursos naturais pela comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, Igarapé-Açu-PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2017. Disponível em: <https://capanema.ufra.edu.br/antigo/attachments/article/255/LARA%20ARA%C3%A9AJO.pdf> Acesso em: 20.06.2023

ARRUDA, M. P.; JUNIOR, D. **Impactos oriundos da cultura da pesca predatória no brasil: meios para solução do conflito, pesca esportiva e aquicultura**. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Una da rede Ânima Educação. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/27497/6/Impactos%20oriundos%20da%20cultura%20da%20pesca%20predat%c3%b3ria%20no%20Brasil%20%20meios%20para%20solu%c3%a7%c3%a3o%20do%20conflito%2c%20pesca%20esportiva%20e%20aquicultura.pdf> Acesso em: 20.06.2023.

ARRUDA, J. C. de et al. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, p. 315-329, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gq3GQZ5JNBSTmZdjXstgPgS/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20.11.2023.

ARRUTI, J. M. “**Quilombos**”. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org.Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. 2008. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf
Acesso em: 11.05.2023

ANJOS, R. S. A. dos. CARTOGRAFIA DA DIÁSPORA ÁFRICA – BRASIL. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 7, n. 01, p. 261–274, 2017. Disponível em:
<<https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0022>>. Acesso em: 20.11.2023.

BARRETO, L. W. et al. **A pesca artesanal no estado do Pará – Brasil**. 2023. disponível em:
<[file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/a-pesca-artesanal-no-estado-do-para-brasil%20\(8\).pdf](file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/a-pesca-artesanal-no-estado-do-para-brasil%20(8).pdf)>. Acesso em: 10.11.2023.

BARROS, B. F. **Etnoecologia da Pesca na reserva extrativista Riozinho Anfrísio - Terra do Meio, Amazônia Brasil**. 2012. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/958/1365>> Acesso em: 10.11.2023

BORGES, H. et al. **Atividade pesqueira e seus impactos no meio ambiente, bióicos-Biologia Marinha**. 2018. Disponível em:
<<https://www.bioicos.org.br/post/atividade-pesqueira-e-seus-impactos-no-meio-ambiente>> Acesso em: 05/09/2023.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, p. 15-80, 1994. Disponível em:
<https://www.academia.edu/9188360/BOGDAN_R_BIKLEN_S_Investigacao_Qualitativa_em_Educacao> Acesso em: 12.12.2013

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. 1988. Disponível em
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 15.05.2023>

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n.001**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8902>> Acesso em: 20/09/2023.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de abril de 2016. Disponível

em:<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 05/09/2023.

_____. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/sansu/Downloads/lei-no-11-959-de-29-06-2009.pdf>. Acesso em: 23/09/2023

BRASIL. **Lei nº 9795/1999**, Art 1º. Política Nacional de Educação Ambiental. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 12.12.2023.

CALDAS, R. B. C.; FERNANDES, J. G. dos S. As pedras do meu lugar: uma incursão nos nomes de lugares com itá[1] na amazônia oriental. **Linguístic [online]**. v. 31, n. 1, p. 25-37, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v31n1/v31n1a03.pdf>>. Acesso em: 26.02.2024

CASTRO, F.; GRATH, D. G. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, v. 12, p. 117-118, 2001. disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/07/o_manejo_comunit%C3%A1rio_de_lagos_na_amaz%C3%B4nia.pdf> Acesso em: 17.10.2023.

CASTRO, E. M. R. de. **Escravos e senhores de Bragança**: (documentos históricos do século XIX, região Bragantina, Pará) Belém: UFPA, NAEA, 2006. Disponível em: <<https://www.naea.ufpa.br/index.php/component/tags/tag/edna-maria-ramos-de-castro>>. Acesso em: 19.02.2024.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores-Norte. **Pesca Predatória**. Disponível em: <<https://cppnorte.wordpress.com/pesca-predatoria/>> Acesso em: 25/09/2023

CARNEIRO, E. **Ladinos e Crioulos**. (Estudo sobre o negro no Brasil).Rio de Janeiro. Editora civilização, 1964.

CARVALHO, R. M. A.; LIMA, G. F. da C. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. **Política & Trabalho**, n. 39, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/12745>> Acesso em: 10.04.2023.

CARDOSO, L.; GOMES, L. **Movimento social negro e movimento quilombola**: para uma teoria da tradução. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/abpn,+Gerente+da+revista,+009+-+Movimento_Negro_Quilombola_Revisado_pri_final.pdf> Acesso em 17.06.2023.

CARREIRA, A. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**. São Paulo: Editora Nacional, 1988. Disponível em:

<<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/471/6/GF%2025%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>> Acesso em: 20.05.2023

CORTEZ, C. S. **Conhecimento ecológico local, técnicas de pesca e uso dos recursos pesqueiros em comunidades da área de proteção ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil**. 2010. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4582?locale=pt_BR>
Acesso em: 20.07.2023.

CORTEZ, A. T. C. O lugar do homem na natureza. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 29-44, 2011. Disponível em:
<<https://doi.org/10.7154/RDG.2011.0022.0002>. Acesso em: 20/09/201.

COSTA-NETO, et al. Conhecimento ictiológico tradicional e a distribuição temporal e espacial de recursos pesqueiros pelos pescadores de Conde, Estado da Bahia, Brasil. **Etnoecológica**, v. 4, n. 6, p. 56-68, 2002.

COSTA-NETO, E. M.; MARQUES, J. G. W. Etnoictiologia dos pescadores artesanais de Siribinha, município de Conde (Bahia): aspectos relacionados com a etologia dos peixes. **Acta Scientiarum**, v. 22, n. 2, p. 553-560, 2000.

COSTA, I. R. CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. **Jornal Iroín**, 2008. Versão digital disponível em:
<<https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2533/CONAQ%20UM%20MOVIMENTO.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> Acesso em: 16.06.2023.

CUNHA, A. S. Organização social no campo: os pescadores artesanais da comunidade Segredinho, Capanema-Pa. *In: IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*, 2010. Disponível em:
<<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10355/2/1.pdf>> Acesso em: 10.11.2023.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>> Acesso em: 12.12.2023

CRUZ, C. R. F. **Trabalho e Educação no meio rural da Amazônia: A família e a escola como agentes formadores**. 2010. 454 f. Tese de Doutorado (Doutoramento em Educação) – Universidade do Minho. Instituto de Educação, Portugal, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/55612601.pdf>> Acesso em: 12.12.2023

DIEGUES, A. C.. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. Ed. Ática, SP. 1983. Disponível em:
<<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/prof%204.pdf>>
Acesso em: 15.10.2013.

_____. **O mito da natureza moderna intocada**. sexta edição. revista e ampliada. EDITORA HUCITEC. NUPAUB. São Paulo, 2008. © Direitos autorais, 1996, de Antonio Carlos Sant'Anna. Disponível em: <<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>> Acesso em: 20.11.2023.

_____. **A pesca construindo sociedade**. Leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Auxílio à Pesquisa sobre Populações humanas com Áreas Úmidas Brasileiras/UST. 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6683214/mod_resource/content/1/A%20pesca%20construindo%20sociedades.pdf> Acesso em: 11.11.2023

DIEGUES, A. C. et al. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP/PROBIOMMA/CNPq, 2000. <Disponível em: <<http://www.livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 20.11.2023.

DIAS, M. N. Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). **Revista de História**, [S. l.], v. 32, n. 66, p. 359-428, 1966. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1966.124426. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/124426>> Acesso em: 13.10.2023.

DORIA C. R. C et al. Uso do conhecimento ecológico tradicional de pescadores no diagnóstico dos recursos pesqueiros em áreas de implantação de grandes empreendimentos. Desenvolvimento e Meio ambiente-SEMA. **Revista UFPR**. v. 30, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/34196/22871>> Acesso em: 17.10.2023.

ESTADO DO PARÁ. **Instalação de Povoações**. Propriedade de uma sociedade Anônima. Belém, Pará. Anno I. Edição 123, p.1, 10 ago. 1911.

FARIAS, A. E. **Entre o quilombo e o Santo: discursos identitários na festividade de São Brás, na comunidade do Jacarequara**. Bragança, 2017. Disponível em: <<https://www.pplsa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Antonio%20Edson%20Farias.pdf>> Acesso em: 18.02.2024.

FERNANDES, J. G. S.; RAMOS, J. B. S. **O que é “estudos antrópicos”? Estudos antrópicos na Amazônia: entre textos e contextos interdisciplinares**. Coletânea interdisciplinar. (volume 1) / Carlos José Trindade da Rocha e João Batista Santiago Ramos (Organizadores). 1. ed. - Curitiba: Appris, 2020.

FERNANDES D. S.; FERNANDES J. G. S. A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 127, 2015. DOI: 10.22456/1982-6524.53593. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/53593>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

_____. Imagens e palavras na escritura da narrativa etnofotográfica: notações metodológicas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.12, n.1, jan.-jul., 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/891/pdf>> Acesso em 19.11.2023.

FIGUEIREDO, N. **Presença africana na Amazônia**. Afro-Ásia, Salvador, n. 12, 1976, DOI: 10.9771/aa.v0i12.20781. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/artcle/view/20781>>. Acesso em: 30.05.2023.

FOLHA DO NORTE. 09 de abril de 1896. **Paz do Brasil com a República Argentina** (1827) Anno I. Num, 100.

FUNDAÇÃO PALMARES. Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 109, de 26 de julho de 2013. Diário Oficial da União. 30.07.2013. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/nossa-senhora-livramento/>> Acesso em: 20.06.2023

FUNES, E. A.. **Comunidades mocambeiras**. In: GRUPIÓN, Denise Fajado; ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato de. (Orgs.). Entre Águas Bravas e Mansas. Índios e quilombolas em Oriximiná. São Paulo: CPI - Comissão Pró-Índio de São Paulo / IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19861/1/2015_capliv_eafunes.pdf> Acesso em: 07.06.2023

_____. Mocambos: natureza, cultura e memória. **Revista História Unisinos**. v. 13, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5083/2343>. Acesso em: 07.06.2023

_____. Nasci nas matas nunca tive senhor - histórias e memórias dos mocambos do baixo Amazonas. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, 1995. DOI: 10.20396/resgate.v6i7.8645536. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645536>. Acesso em: 6 jun. 2023.

GEERTZ, C.. **Saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. /Clifford Geertz; tradução de Vera Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somenteleitura/videos/modulo4/Antropologia/materia/I/O%20Saber%20Local.pdf>> Acesso em 20.12.2023.

_____. **A interpretação das culturas**. 1998. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. Disponível em: <https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf> Acesso em 20.12.2023.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 12.12.2023.

GOLIN, L. C. T. **Os jet skies são um inferno para a maioria das pessoas e uma maldição para o ambiente. Federação de Guaratuba**. 2018. Disponível em: <<https://federacaodeguaratuba.org.br/2018/11/16/os-jet-skies-sao-um-inferno-para-a- maioria-das-pessoas-e-uma-maldicao-para-o-ambiente/>> Acesso em: 25/09/2023

In: Gomes F. dos S. **Africanos e crioulos no campesinato negro do Maranhão oitocentista**. Volume 8, número 11, 2011 - Dossiê História e Literatura. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_ uema/article/view/70/408. Acesso em: 02.05.2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022. Quilombolas. Primeiros Resultados do Universo**. Disponível em <<https://static.poder360.com.br/2023/07/Quilombolas-Primeiros-Resultados-IBGE-27jul2023.pdf>> Acesso em: 18.06.2023.

IGARAPÉ-AÇU. **Lei nº 678/2010**, de 30 de dezembro de 2010 (Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Meio Ambiente do município de Igarapé-Açu – Estado do Pará e dá outras providências). Disponível em: <<https://prefeituradeigarapeacu.pa.gov.br/lei-n-678-2010-de-30-de-dezembro-de-2010/>> Acesso em: 14.06.2023

ITERPA. Instituto de Terras do Pará. **Título de reconhecimento de domínio coletivo outorgado a ARQUINSEL- Associação de Remanescentes de Quilombos de Nossa Senhora do Livramento**, 2010. Disponível em: <<http://portal.iterpa.pa.gov.br/quilombolas/>> Acesso em 20.06.2023

JORGE, A. L. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. **Revista Vértices**, v. 17, n. 3, p. 139-151, 2015.

JUNIOR, A. R. S., et al. A Pesca predatória na bacia hidrográfica do rio Peixe Boi no Pará: uma discussão sobre as suas implicações socioambientais. Pôster Meio ambiente. **Anais do 4º Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia**, Belém PA, 2015. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/pcambientais/simposio/anais_artigos_vol_1_simposio_2015.pdf> Acesso em 25/09/2023.

_____ Pesca predatória do mapará (*Hypophthalmus spp.*) no município de Limoeiro do Ajuru (PA) e Educação Ambiental como instrumento mediador de interesses e conflitos. **Revista brasileira de educação ambiental**, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.34024/revbea.2019.v14.2702>> Acesso em: 15.10.2023

JUNIOR, S. D. M. **Modo de vida e uso dos recursos pesqueiros na localidade do Beiradão, município de Limoeiro do Ajuru, Pará.** Orientador: SILVA, Christian Nunes da. 2020. 84 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13466/1/Dissertacao_ModoVida_Uso.pdf> Acesso em: 15.10.2023.

LINS, P. O. **Técnico em Pesca e Aquicultura.** Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará – IFPA. Pará, 2011. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgL70AK/introducao-a-engenharia-pesca-tecnicas-equipamentos-usados-na-pesca-marinha?part=2> > Acesso em 25/09/2023

LÜDKE, M.; MARLI E. D. A. A. L975p **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I.** São Paulo: EPU, 1986. Disponível: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf> Acesso em: 12.12.2023

MACEDO, J. **Educação e cidadania: Um estudo sobre os elementos do currículo no ensino médio da escola João Batista no município de Igarapé-Açu.** 2009. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade Autônoma de Assunção-Paraguai, 2009.

_____. Trabalho, **Educação e Currículo no Ensino Médio: Estudos e perspectivas de professores e alunos numa escola da Amazônia.** 2014. Tese de doutoramento em Educação-Especialidade em sociologia da Educação. Universidade do Minho. Instituto de Educação. Braga-Portugal, 2014.

MAISONNAVE, F.. **Cheias e queimadas em região preservada indicam ameaça de mudanças climáticas á Amazônia. Clima-Mudança climática-desmatamento.** Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/igapos-amazonicos-mais-frageis-ao-fogo/>>. Acesso em 25.09.2023.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia.** COSACNAIFY. Prefácio 1ª edição, Biblioteca Setorial-CEFD-UFES, 1950. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2843910/mod_resource/content/1/Mauss_Marcel_Sociologia_e_antropologia_2003.pdf> Acesso em: 02.02.2024.

MALCHER, M. A. F. Formação e territorialização quilombola no estado do Pará. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN).** 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/507>> Acesso em: 06.06.2023

MALINOWSKI, B. K. **Os pensadores:** Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Abril Cultural, São Paulo, 1978. Disponível em: <https://www.ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/sele%C3%A7%C3%A3o%202016/Docfoc.com-MALINOWSKI_Argonautas-Do-Pacifico-Occidental-0s-Pensadores.pdf.pdf> Acesso em: 12.12.2023

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**– 5ª ed. Editora da Universidade Estadual do Piauí - EDUESPI- Teresina, 2021.
<<https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/download/55/45/283-1?inline=1>>.
Acesso 09/04/2023

MONTEIRO, B. 1924-2008. **História do Pará**. 2ª edição- Belém Pará, PA: Editora Amazônia, 2013.

MORGAN, E. D. **Pesca de arrasto: o destrutivo método de pescaria está transformando os leitos dos oceanos em “desertos”**. Mongabay - Notícias ambientais para informar e transformar. 2014. Disponível em:<
<<https://brasil.mongabay.com/2014/07/pesca-de-arrasto-o-destrutivo-metodo-de-pescaria-esta-transformando-os-leitos-dos-oceanos-em-desertos/>> Acesso em: 25/09/2023.

MUNIZ, J. P. **Imigração e colonização: História e Estatística, 1616-1916**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1916. Disponível em:
<<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/immigracaocolonisacao1916/8/>> Acesso em 10.06.2023.

_____. **O Instituto Santo Antônio do Prata: município de Igarape-Assú**. Belém: Typ. da Livraria Escolar. 1913.

NETO, J. M. B. **Escravidão Negra no Pará (séculos XVII – XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012.

NETO, J. M. B.; MACÊDO, S. da C. F. **A quitanda de Joana e outras histórias: os escravos e as práticas alimentares na Amazônia (séc. XIX)**. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 38, 2009. Disponível em:
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao38/materia06/texto06.pdf>> Acesso em: 14.03.2024

NASCIMENTO, J. **Identificação e sistematização do conhecimento tradicional relacionado aos recursos naturais na Área de Remanescentes Quilombolas de N. Sra. do Livramento, Igarapé-Açu – Pará**. 2015. Relatório de bolsa de iniciação científica. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. Disponível em:
<http://www.pibic.ufpa.br/relFinais/6654.pdf>. Acesso em: 20.07.2023

NASCIMENTO, A. S. **Da natureza à mesa: a pesca artesanal na vida e alimentação dos quilombolas da Comunidade de Mangueiras, (Ilha do Marajó – Pará)** / Anael Souza Nascimento. 2020. Disponível em:
<https://ppgaa.propesp.ufpa.br/dissertacoes_mafds/Turma%202018/ANAEL%20NASCIMENTO%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL.pdf> Acesso em: 20.06.2023.

Novos Cadernos NAE. **Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia**. v. 19, n. 1, 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/2484/3170>> Acesso em: 11.11.2023.

O'DWYER, E. C. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. **Ariús– Revista de Ciências Humanas e Artes**, v. 14, n. 1/2, jan/dez., 2008. Disponível em: <https://www.ch.ufcg.edu.br/sites/arius/01_revistas/v14n1-2/01_arius_v14_n1-2_autora> Acesso em: 13.05.2023.

OLIVEIRA, A. R. S. **(Re)construção identitária da Comunidade quilombola de Guajuvira de Curiúva- PA a partir do processo de certificação quilombola 2005**. Londrina, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/Re_construcao_identitaria_da_Comunidade.pdf> Acesso em: 17.06.2023

OLIVEIRA, F. M. B de. **Mobilizando oportunidade: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola**. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10122009-113130/publico/FREDERICO_MENINO_BINDI_DE_OLIVEIRA.pdf> Acesso em: 17.06.2023

PACHECO, A. S. E O NEGRO VESTIU O ÍNDIO... Intercâmbios Afroindígenas pela Amazônia Marajoara. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301057503_ARQUIVO_EONEGROVESTIUOINDIO-VERSAOPRELIMINAR.pdf Acesso em: 19.02.2024.

PALHA, B. da F. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4556/1/Dissertacao_EscravidaoNegraBelem.pdf> Acesso em: 04.05.2023

PRADO, Y. **Lógicas familiares de produção, consumo e aquisição de renda familiar: interferência na segurança alimentar da comunidade quilombola nossa senhora do livramento, município de Igarapé-açu, Pará**. 2018 disponível em: <https://ppgaa.propesp.ufpa.br/dissertacoes_mafds/Turma%202017/YORGANA%20CAROLINA%20YAJURE%20PRADO.pdf> Acesso em: 20.06.2023.

PAIVA, C. **História ambiental da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, município de Igarapé-Açú, Nordeste Paraense, Amazônia Oriental**. 2018. Disponível em: <<http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1233/1/Historia%20ambiental%20da%20comunidade%20quilombola.pdf>>.

PARÁ. **Resolução COEMA n. 162** de 02 de fevereiro de 2021. Estabelece as atividades de impacto ambiental local, para fins de licenciamento ambiental, de competência dos municípios no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.semas.pa.gov.br/wpcontent/uploads/2021/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-COEMA-n%C2%BA-162-de-02-de-fevereiro-de-2021.pdf>> Acesso em: 10.09.2023

_____. **Lei nº 6.713**, de 25 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura e dá outras providências. Disponível em:

<<https://sinpab.com.br/legislacao/estadual/Lei%20Estadual%20n%C2%BA%206.713-2005.pdf>> Acesso em: 10.09.2023

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C. Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, p. 35-57, 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.18696/reunir.v2i4.78>>. Acesso em: 20/09/2023.

PEREIRA, J. **À Beira de um colapso, em Reportagem**, 47, 35-36, 2003. Disponível em:

<<http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xvi/cd/resumos/T02281.pdf>>. Acesso em: 23/09/2023

PORTO, D. **Luta quilombola pela terra: conquistas e marcos históricos no Brasil**. TERRA DE DIREITOS. 2017. Disponível em: <https://dayse.medium.com/luta-quilombola-pela-terra-conquistas-e-marcos-hist%C3%B3ricos-no-brasil-301dcf78542a> > Acesso em: 10.04.2023.

PONTARA, R. R. **A pesca predatória**. Pesca sem Fronteira, Brasília, DF. 2013. Disponível em: <<https://pescasemfronteiras.com.br/site/conteudo/169-a-pesca-predatoria.html>> Acesso em: 20/09/2023.

PROENÇA, W. de L. **O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro**. Faculdade Teológica Sul Americana – FTSA. Julho. 2007. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf> Acesso em: 30.11.2023

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradativa. 1992. Disponível em:

<<https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>> Acesso em: 12.12.2023

RAMIRES, M. et al. Caracterização da pesca artesanal e o conhecimento pesqueiro local no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo. **Revista Ceciliana**, v. 4, n. 1, p. 37-43, 2012.

RAMALHO, C. W. N. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. **Caderno de Estudos sociais**. v. 24, n. 2, p. 261-285. Jul/Dez. 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1409/1129>> Acesso em: 14.03.2024

ROCHA, A. E. S. da. **A Vila Caripi e a colonização da Região Bragantina, Pará.** 1ª Edição - Gráfica 4 cores. Belém-2014.

ROCHA, J. T., RAMOS, J. B. S. **Estudos Antrópicos na Amazônia: entre textos e contextos interdisciplinares; coletânea interdisciplinar** (volume 1) (Organizadores). FERNANDES, J. G. S., RAMOS, J. B. S. O QUE É “ESTUDOS ANTRÓPICOS”? 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia.** Manaus: Ibama, 2005. disponível em: <file:///D:/MESTRADO/PDF%20CAPITULO%20IV%20INTERVEN%C3%87%C3%95ES/Ruffino2005-Gestaodousodosrecursos-pesqueiros.pdf> Acesso em 16.10.2023.

SÁ, C. Comunidades Quilombolas no Brasil. **III encontro de iniciação científica e II encontro de extensão universitária.** v. 3, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1429/1365>> Acesso em: 11.05.2023.

SALLES, V. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/48>> Acesso em: 30.05.2023

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense.** Textos reunidos. – Belém: Paka-Tatu, 2004.

SALOMÃO, R. **A TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PARÁ:** A Contribuição da Cultura Africana no Pará. Itaituba, 2017. Disponível em: <<http://www.faculdadedeitaituba.com.br/pdf.php?id=145&f=TCC%20SANDRA%20REGINA%20imprimirrrr.pdf>>. Acesso em: 02.05.2023.

SAMPAIO, P. **Escravidão e Liberdade na Amazônia notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano.** CENDAP - PPGSCA/UFAM, Estrela do Amazonas, n. 128, 27 de outubro de 1855. (Microfilme) Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/4373/1/FLORESTA%20NEGRA%2C%20A%20PRESEN%C3%87A%20AFRICANA%20NA%20AMAZONIA..pdf>> Acesso em: 31.05.2023.

SANTOS, E. **Comunidades Quilombolas do Estado do Pará.** WEB ARTIGOS. Publicado em 10 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/comunidades-quilombolas-do-estado-do-para/76114>> Acesso em 30.05.2023

SANTOS, G. M. dos; SANTOS, A. C. M. dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia . **Estudos Avançados, [S. l.]**, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10076>> Acesso em: 23 nov. 2023.

SANTOS, S. de J. da S. **Pescadores na ilha de São Luís:** práticas, saberes e conflitos por recursos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. São Luís, UEMA, 2018.

SERRÃO, E. M. et al. **Apetrechos e Técnicas de pesca utilizados por pescadores artesanais em lagos periurbanos no baixo Amazonas (Pará-Brasil)**. 2022. Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil, 2022.

Disponível em:

<file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/SERR%C3%83O,+E.+M.+et+al.,+(2022).+Apetrechos+e+T%C3%A9cnicas+Utilizadas+em+Lagos+do+Baixo+Amazonas.%20(12).pdf> Acesso em 20.11.2023

SILVA, S.; NASCIMENTO, L. K. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos CEDEM**. v.3 n. 1, 2012. Publicado 08.08.2012. Disponível em:

<file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/adm,+Artigo2_Simone+rev.+Malu%20(7).pdf> Acesso em: 14.04.2013

SILVA, A. L. da. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de antropologia**, v. 50, n. 1, p. 125-179, 2007. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27259/29031> Acesso em: 07.09.2023.

SILVA, D. N. Quilombos. **Mundo Educação**. Disponível em:

<<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/quilombos.htm>> Acesso em: 20.09.2023.

SILVA, M. **Nas correntes do atlântico norte e sul: tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841)**. 237 f. 2020. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará, 2020. Disponível em: <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/SILVA_Marley_Tese.pdf> Acesso em: 30.05.2023

SILVA, B. B. da. **Diagnóstico da pesca no litoral paraense. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará**. Museu Emílio Goeldi. Belém-Pará, 2004. Programa de Pós-graduação em Zoologia. Disponível em:

<file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Download/Dissertacao_DiagnostivoPescaLitoral%20(3).pdf> Acesso em: 10.11.2023

SILVA, J. M. B. **Gente do Estuário: mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA)** 130 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia), Castanhal, Pará, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/13176/1/Dissertacao_GenteEstuarioMudancas.pdf> Acesso em: 11.11.2023

SOUZA, J. S. Pesca Predatória. 2022. Info escola. Navehando e aprendendo.

Disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/pesca-predatoria/#:~:text=A%20pesca%20predat%C3%B3ria%20%C3%A9%20definida,caacidade%20de%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20do%20estoque>. Acesso. 22.11.2023.

SOUZA, S. D. O. de. **Um rio e suas gentes**: Ocupação e conflitos nas margens do rio Tutiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão. (1790-1824). Universidade Federal do Pará. Belém. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4578>. >acesso em: 18.02.2024.

SOUZA, B. **A luta quilombola em movimento**. Ed. 214, 2021. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2021/11/12/a-luta-quilombola-em-movimento/>> Acesso em: 17.06.2023

SOUZA, E.; OLIVEIRA, F. As dinâmicas territoriais nas comunidades tradicionais reflexos da expansão do agronegócio, o caso de Igarapé-Açu. In: **Congresso Ibero-Americano de estudos territoriais e ambientais**, 6., 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/35880556-As-dinamicas-territoriais-nas-comunidades-tradicionais-reflexos-da-expansao-do-agronegocio-o-caso-de-igarape-acu.html>> Acesso em: 29.11.2023.

TRECCANI, G. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf><. Acesso em: 21.05.2023.

VERGOLINO, Anaize e Silva. **O negro no Pará**: a notícia histórica. In: Rocque Carlos (org.). Antologia da Cultura Amazônica. Belém, Amazonia Ed. Culturais, 1971. (Antropologia e Folclore, v. 6). Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/482734271.pdf>.> Acesso em: 31.05.2023

VERÍSSIMO, J. A pesca na Amazonia. **Livraria Clássica de Alves & C.** Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <[file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/45000008178_Output.o%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/DORACY%20LIMA/Downloads/45000008178_Output.o%20(2).pdf)< Acesso em 11.11.2023

WWF. **Brasil e Provárzea/Ibama**. Brasília. 2003. Disponível em: <https://vdocuments.net/3-cartilha-acordos-de-pesca.html?page=1> Acesso em: 20.02.2024

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. Disponível em: <<https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/03/raymond-williams-marxismo-e-literatura.pdf>> Acesso em: 22.02.2024

APÊNDICE A - OFÍCIO SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

OFÍCIO Nº 047/2022/PPGEAA/UFPA

Castanhal, 26 de Dezembro de 2022.

A

Sra. Tereza Soares da Costa.

M. D. Presidente da Associação de Remanescente de Quilombolas de Nossa Senhora do Livramento.

Assunto: Investigar a pesca como meio de subsistência na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento-Igarapé-Açu.

Ilma Senhora,

Venho por meio deste, solicitar a V. Sa. como presidente da Associação de Remanescente de Quilombolas de Nossa Senhora do Livramento, autorização para a realização de pesquisa científica que será apresentada como avaliação, ao final do curso de Mestrado, pela mestrando DORACY LIMA DE SOUSA, aluna do PPGEAA. O objetivo da pesquisa consiste em analisar e investigar a pesca como meio de subsistência na comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, no município de Igarapé-Açu, levando em consideração a preservação de uma fonte alimentar.

Na oportunidade, informamos que não haverá custos para a comunidade e, na medida do possível, não iremos interferir na operacionalização e/ou nas atividades cotidianas desta. Informamos também que serão seguidos todos os protocolos estabelecidos por esta casa para o COVID-19.

Agradecemos, antecipadamente seu apoio e compreensão, certos de sua colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa.

Atenciosamente,

YOMARA PINHEIRO PIRES

Coordenadora do PPGEA. Portaria 4188/2021-Reitoria

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) -
PESCADORES(AS) DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO
LIVRAMENTO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Estudo: A PESCA COMO FONTE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO- IGARAPÉ-AÇU/PA.

Pesquisadora Responsável: Doracy Lima de Sousa.

Local da coleta de dados: Igarapé-Açu/PA.

Endereço: UFPA-Campus - Castanhal/Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. Telefone para contato: (91) 98333-0411.

Endereço do Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos- Instituto de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Pará (CEP - ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, nº 01, Campus do Guamá. UFPA, Faculdade de Enfermagem do ICS, sala 13, 2º andar, CEP: 66.075-110, Belém-Pará. Tel: 3201-7735 E- mail: cepccs@ufpa.br .

Prezado (a) Senhor (a),

Você está sendo convidado (a) a conceder essa entrevista de forma totalmente **voluntária**. Antes que você se decida a participar desta pesquisa e conversar com a pesquisadora, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes da confirmação da sua participação. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá inicialmente na concessão de entrevistas a pesquisadora.

Benefícios. Destaca-se como benefício à relevância deste trabalho para a comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, como meio para subsidiar projetos, programas e políticas públicas voltadas para a conservação da fonte de alimento da comunidade e ainda visibilizar questões ambientais e socioeconômicas existentes que podem estar causando danos à população.

Riscos. A concessão da entrevista pode acarretar algum tipo de desconforto, cansaço ou aborrecimento ao responder às questões, que serão minimizados pela pesquisadora. A entrevista será realizada de forma breve, a fim de nortear o diálogo e minimizar o tempo. No entanto, poderá ser pausada ou até mesmo suspensa, caso seja solicitado pelo entrevistado.

Sigilo. As informações fornecidas por você serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO: Eu _____
 _____ declaro que li as
 informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, com seus riscos e benefícios. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a pesquisadora e autorizo o uso de minha imagem, áudios, vídeos e documentos em todo e qualquer material para produção da dissertação acadêmica, bem como nas peças de comunicação que será veiculada nos canais de mídia.

Iguarapé-Açu-PA, _____ de _____ de 2023.

 Doracy Lima de Sousa
 Pesquisadora UFPa

 Entrevistado (a)

APÊNDICE C - GUIA PARA NORTAR AS ENTREVISTAS COM OS PESCADORES(A) DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESCADORES(AS)

Identificação

Nome fictício: _____

Idade: _____

Data: _____

Prática de pesca

Quanto tempo pratica ou praticou a pesca?

Qual a importância da pesca?

Quais os tipos de apetrechos utilizados?

Quais são as técnicas de pesca?

Impactos causados a pesca

Quais são os impactos causados a pesca?

Quais as consequências dos impactos na comunidade?

Quais os danos causados aos recursos naturais?

Intervenção aos impactos causados a pesca

Quais as intervenções realizadas para combater os impactos causados a pesca?

APÊNDICE D - OFÍCIO – À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IGARAPÉ-AÇU-SEMMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

Reitoria Municipal de Igarapé-Açu
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Protocolo nº: 6.19/2023

Data: 04/10/2023

Assinatura do Servidor

Ofício nº 045/2023/UFGA

Castanhal, 02 de Outubro de 2023.

Ao,
Sr. Pedro Henrique Sousa Paiva.
M. D. Secretário Municipal de Meio Ambiente - SEMMA.


Assunto: Coletar dados sobre as intervenções para conservação dos recursos naturais na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento-Igarapé-Açu-PA.

Prezado Senhor,

Diante da pesquisa científica que está sendo desenvolvida na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento neste município, pela mestranda DORACY LIMA DE SOUSA, aluna do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia-PPGEAA, cuja temática é "A pesca como meio de subsistência alimentar na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento-Igarapé-Açu-Pa", que será apresentada como avaliação ao final do curso de mestrado. Venho por meio deste, solicitar a V. Sa. autorização para a pesquisadora acima citada, realizar coleta de informações neste departamento, sobre as possíveis intervenções que estão sendo desenvolvidas para conservar os recursos naturais da referida comunidade. Informações estas, que serão de suma importância para complementar o estudo em curso.

Agradecemos antecipadamente o seu apoio e compreensão, certos de sua colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa.

Atenciosamente,


JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS FERNANDES
Coordenador em Exercício do PPGEAA –
Portaria 4188/2021-Reitoria



APÊNDICE E - GUIA PARA NORTAR A ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-SEMMA DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE NEIO AMBIENTE – SEMMA.

Identificação

Nome fictício: _____

Idade: _____

Data: _____

Moradores da comunidade do Livramento já fizeram denúncias na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA sobre impactos ambientais na comunidade? Se fizeram, foram levadas em consideração?

A SEMA, tem conhecimento da diminuição do pescado no rio Maracanã por conta da pesca predatória e de outros impactos acometidos ao rio?

Quais intervenções foram ou estão sendo realizadas para combater impactos ambientais na comunidade do Livramento, principalmente no que se refere a pesca predatória?

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PESCA COMO FONTE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO- IGARAPÉ-AÇU/PA.

Pesquisador: DORACY LIMA DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80059723.8.0000.0018

Instituição Proponente: Campus Universitário de Castanhal

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.936.442

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa compromete-se em realizar um estudo de caso etnográfico na comunidade quilombola Nossa do Livramento no município de Igarapé-Açu-Pa. Onde o objetivo central é investigar se as técnicas de pesca utilizadas pelo moradores da comunidade levam em consideração a preservação da fonte de subsistência alimentar. Enquanto que os específicos tratarão de identificar quais são as técnicas de pesca utilizadas na comunidade; registrar possíveis impactos aos recursos naturais e socioeconômicos por conta das técnicas utilizadas na pesca e ainda identificar possíveis intervenções da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMA, voltadas às técnicas de pesca na comunidade. Para dar continuidade ao estudo, foi levantado um referencial teórico que trata dos recursos naturais como meio de reprodução sociocultural das comunidades tradicionais e ainda a pesca como fonte de subsistência alimentar essencial para estas comunidades. Os dados coletados por meio de observações participativas, diálogos e entrevistas semiestruturadas serão transcritos e interpretados em uma abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa serão moradores da comunidade, com experiência em atividade de pesca e com idade entre 23 a 93 anos. Estes que contribuirão com informações relevantes para a análise dos dados e obtenção dos resultados a que se propõe o projeto.

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 6.936.442

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar se as técnicas de pesca utilizadas pelos moradores da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento leva em consideração a conservação da fonte de subsistência alimentar.

Objetivo Secundário:

Identificar quais as técnicas de pesca está sendo utilizadas na comunidade; Registrar possíveis impactos aos recursos naturais por conta de técnicas utilizadas na pesca; Registrar possíveis impactos sociais e econômicos em detrimento a utilização de técnicas na pesca.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No que concerne aos riscos, a concessão da entrevista pode acarretar algum tipo de desconforto, cansaço ou aborrecimento ao responder às questões, que serão minimizados pela pesquisadora. A entrevista será realizada de forma breve, a fim de nortear o diálogo e minimizar o tempo. No entanto, poderá ser pausada ou até mesmo suspensa, caso seja solicitado pelo entrevistado.

Benefícios:

Destaca-se como benefício a relevância deste trabalho para a Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, como meio de contribuir na visibilidade das questões ambientais e socioeconômicas existentes, que podem estar causando danos à população e de implementação de projetos, programas e políticas públicas voltadas para a conservação da fonte de alimento da comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo encaminhado dispõe de metodologia e critérios definidos conforme resolução 466/12 do CNS/MS. Trata ainda em responder pendências citadas no parecer nº6.920.280, que depois de ser avaliado por este colegiado, entende-se como, pendências resolvidas e aceitas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados, nesta versão, contemplam os sugeridos pelo sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 6.936.442

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2214208.pdf	02/07/2024 15:14:00		Aceito
Outros	selecaodosentrevistadospaginatrezesubtipicosseispontodoisdoprojeto.pdf	02/07/2024 15:13:03	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Outros	roteirodeentrevista.pdf	02/07/2024 14:44:12	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Outros	declaracaoinencaoonusassinadogov.pdf	02/07/2024 14:31:42	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Outros	declaracaoinencaoonus_assinado.pdf	24/05/2024 10:38:00	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Outros	delaracaoinencaoonusomite.pdf	11/05/2024 17:45:54	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTEENCAMINHAMENTO.pdf	07/05/2024 01:23:09	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronogramasemdata.pdf	07/05/2024 00:58:28	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronogramadatacomiteetica.pdf	07/05/2024 00:38:35	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocomite.pdf	22/03/2024 14:32:47	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Outros	termodeaceiteorientadorcomite.pdf	22/03/2024 14:29:37	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Cartadeencaminhamento.pdf	22/03/2024 13:51:32	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronogramasemdata.pdf	22/03/2024 13:45:14	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronogramadatacomiteetica.pdf	22/03/2024 13:44:54	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocomite.pdf	22/09/2023 09:21:57	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetedetalhadocomite.pdf	22/09/2023 09:14:55	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Outros	termodeaceiteorientadorcomite.pdf	22/09/2023	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 6.936.442

Outros	termodeaceiteorientadorcomite.pdf	09:12:05	SOUSA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	solicitacaoopesquisadorCartadeencaminhamento.pdf	22/09/2023 09:08:59	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Declaração de concordância	declaracaodeconsordanciaintituicaocomite.pdf	22/09/2023 09:05:32	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaopesquisadorcomite.pdf	22/09/2023 09:05:00	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclecomiteetica.pdf	22/09/2023 09:01:11	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronogramacomiteetica.pdf	17/09/2023 14:33:47	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronogramacomiteeticadatado.pdf	17/09/2023 14:20:59	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito
Orçamento	orcamentocomiteetica.pdf	17/09/2023 14:04:12	DORACY LIMA DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 08 de Julho de 2024

Assinado por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br